

# Relatório de Auto-Avaliação da Universidade Regional de Blumenau



*Avaliação Institucional*



[www.furb.br](http://www.furb.br)

**Reitor**

Profº Dr. Eduardo Deschamps

**Vice-Reitor**

Profº Romero Fenili

**Pró-Reitor de Administração**

Mauro Tessari

**Pró-Reitora de Ensino e Graduação**

Profª Sônia Regina de Andrade

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão**

Profº Edison Sanfelice André

**Membros da CPA - Comissão Própria de Avaliação****Docentes:**

Elenir Roders Budag – Coordenadora

Djalma José Patrício

Feliciano Alcides Dias

João Luiz Gurgel Calvet da Silveira

Lúcio Flávio da Silveira Matos

Mauro Rogério da Silva

Vilmar José Tomio

**Servidores Técnico-Administrativos:**

Heidi Dittrich Zimmermann

Marcio Nunes

**Diretório Central dos Estudantes:**

Felipe Detz

Maurício Feler

**Representantes da Comunidade Externa:**

Elsa Cristine Bevian

Marcio Sergio Salvador Rodrigues

**Representantes do Sindicato dos Trabalhadores:**

Marilda Angioni

Tânia Maria de Souza Ferreira

**Organizadores:**

Elenir Roders Budag

Maria Aparecida Bernart Laux

**Revisores:**

Maria Aparecida Bernart Laux

**Digitação:**

Arlete Feijó

Gisele Luciani Schaefer

**Capa:**

Marketing FURB

**Distribuição:**

CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rua Antônio da Veiga, 140, Bloco M, Sala 103

Cep: 89012-900

Blumenau – SC

E-mail: [cpa@furb.br](mailto:cpa@furb.br)

Fone: (47) 3321-0374

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alunos e professores respondentes nas avaliações .....	54
Figura 2 – Desempenho do professor na percepção dos alunos.....	55
Figura 3 – Compromisso do professor na percepção dos alunos .....	56
Figura 4 – Auto-avaliação dos alunos .....	57
Figura 5 – Infra-estrutura na percepção dos alunos .....	58
Figura 6 - Representação esquemática das atividades de pesquisa da FURB.....	66
Figura 7 - Quantidade de grupo de pesquisa por área em 2004 .....	67
Figura 8 - Quantidade de bolsas de Iniciação Científica no período 2001/2005..	70
Figura 9 – Gráficos de evolução do número de turmas de cursos de especialização ( <i>lato-sensu</i> ) oferecidas e viabilizadas no período de 2001 a 2005. ....	87
Figura 10 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Educação.....	89
Figura 11 - Produção científica no Mestrado de Educação.....	89
Figura 12 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Administração. ....	90
Figura 13 – Produção científica no Mestrado de Administração.....	91
Figura 14 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Ciências Contábeis.....	92
Figura 15 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Desenvolvimento Regional. ...	93
Figura 16 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Engenharia Ambiental. ....	94
Figura 17 – Produção científica no Mestrado de Engenharia Ambiental.....	94
Figura 18 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Química.....	95
Figura 19 - Evolução do número de egressos da graduação matriculados em cursos de especialização <i>lato-sensu</i> . ....	98
Figura 20 - Evolução do número de egressos da graduação matriculados em cursos de pós-graduação. ....	98
Figura 21 – Professores do Mestrado atuando na Graduação .....	99
Figura 22 – Grau de conhecimento da comunidade às ações voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental .....	106

Figura 23 – Impacto das atividades de responsabilidade social no ambiente interno .....	107
Figura 24 – Impacto das atividades de responsabilidade social no ambiente externo .....	107
Figura 25 – Evolução da titulação docente na FURB.....	124
Figura 26 - Organograma Geral da FURB 2001-2005.....	138
Figura 27 – Quantidade de Laboratórios .....	148

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos avaliados para fins de regulação pelo CEE-SC (2001-2005).	62
Quadro 2 - Cursos Avaliados pelo CEE/SC para verificação das Condições de Oferta, 2001-2005.....	63
Quadro 3 - Horas destinadas para a pesquisa no período 2001/2005.....	69
Quadro 4 - Horas destinadas para iniciação Científica no período 2001/2005....	71
Quadro 5 - Participação docente, discente, de técnico-administrativo e da comunidade externa em programas de extensão. FURB. 2005 e 2006 .....	83
Quadro 6 - Programas, serviços e produtos permanentes .....	104
Quadro 7 - Programas, serviços e produtos permanentes .....	105
Quadro 8 - Alunos atendidos pelos programas de apoio financeiro gerenciados pela DAE .....	114
Quadro 9 - Alunos beneficiados com financiamentos e estágios.....	114
Quadro 10 - Atendimentos realizados pela equipe técnica (Orientação Psicossocial, Trabalhos em Grupo e Oficinas) .....	114
Quadro 11 - Bolsas e auxílio ao estudante .....	115
Quadro 12 - Docentes da FURB de acordo com os diferentes regimes de trabalho (DRD) .....	123
Quadro 13 - Titulação do Corpo Docente da FURB (DRD e DRH) .....	124
Quadro 14 - Tempo de exercício da docência na FURB. (DRD).....	125
Quadro 15 - Progressão dos docentes no Plano de Carreira da FURB até 2004. (DRD) .....	125
Quadro 16 - Progressão dos docentes no Plano de Carreira da FURB em 2005. (DRD) .....	125
Quadro 17 - Produção técnica e científica dos docentes (DRD) .....	125
Quadro 18 - Envolvimento dos docentes Mestres e Doutores com a instituição no período 2001.....	128
Quadro 19 - Envolvimento dos docentes Mestres e Doutores com a instituição no período 2005.....	128
Quadro 20 - Recursos Humanos da FURB (2001 - 2004) .....	129
Quadro 21 - Nível de satisfação dos Docentes da FURB. ....	134
Quadro 22 - Nível de Satisfação do Servidor Técnico-Administrativo.....	135
Quadro 23 - Evolução da área construída (em m <sup>2</sup> ).....	145
Quadro 24 - Evolução do número de salas e de área construída.....	146

Quadro 25 - Número de projetos aprovados em editais externos no período de 2001 a 2005 e respectivos valores arrecadados para fomento. ....	146
Quadro 26 - Número de projetos de Iniciação Científica relacionados a bolsas de pesquisa concedidas no período de 2001 a 2005.....	147
Quadro 27 - Evolução dos laboratórios e salas especiais .....	148
Quadro 28 - Orçamentos dos equipamentos e materiais permanentes para o período 2001/2005. ....	152
Quadro 29 - Tendência da mobilização dos alunos em intercâmbios .....	169
Quadro 30 - Orçamento realizado / Orçamento projetado .....	174
Quadro 31 - Orçamento realizado/Orçamento projetado .....	175
Quadro 32 - Receita .....	175
Quadro 33 - Mensalidades / Receita Total .....	176
Quadro 34 - Detalhamento das Receitas .....	176
Quadro 35 - Despesas com pessoal / Receitas correntes.....	177
Quadro 36 - Nº de alunos/ Nº de técnico-administrativos .....	177
Quadro 37 - Nº de alunos / Nº de professores.....	178
Quadro 38 - Nº técnico-administrativos / Nº professores .....	178
Quadro 39 - Nº médio de alunos matriculados na graduação.....	178
Quadro 40 - Total de horas pagas por natureza. ....	179
Quadro 41 - Gastos com equipamentos e material permanente .....	179
Quadro 42 - Gastos com aquisição de material bibliográfico .....	179
Quadro 43 - Gastos com obras e instalações .....	180
Quadro 44 - Quadro XXIII - Gastos com obras e instalações .....	180

## **LISTA DE PLANILHAS AVALIATIVAS**

Planilha Avaliativa 1 - Dimensão 1 .....	41
Planilha Avaliativa 2 – Dimensão 2.1 .....	64
Planilha Avaliativa 3 - Dimensão 2.2 .....	76
Planilha Avaliativa 4 – Dimensão 2.3 .....	84
Planilha Avaliativa 5 - Dimensão 2.4 .....	100
Planilha Avaliativa 6 - Dimensão 3 .....	117
Planilha Avaliativa 7 - Dimensão 4 .....	121
Planilha Avaliativa 8 – Dimensão 5.....	136
Planilha Avaliativa 9 – Dimensão 6.....	143
Planilha Avaliativa 10 – Dimensão 7 .....	155
Planilha Avaliativa 11 – Dimensão 8.....	162
Planilha Avaliativa 12 – Dimensão 9.....	172
Planilha Avaliativa 13 – Dimensão 10 .....	181

## SUMÁRIO

A UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU .....	12
A AUTO-AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB .....	14
CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E METODOLOGIA.....	14
Indicadores e parâmetros para qualificação da instituição .....	19
<b>CAPÍTULO 1 - MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>22</b>
1.1 MISSÃO, OBJETIVOS, DIRETRIZES E FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO.....	23
1.2 COMPROMISSOS ASSUMIDOS .....	24
1.3 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL .....	28
1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS .....	31
1.5 PERFIL DO INGRESSANTE .....	32
1.6 PERFIL DO EGRESSO .....	34
1.7 APROPRIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PELA COMUNIDADE .....	36
1.8 PROJETOS, PROGRAMAS E REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS EM DESENVOLVIMENTO.....	36
1.8.1 Instituto de Pesquisas Ambientais .....	37
1.8.2 Instituto de Pesquisas Sociais .....	39
1.8.3 Instituto de Pesquisas Tecnológicas .....	39
<b>CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO .....</b>	<b>43</b>
2.1 A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E SEQUENCIAIS .....	43
2.1.1 O Projeto Político Pedagógico da Graduação e PPP dos Cursos de Graduação .....	43
2.1.2 A Política para Cursos Seqüenciais.....	53
2.1.3.1 Práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem..	54
2.1.3.1.2.2 Pareceres de avaliação externa dos cursos .....	60
2.2 A POLÍTICA PARA A PESQUISA.....	65
2.2.1 A Pesquisa na FURB e sua forma de operacionalização .....	67
2.2.2 Política institucional de Iniciação Científica e formas de sua operacionalização .....	70
2.2.3 Envolvimento e participação dos professores .....	71
2.2.4 Envolvimento e participação dos alunos .....	72
2.2.5 Fontes de fomento.....	73

2.3	POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO .....	77
2.3.1	Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização ....	77
2.4	POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO .....	86
2.4.1	Integração entre a Pós-Graduação e a Graduação .....	97
	<b>CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL .....</b>	<b>102</b>
3.1	POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA FURB COM O SETOR PÚBLICO, MERCADO DE TRABALHO, INSTITUIÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DE TODOS OS NÍVEIS E MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS .....	103
3.2	POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL .....	108
3.3	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL .....	110
3.4	POLÍTICA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E MEMÓRIA CULTURAL .....	115
	<b>CAPÍTULO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>118</b>
	<b>CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>122</b>
	<b>CAPÍTULO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS. ....</b>	<b>137</b>
6.1	PLANOS DE GESTÃO, OBJETIVOS E METAS .....	140
6.2	ÓRGÃOS COLEGIADOS .....	141
6.3	GESTÃO ESTRATÉGICA .....	142
	<b>CAPÍTULO 7 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA .....</b>	<b>145</b>
	<b>CAPÍTULO 8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.....</b>	<b>157</b>
	<b>CAPÍTULO 9 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS .....</b>	<b>163</b>
9.1	POLÍTICA DE ACESSO (FORMAS DE INGRESSO, ÍNDICES DE MATRÍCULA, REINGRESSO, TRANSFERÊNCIAS EXTERNAS).....	163
9.2	POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA FURB: FINANCIAMENTO E BOLSAS DE ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO E DE REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. ....	165
9.3	PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS (EVENTOS, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INTERCÂMBIOS, EXTENSÃO E ÓRGÃOS COLEGIADOS).....	168
9.4	ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS .....	169

9.5 POLÍTICA DE ACESSO DOS ESTUDANTES AOS DADOS, ÀS INFORMAÇÕES E AOS REGISTROS ACADÊMICOS: GUIAS, AGENDAS, EDITAIS, CONVÊNIOS, E-MAIL, SITES, ALOJAMENTOS, LEGISLAÇÃO ACADÊMICA, ETC.....	170
<b>CAPÍTULO 10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA .....</b>	<b>174</b>
10.1 POLÍTICAS DIRECIONADAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>184</b>

## **APRESENTAÇÃO**

A CPA - Comissão Própria de Avaliação da FURB coloca à disposição da comunidade interna e externa o relatório do seu primeiro processo de auto-avaliação institucional, relativo ao período de 2001 - 2005.

A opção por este período avaliativo é fruto de discussões internas, em função da necessidade de definir-se um período que permitisse visualizar a tendência das ações da Instituição, desde o estabelecimento de políticas até a implementação das mesmas.

Este documento é representativo das atividades desenvolvidas pela CPA, a partir de sua constituição em Agosto/2004, pois, ao mesmo tempo que demonstra os resultados da avaliação realizada pela comunidade, também torna visível as concepções do PAIURB - Programa de Avaliação Institucional da FURB, sistematizado e aprovado em 2005.

Conforme estabelecido neste programa, entende-se por avaliação institucional um processo contínuo de análise e compreensão de dados sobre a realidade da Instituição que se efetiva pela atribuição de significados, por toda a Comunidade Universitária e membros da Comunidade Externa, a um conjunto de dados/informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da Instituição.

Em vista disso, o documento que ora socializamos é resultado de muitos momentos de estudos, leituras, discussões e reflexões coordenadas pela CPA, envolvendo gestores, docentes, servidores técnico-administrativos e acadêmicos em encontros setoriais e ou seminários institucionais programados frequentemente a partir de agosto de 2004.

Entendemos que com esta publicação encerra-se um ciclo que, de acordo com o balanço crítico realizado, na condição de processo avaliativo cumpriu os objetivos e propósitos estabelecidos, bem como fortaleceu a prática da auto-avaliação institucional como instrumento de gestão.

**Elenir Roders Budag**  
**Coordenadora da CPA**

## INTRODUÇÃO

### A UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

A Universidade Regional de Blumenau, situada no Vale do Itajaí, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é fruto de um movimento comunitário iniciado em 1953 que resultou na criação, em 1964, através de lei municipal, da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau.

Essa iniciativa, pioneira no Estado, além de contribuir para o desenvolvimento da região, romperia com a monopolização do ensino superior exercido pela Capital do Estado, criando mais uma alternativa para a formação do capital humano.

Com muito esforço coletivo, a FURB foi se consolidando na região como referência para a educação superior e assim, no dia 14 de fevereiro de 1985 ocorreu a publicação no Diário Oficial da União, da Portaria Ministerial que deferiu o seu reconhecimento como Universidade. Conforme o dizer do então Ministro da Educação, Dr. Marco Maciel, "isto aconteceu não por um querer do Governo, mas antes brotou de um querer coletivo, de uma tomada de consciência da comunidade".

Atualmente a Universidade Regional de Blumenau é mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, instituída pela Lei Municipal n. 1557, de 14 de dezembro de 1968, e consolidada pela Lei Complementar Municipal n. 80, de 21 de março de 1995, com sede e foro na cidade de Blumenau, onde funciona à Rua Antônio da Veiga n. 140.

Esta Fundação é uma entidade de fins não lucrativos, pessoa jurídica de direito público, incluída como órgão autônomo na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, sendo mantenedora, além da Universidade Regional de Blumenau, também da Escola Técnica do Vale do Itajaí (ETEVI) e do Núcleo de Rádio e Televisão Educativa Vale do Itajaí (NRTV).

A Universidade Regional de Blumenau é uma instituição de ensino superior que, fundamentada no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, está integrada com a comunidade, agente de transformações sociais, tendo por **missão** básica a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico,

artístico e cultural, com vistas ao bem-estar e à valorização do homem. Visando alcançar suas finalidades, a Universidade se propõe a ministrar o ensino para a formação de pessoas; promover e estimular a pesquisa científica e tecnológica e o desenvolvimento de atividades em todos os campos do saber; estender à comunidade, sob a forma de cursos, serviços e outras atividades, a sabedoria, a ciência, a técnica, a cultura e o resultado de suas pesquisas; estudar os problemas socioeconômicos regionais, nacionais e internacionais, com o propósito de servir e buscar soluções.

A Escola Técnica do Vale do Itajaí (ETEVI) tem como objetivo o ensino de nível médio, visando atender às necessidades de formação básica, observando-se a legislação vigente.

O Núcleo de Rádio e Televisão Educativa Vale do Itajaí (NRTV) propõe-se a executar serviços de radiodifusão educativa, a produzir e veicular programas educativos, culturais, esportivos, científicos de televisão e rádio, sendo retransmissor da TV Educativa no Vale do Itajaí.

Sendo uma instituição pública comunitária, a FURB segue princípios democráticos de gestão. Está baseada em uma estrutura colegiada constituída por unidades organizadas de acordo com as diferentes áreas de conhecimento e tem como instâncias deliberativas, normativas e consultivas superiores o Conselho de Administração – CONSAD, Conselho Universitário – CONSUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Passadas quatro décadas, a Universidade é atualmente um referencial na área de educação. É reconhecida por toda a sociedade, tendo graduado aproximadamente 30 mil profissionais em diversas áreas do saber. Oferece à comunidade 39 Cursos de Graduação, 7 Mestrados e dezenas de cursos Lato Sensu. Em termos de infra-estrutura dispõe de uma área total de 645,8 mil m<sup>2</sup>, distribuídos em 7 campi com 222 salas de aula e 153 salas ambientes e laboratórios, totalizando 102.701 mil m<sup>2</sup> de área construída. Conta com uma ampla Biblioteca Central, com 6.900m<sup>2</sup> de área útil e mais de 500 mil volumes, colocando a FURB em condições de igualdade com as melhores universidades do país. Tem oferecido à comunidade local vários eventos, como o Festival Universitário de Teatro e Promoções Culturais, entre outros, pois possui, através da sua Divisão de Promoções Culturais, cinco Grupos Estáveis de Produção Artística: Orquestra, Coro, Grupo Folclórico, Grupo Teatral Phoenix e Camerata de Violões. Oferece aos seus estudantes Programas de apoio psicológico, de

reorientação e qualificação profissional, além da oferta de um Programa de Educação Permanente – PROAP.

Mantém atendimento junto à comunidade nas áreas de Serviço Social e Saúde (Direito, Medicina, Odontologia, Fisioterapia e Psicologia). A assessoria judiciária é prestada através do Núcleo de Prática Jurídica e de convênios firmados junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, oferecendo assistência compartilhada de atendimentos nas áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia. O ambulatório da FURB é uma unidade de referência de especialidade junto ao Sistema Municipal de Saúde de Blumenau. Esses serviços revelam a integração de Ensino e Extensão por meio da Graduação ou Pós-Graduação.

Os serviços de Rádio e Televisão Educativa também contribuem para a inserção da FURB na comunidade. São também desenvolvidas atividades relacionadas à investigação ambiental, social e tecnológica através de seus Institutos de Pesquisa (IPA, IPS, IPTB). Abriga, ainda, uma Editora - EDIFURB que trabalha com diversas linhas editoriais, facilitando a socialização dos conhecimentos produzidos na Universidade e na Comunidade.

Em 2002, a Resolução CEE/SC Nº 147, de 09/04/2002 renova o Credenciamento da Universidade Regional de Blumenau – FURB, mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de 05 (cinco) anos. O D.O.E./SC, no dia 06/08/2002, publica o Decreto Estadual Nº 5494, de renovação do credenciamento da Universidade Regional de Blumenau.

## **A AUTO-AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB**

### CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E METODOLOGIA

O processo formal de auto-avaliação institucional da FURB, iniciado em 1995, gerou importantes substratos para o redimensionamento de várias ações na instituição. Em fevereiro de 2003, em decorrência da nova gestão que iniciava seus trabalhos na Instituição e em função das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, foi promovido pela Pró-Reitoria de Ensino

de Graduação um Seminário de Avaliação Institucional. O seminário teve por objetivo iniciar um debate sobre a necessidade e a importância de redimensionar o processo de Avaliação Institucional dentro da Universidade. Na ocasião, as comunidades interna e externa tiveram a oportunidade de analisar a caminhada e os resultados produzidos pelo processo de avaliação até então em vigor na Instituição, conduzido pela COMAVI, bem como acompanhar palestras de especialistas, tanto no tema quanto na nova proposta de avaliação da educação superior a ser implantada pelo MEC.

A partir dessas discussões, considerou-se que as experiências vividas até então na FURB foram importantes para a implantação da cultura da avaliação institucional e também serviram de base para repensar o programa, a fim de adequá-lo ao papel da Universidade na comunidade que, conforme aponta o cenário nacional, deverá voltar-se fortemente para o aspecto social. Dessa forma, entendeu-se que a busca da qualidade deve estar presente em todas as funções exercidas pela Universidade e, para tanto, julgou-se necessário a implantação de um processo de avaliação mais amplo e participativo.

Como resultado deste repensar provocado e promovido pelo Seminário e pelas políticas públicas de avaliação institucional, a plenária nomeou um Grupo de Estudos em Avaliação, a fim de dar continuidade à discussão do assunto. Esse grupo formado por alunos, funcionários e docentes de diversas áreas da Instituição, após vários encontros, definiu as concepções e princípios norteadores do Programa de Avaliação Institucional da FURB.

Assim a FURB assume, a partir de então, como Avaliação Institucional o processo de atribuição de significados, por toda a comunidade universitária e membros da comunidade externa, a um conjunto de dados/informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da instituição.

O processo deverá ser de caráter contínuo de análise e compreensão de dados sobre a realidade da Instituição e pretende fornecer uma visão global da mesma, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, facilitando o redimensionamento da política e dos projetos para a Universidade.

Os aspectos apontados aqui indicam, então, a necessidade da conjugação da auto-avaliação com processos de avaliação externa, envolvendo tanto a sociedade civil quanto os órgãos governamentais, pois, como se sabe, a auto-

avaliação sozinha é vista como uma metodologia corporativa que limita o conhecimento da Instituição.

Essas decisões conduziram a Instituição a integrar-se ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação, proposto pelo Ministério da Educação e Cultura, conforme Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, pois percebeu-se que há consonância quanto à concepção e objetivos do processo de auto-avaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

Como a FURB é uma instituição vinculada ao Sistema Estadual de Educação, encontrou respaldo para esta sua decisão no acordo de cooperação técnica firmado entre a CONAES e o CEE/SC, em abril de 2005 (**ANEXO Q**) e a Resolução 088/CEE/SC/2005 (**ANEXO R**), que fixa normas para a avaliação das Instituições de Educação Superior no Sistema Estadual de Educação.

O processo de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau, ora implantado, tem como objetivos:

- buscar informações que permitam uma visão global dos processos sociais, pedagógicos e científicos envolvidos nas atividades acadêmicas, de modo a identificar os problemas e suas causas, as possibilidades e as potencialidades da Instituição no cumprimento de sua missão social, melhorando suas condições de atuação e fortalecendo-a;
- sensibilizar e mobilizar a Comunidade Universitária para a necessidade de criar uma cultura de busca da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;
- envolver a Comunidade Universitária, a sociedade e os ex-alunos em uma permanente reflexão, autocrítica e participação no desenvolvimento institucional e social.

Com vistas ao alcance dos referidos objetivos, as comunidades interna e externa foram mobilizadas, conforme cronograma (**ANEXO S**), através de várias estratégias, em três etapas distintas:

### **1ª. Etapa: Preparação**

Esta etapa envolveu principalmente a comunidade interna, inclusive os gestores. Dessa fase resultou a Constituição da CPA – Portaria No. 415/2004, que teve como primeira tarefa a elaboração e o encaminhamento ao Conselho Universitário – CONSUNI, para análise e aprovação, do projeto de regulamento

da condução da avaliação institucional da FURB, o qual resultou na Resolução 14/2005, alterada pela Resolução 20/2005. Outra ação de grande importância dessa etapa foi a sensibilização da comunidade interna quanto à nova proposta de auto-avaliação integrada aos princípios do SINAES. Tendo em vista a adesão da Instituição ao SINAES, partiu-se do princípio de que para alcançar-se o pleno sucesso nessa iniciativa, toda a comunidade universitária deveria conhecer os pressupostos do referido sistema de avaliação. Inicialmente, todos os membros da CPA participaram de estudos internos e de eventos promovidos em âmbito regional e nacional. Os estudos internos, inclusive com toda a comunidade universitária, foram realizados em seminários específicos, nas palestras durante as semanas acadêmicas e nas reuniões dos conselhos, dos colegiados e dos departamentos. Após esta fase de estudos, a CPA coordenou a elaboração da proposta de auto-avaliação.

A CPA, ao organizar a proposta de auto-avaliação, com base nos pressupostos do SINAES, procurou envolver todas as pessoas que direta ou indiretamente integram a instituição, comunidades interna e externa. Esta participação ocorreu nos seminários organizados com tal finalidade (**ANEXO S**), e também nas reuniões dos órgãos e colegiados constituídos.

É oportuno destacar que a integração da FURB ao Sistema ACADEMIA foi fundamental neste momento, pois o desafio proposto pelo SINAES motivou a troca de experiências entre as IES do Sistema ACADEMIA com propósito de adotarem procedimentos comuns. Por conseguinte, a Câmara de Graduação instituiu um grupo de trabalho (GT) com o objetivo de sistematizar a metodologia de auto-avaliação proposta pela legislação. Este GT, composto por especialistas e técnicos em Avaliação Institucional em atividade nas IES do Sistema ACADEMIA, realizou reuniões no período de abril a novembro de 2005, elaborando coletivamente as planilhas e os roteiros para a auto-avaliação institucional. Em função disso, os procedimentos e alguns instrumentos adotados pela FURB são similares aos de outras IES do Sistema ACADEMIA, pois a FURB integrou este GT cujo trabalho final encontra-se publicado no documento: *Avaliação Institucional para as IES do Sistema ACADEMIA*.

## **2ª. Etapa: Desenvolvimento**

Esta etapa consistiu na operacionalização da proposta definida pela comunidade acadêmica. Foi o momento em que foram efetivadas as seguintes atividades:

- 1) Levantamento de dados e informações pela CPA, mediante análise de relatórios, de documentos oficiais, consulta à comunidade interna e visita "*in loco*".
- 2) Preenchimento de tabelas com dados quantitativos (**ANEXO T**), para fundamentar a avaliação das várias dimensões. Esta atividade envolveu todos os membros da CPA, chefias, docentes e servidores técnico-administrativos.
- 3) Coleta de pareceres avaliativos na comunidade interna: diferentes segmentos da comunidade universitária participaram da auto-avaliação institucional, respondendo questionários ou se manifestando nos seminários avaliativos (**ANEXO S**). A pesquisa através de questionários foi realizada *on-line*, envolvendo gestores, coordenadores de curso, docentes, técnico-administrativos e discentes. O índice de respostas foi considerado estatisticamente adequado, pois obteve-se: 62,71% de gestores respondentes; 26,38% de docentes; 38,64 de servidores técnico-administrativos; 84,61% de Coordenadores de Curso e 8,47% de discentes.

## **3ª. Etapa: Consolidação**

Pode-se afirmar que o processo de avaliação institucional atinge realmente o seu ciclo, ou se consolida, neste momento, o da elaboração de relatórios, divulgação e análise dos resultados obtidos. Este relatório, ora apresentado a toda a comunidade, e de responsabilidade da CPA, está pautado em uma série de relatórios e documentos produzidos na instituição, especificados nas planilhas avaliativas, bem como nos resultados dos questionários preenchidos pelos discentes, docentes, técnico-administrativos e gestores. A CPA tem clareza que o processo de auto-avaliação não se encerra com a finalização deste relatório. Posteriormente, para que a Instituição obtenha elementos para planejar-se com mais qualidade acadêmica e pertinência social, deverá ocorrer a publicação dos resultados de forma ampla e participativa. Todos os espaços e meios disponíveis na Instituição deverão ser utilizados, como: seminários, reuniões por departamentos e ou colegiados, e boletins impressos e eletrônicos. É o momento, também, do balanço crítico, da reflexão sobre o processo avaliativo

desenvolvido, das estratégias utilizadas e das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante a caminhada em busca desse auto-conhecimento institucional.

O processo de auto-avaliação norteou-se pelas dez dimensões definidas pelo SINAES, analisadas e avaliadas tendo por referencial as categorias e indicadores definidos pelo GT da ACADE, porém adaptados e consolidados pela comunidade acadêmica nos seminários internos, uma vez observadas as particularidades da FURB.

### Indicadores e parâmetros para qualificação da instituição

A proposta de auto-avaliação da FURB concebeu como indicadores evidências concretas de uma determinada categoria que caracteriza a realidade de cada uma das dez dimensões institucionais. Devem possibilitar a apreciação do nível ou qualidade da ação desenvolvida, de acordo com os padrões avaliativos estabelecidos.

Durante a avaliação dos indicadores, a comunidade avaliadora e a CPA analisaram a articulação, coerência, consonância, adequação, integração, intensidade, consistência, congruência, pertinência, consolidação, direcionamento, difusão, compartilhamento, construção coletiva e institucionalização do conjunto de projetos e práticas constitutivas da identidade da Universidade Regional de Blumenau. Foi considerado também o nível de apropriação - pelas comunidades interna e externa - das políticas e de seus resultados.

Tendo em vista a estreita articulação que deverá ocorrer entre a avaliação interna e a externa e considerando que o relatório da auto-avaliação servirá como principal fonte de informação para a avaliação externa, optou-se no Sistema ACADE, referendado pela comunidade interna, por estabelecer nas planilhas avaliativas a mesma escala numérica adotada pelos avaliadores externos e prevista no parágrafo 3º. do Art. 3º. da Lei 10.861/04. Esta escala compõe-se de cinco níveis, que nesta proposta da FURB seguiu o seguinte padrão avaliativo:

Níveis 1 e 2 – Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3 - Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Níveis 4 e 5 – Evidência completa: situação ou desempenho forte.

A escala contempla, também, a condição Não se Aplica. Ao assinalar esta condição a CPA deverá justificar as razões da escolha tendo como referência os documentos da instituição.

Ainda, para garantir a melhor articulação entre as avaliações interna e a externa, os seguintes critérios<sup>1</sup>, também estabelecidos para os avaliadores externos, serão observados para a identificação dos níveis nos indicadores a serem avaliados durante o autoconhecimento da instituição:

1 – indicador pouco perceptível, insuficiente ou em situação fragmentada; conexão/vínculo inexistente ou muito precário com as características da instituição e seu entorno; inadequado ou pouco pertinente às práticas institucionais; incoerente com objetivos enunciados nos documentos e/ou com as condições de funcionamento da instituição; não regulamentado.

2 – indicador com evidência eventual/acidental; quando aparece, não decorre de processo intencional/direcionado por políticas previamente formuladas e/ou por ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas; pouco freqüente/pouco intenso; inconstante; baixa conexão/vínculo com atores acadêmicos e com o entorno; pouco adequado/pertinente com práticas institucionais; reflete apenas em parte objetivos enunciados nos documentos e/ou as condições de funcionamento da instituição; regulamentação precária ou em elaboração; poucos canais de difusão de informação.

3 – indicador que denota programas e ações adequados aos objetivos propostos pela IES; coerente com as normas e com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; práticas em via de institucionalização ou, então, políticas institucionais presentes em processo de implantação.

4 – indicador que revela coerência, pertinência e congruência entre objetivos/normas e a maioria das práticas institucionais; ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; as normas e ou diretrizes são de conhecimento da comunidade interna; apresenta práticas institucionalizadas e difundidas.

---

<sup>1</sup> Critérios: são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador.

5 – indicador que apresenta políticas/objetivos explícitos em documentos e traduzidos em práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa, conferindo identidade à instituição.

É o resultado da avaliação das dez dimensões, com suas respectivas categorias e indicadores, de forma contextualizada, que se está apresentando ao longo dos dez capítulos deste relatório.

## **CAPÍTULO 1 - MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

A partir do que está contemplado no Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB – aprovado pela Resolução n.14/2005, programa este articulado com os princípios do SINAES, apresenta-se neste capítulo os resultados da auto-avaliação da missão, finalidades, diretrizes e objetivos da FURB.

A avaliação desta dimensão foi realizada tendo como referência as categorias, Missão; Objetivos/Finalidades; Diretrizes; Compromissos da FURB; Contexto socioeconômico regional; Definição das políticas institucionais; Perfil do ingressante; Perfil do egresso; Apropriação do planejamento estratégico - pela comunidade; Projetos, programas e regulamentos em desenvolvimento.

Levou-se em consideração durante este processo avaliativo, a documentação institucional específica bem como os relatórios demonstrativos das ações pedagógicas e administrativas concretizadas com vistas ao alcance de seus fins. Os indicadores de cada categoria podem ser visualizados na Planilha Avaliativa 1, no final deste capítulo.

É oportuno destacar que a FURB tem como documento norteador de suas metas e objetivos o Planejamento Estratégico, o Estatuto da Universidade como dispositivo orientador de suas finalidades e estrutura organizacional e o PPP da graduação como definidor das diretrizes pedagógicas.

Ainda não sistematizou a sua identidade institucional no documento que se convencionou chamar, no âmbito acadêmico, de PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

A ausência deste documento exigiu um esforço maior da CPA no sentido de mapear todos os aspectos necessários para a auto-avaliação, pois de acordo com as diretrizes da SESU/MEC “o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver”.

## 1.1 MISSÃO, OBJETIVOS, DIRETRIZES E FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO.

A Universidade Regional de Blumenau – FURB, nos últimos anos, tem pautado suas atividades com base no Planejamento Estratégico 2001-2005, reformulado em 2004. O documento da versão de 2001-2005 apresenta a seguinte MISSÃO para a FURB: “Promover o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, com vistas ao bem estar e à valorização do homem”, conforme definido no Planejamento Estratégico de 2001/2005.

Este documento é resultado de ampla participação de uma equipe de planejamento<sup>2</sup>, que através da reflexão e da análise dos diferentes cenários (científico - tecnológico, socioeconômico, e educacional) buscou identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidade à FURB. Deste processo de planejamento resultou a opção de centrar ações em Blumenau, consolidando os campi instalados na cidade e reduzindo gradativamente a inserção física em outros municípios. Também, através de uma série de iniciativas convergentes, a Universidade fez a clara opção pela qualificação institucional, destacando-a como o seu grande diferencial em relação às demais instituições da região.

De conformidade com a Resolução 17/2001, Estatuto da Universidade Regional de Blumenau, o artigo 2º dispõe sobre as finalidades da instituição:

Art. 2º A Universidade Regional de Blumenau, inspirada na universalidade do saber e nos ideais democráticos de solidariedade humana, é uma instituição integrada à comunidade, agente de transformações sociais, e tem por finalidades:

I - promover as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de serviços, de forma permanente e abrangente, em todos os níveis;

II – propiciar o desenvolvimento da cidadania, incrementar propostas e realizações, pesquisa institucional, visando o desenvolvimento regional e global, científico, tecnológico, cultural, com vista ao bem-estar e à valorização do ser humano;

---

<sup>2</sup> Formada pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores de Centro e de Órgãos suplementares, Assessores e Consultores

III - promover a divulgação científica, tecnológica e artístico-cultural, visando colocar o conhecimento sistematizado para o desenvolvimento e transformação da Sociedade.

Em fevereiro de 2004, sentindo necessidade de reflexão e redimensionamento das ações e prioridades institucionais, a reitoria entendeu oportuna a revisão do Planejamento Estratégico elaborado em 2001. Assim, convocou vários servidores ocupantes de cargos na administração superior, para contribuições na construção de novas diretrizes institucionais. Da análise contextualizada da realidade restou a confecção do Plano Estratégico Situacional de 2004 (**ANEXO Y**). Para tanto, foram mapeados os problemas institucionais, denominando "nós críticos" e as respectivas matrizes operacionais do plano.

Verifica-se que há plena **coerência entre a missão e as finalidades institucionais**, demonstrando que há práticas consolidadas e institucionalizadas indicando a presença de organização e gestão com visão de futuro. As finalidades institucionais estão em consonância com os objetivos e normas. Todavia, na percepção da comunidade universitária, poderia haver maior **clareza dos objetivos e finalidades institucionais**, que embora existentes, não são divulgados como estratégias e rumos da instituição para ações conjuntas que permitem uma clara **tradução das finalidades**. Desta forma, na análise dos atores internos há pertinência e **congruência entre as diretrizes institucionais do Planejamento estratégico com o PPP da graduação** oficializado em 2005, conforme detalhamento na Dimensão 2.

## 1.2 COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A fim de atingir seus propósitos, e levando em conta a realidade apontada na análise dos diferentes cenários, conforme consta no Planejamento Estratégico, a Universidade assumiu as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos:

1 - Ser reconhecida por sua qualidade e proposta acadêmica flexível e atualizada, com métodos pedagógicos modernizados.

### Objetivos

- Promover a flexibilização, atualização e diversificação de currículos.
- Promover/difundir o uso de modernas tecnologias de ensino.
- Melhorar a qualidade dos cursos de graduação, assegurando recursos para tal.
- Institucionalizar programas integrados de Graduação e Pós-Graduação.
- Ampliar os espaços de convivência.

2 - Diversificar o portfólio, crescendo na pós-graduação e cursos de curta duração (tecnólogos/seqüenciais).

### Objetivos

- Promover cursos de curta duração (seqüenciais/tecnólogos).
- Ampliar a Pós-Graduação Lato Sensu, como forma de obtenção de recursos, integrando-a a Graduação.
- Fortalecer o Ensino Médio.
- Ampliar a Graduação com a oferta de cursos diferenciados.
- Oferecer cursos a distancia.

3 - Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão.

### Objetivos

- Estabelecer políticas e ações para a integração do ensino, pesquisa e extensão.
- Seguir os princípios:
  - a) A pesquisa deve ser dinamizadora e atualizadora do ensino.
  - b) O ensino deve ser um multiplicador da extensão.
  - c) A extensão deve ser um instrumento pedagógico do ensino.

4 - Fortalecer a pesquisa e extensão na Universidade.

### Objetivos

- Melhorar a divulgação de pesquisas e extensão na comunidade interna.
- Integrar institutos com departamentos.
- Aumentar a titulação docente e capacitação para pesquisa.

- Ampliar a Pós-Graduação Stricto Sensu.

5 - Consolidar a inserção regional da Instituição.

Objetivos

- Dar prioridade a participação da FURB nos hospitais da região, parques tecnológicos, Fórum de Desenvolvimento Regional, etc.
- Fomentar a formação de grupos de estudos e serviços.
- Tornar a FURB um ponto de referência em informações socioeconômicas regionais.
- Implementar um programa de articulação política regional, com os poderes executivos e legislativos municipais e estadual; e realizar agenda de debates com as esferas governamental e da sociedade.

6 - Diversificar e melhorar as fontes de financiamento.

Objetivos

- Ampliar as receitas alternativas.
- Aumentar o faturamento de serviços da Universidade/Fundação.
- Ampliar a captação de recursos por meio de projetos.

7 - Melhorar a organização e eficiência dos processos administrativos.

Objetivos

- Agilizar os processos administrativos (padronizar, racionalizar, integrar, capacitar);
- Implementar efetivamente sistema de gestão ambiental.
- Implementar um programa de melhoria de qualidade do atendimento, em sintonia com o programa de análise e melhoria de processos.
- Implementar o sistema de gestão de informação.
- Implementar um programa de capacitação em planejamento e gestão universitária.
- Definir o perfil jurídico-institucional.
- Resolver as carências do espaço físico.

8 - Ter uma política de marketing institucional definida e implementada, conseguindo visibilidade interna e externa das ações da Universidade.

#### Objetivos

- Definir estratégias e planos de marketing com uma equipe multidisciplinar.
- Elaborar e implementar os planos de divulgação /comunicação institucional e dos produtos e serviços da FURB.
- Assegurar recursos para desenvolvimento da política e ações de marketing definidas.
- Integrar ao planejamento as atividades de avaliação institucional e de marketing.

9 - Aumentar o nível de compromisso e a motivação de seus recursos humanos.

#### Objetivos

- Flexibilizar a contratação e a remuneração de pessoal.
- Instituir um programa de participação nos resultados.
- Aumentar a dedicação docente.
- Aprimorar/instituir métodos de avaliação de desempenho.
- Executar, de forma periódica, pesquisa de clima organizacional.
- Instituir/rever código ético/disciplinar da FURB.
- Rever planos de carreira docente e técnico-administrativo.

Quanto ao **alcance destas metas definidas no Planejamento Estratégico**, durante o processo avaliativo a comunidade manifestou que há programas e ações adequadas, mas muitos ainda em vias de institucionalização. Conforme também evidenciado, no questionário avaliativo (**ANEXO A**), é visível o **comprometimento dos dirigentes da instituição na construção do Planejamento Estratégico**. Quanto à **implementação e revisão periódica do mesmo**, concluiu-se que foram definidas políticas institucionais que na prática restaram em ações incipientes.

### 1.3 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL

A origem da FURB, em 1964, está relacionada à história do município de Blumenau, às características próprias do povo que iniciou o desenvolvimento desta região do Vale do Itajaí, bem como ao contexto sócio-econômico regional. Sendo Blumenau, na época, um pólo industrial, o Curso de Ciências Econômicas foi o que iniciou, tanto a FURB quanto a interiorização do Ensino Superior em Santa Catarina.

Atualmente a FURB está amplamente inserida no meio social e vem contribuindo para conquistas em todas as áreas do saber, através de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, optando pela promoção, não só da ciência e da tecnologia, mas, também do bem-estar social, sempre com responsabilidade para não ferir a realidade da sociedade local e regional. Percebe-se, através dos relatórios, que ao longo destes 40 anos, a FURB superou muitos obstáculos e, através da interação constante com as demandas de nossa comunidade, contribuiu para o desenvolvimento humano e social da região.

A preocupação da FURB com o contexto regional é visível no Planejamento Estratégico 2001-2005, nas análises dos cenários externos. Em função da constatação, da abundância da oferta de mão-de-obra e da constante evolução tecnológica na região, o documento aponta que o mercado de trabalho está exigindo um trabalhador com características diferentes daquelas historicamente apresentadas. Assim, afirma que é necessário ao trabalhador: - ter iniciativa e capacidade de trabalho em equipe; - ser polivalente, ou seja, poder adaptar-se à realização de diversos trabalhos diferentes; ser flexível quanto à remuneração, aos locais e horários de trabalho; - ter capacidade de aprendizado contínuo, para acompanhar a constante mudança tecnológica e organizacional do ambiente em que está inserido.

Este mesmo documento apresenta uma análise ampla de cenários externos, pois o grupo gestor entende que, dentro da nova realidade mundial as universidades não podem mais se ater a fronteiras regionais ou nacionais, devendo, necessariamente, estar inseridas no contexto global.

Em dezembro de 1997, o FCD – Fórum Catarinense de Desenvolvimento propôs à FURB – Universidade Regional de Blumenau que esta desse início ao processo de criação do Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí. De acordo com os relatórios da época, a FURB ciente da responsabilidade

envolvida, aceitou este desafio, cumprindo assim com o seu papel de prestação de serviços à comunidade regional. A Universidade Regional de Blumenau foi eleita entidade coordenadora do Fórum de Desenvolvimento Regional, e re-eleita para o período 2000 – 2001 **(ANEXO B)**.

Com a política de descentralização administrativa implantada pelo último governo do Estado, 2002-2006, o Fórum foi desativado e os seus objetivos foram absorvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional com sede em Blumenau ([www.sc.gov.br/srd/blumenau](http://www.sc.gov.br/srd/blumenau)). Com a finalidade de aconselhamento, orientação e formulação de normas e diretrizes gerais para a execução de Programas voltados para o desenvolvimento regional foi criado um Conselho de Desenvolvimento Regional - CDR, sendo o Reitor da FURB um dos conselheiros. Maiores detalhes sobre os objetivos e funcionamento do CDR poderão ser obtidos no DECRETO No 4.513, de 29 de junho de 2006 que aprova o Regimento Interno dos CDRs. Dessa forma verifica-se a participação da FURB na definição de políticas regionais e sua contribuição, como instituição educacional, no desenvolvimento de programas voltados ao atendimento dessas políticas.

Esta participação está muito visível com a implantação, em 2005, do Projeto Meu Lugar, parceria entre a Universidade, o Governo do Estado e o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que resultou na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional, disponível em ([www.furb.br/meulugar](http://www.furb.br/meulugar)). A partir de 2006, os dados do diagnóstico da região de Blumenau, reunidos para o Projeto meu Lugar, passaram a ser atualizados e disponibilizados para consulta pública através do Observatório do Desenvolvimento Regional ([www.furb.br/observatorio](http://www.furb.br/observatorio)). Ainda em 2006, foi firmado um Memorando de Entendimento entre a Universidade e o PNUD para a divulgação dos Objetivos do Milênio das Nações Unidas - [www.furb.br/objetivosdomilenio](http://www.furb.br/objetivosdomilenio) .

Essa relação com o contexto regional, também é perceptível nos projetos de ensino de graduação de todas as áreas, principalmente nos cursos que contemplam Estágios e Práticas, de forma mais intensa nos Cursos de Licenciatura, Cursos da Área da Saúde, Serviço Social, Direito, Engenharias e Administração de Empresas. Nos projetos de pesquisa e extensão, cursos de pós-graduação e em serviços prestados, principalmente através dos institutos IPA, IPS e IPT, também está expressa a preocupação em atender as necessidades locais.

Os projetos em parceria com a AMMVI - Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí para elaboração ou revisão dos Planos Diretores das prefeituras municipais da região, também revelam esta integração.

O NEUR – Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, coordena o Curso de Pós-Graduação lato sensu - Especialização em Planejamento e Gestão Urbana e Regional, e desenvolve projetos de Extensão para aplicar os conhecimentos científicos a favor da sociedade, com foco na comunidade regional do Médio Vale do Itajaí. Além disso, estes projetos são oportunidades valiosas para a inserção dos acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo no mercado de trabalho, proporcionando-lhes experiência na prática do planejamento urbano.

No processo de auto-avaliação, através de seminários, questionários respondidos por docentes, técnico-administrativos, acadêmicos e gestores e, principalmente na análise dos relatórios e demais documentos oficiais, a CPA constatou que é grande a preocupação da FURB em direcionar seus projetos à comunidade local. Muito embora, a preocupação da Instituição vai além de formar um profissional para atender somente as questões regionais, pelas razões já manifestadas anteriormente.

Quanto ao nível de **sintonia entre as políticas da FURB e o contexto socioeconômico regional**, 32% dos gestores pesquisados consideraram bom ou acima e 52% regular. Analisando-se os projetos e programas em desenvolvimento, conforme relação anexa, a comunidade acadêmica, durante o seminário avaliativo realizado em agosto de 2006, atribuiu o valor 4 a esta questão considerando portanto, que há um nível muito bom de **sintonia entre as políticas da FURB e o contexto socioeconômico regional**, julgando porém, a necessidade de maior divulgação destes projetos tanto em âmbito interno, quanto externo, a fim de tornar a presença da FURB e consequentemente os resultados de sua interferência mais visíveis. Os representantes da comunidade externa, que integram a CPA, comungam desta mesma percepção.

## 1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A síntese<sup>3</sup> a seguir, embora restrita, aponta as Políticas Institucionais, designadas de operações, e ainda, os possíveis resultados visíveis no Planejamento estratégico, revisado em 2004:

Operação 1: Ampliação da Comunicação/Interação da Furb com os Públicos Interno e Externo, tendo como resultados:

- Definição do foco da Instituição;
- Elaboração e implementação de um plano de comunicação apropriado à FURB;
- Ampliação da representatividade política em quantidade e qualidade;
- Ações de pesquisa, extensão e ensino articuladas e integradas;

Operação 2: Ampliação das Fontes de Financiamento da Universidade, com os seguintes resultados:

- Ampliação do volume de recursos captados junto às agências de fomento à pesquisa e extensão, via editais e oportunidades no mercado;
- Obtenção da autonomia financeira da pesquisa, extensão e serviços;
- Viabilização e manutenção do equilíbrio entre receita e despesa;

Operação 3: Agilização administrativa, objetivando os seguintes resultados:

- Práticas jurídicas adequadas às necessidades operacionais;
- Decisões (e ações) agilizadas pela reforma organizacional;
- Implantação de um novo modelo de gestão, baseado em tecnologia da Informação (alternativa: disponibilização de informação adequada para os processos decisórios).

Operação 4: Ampliação do comprometimento dos servidores, para os seguintes resultados:

- Implementação de meios de envolvimento dos professores e mecanismos de avaliação constante com conseqüências positivas e negativas;
- Criação e implementação de uma política de gestão de recursos humanos;

---

<sup>3</sup> Havendo maior interesse, o documento pode ser acessado na íntegra: ([ava/intranet/anexo](#)).

Operação 5: Adequação da Infra-estrutura da universidade, visando o seguinte resultado:

- Universidade dotada de infra-estrutura adequada para alunos, técnico-administrativos e professores.

Operações 6 e 7: Adequação dos cursos e programas da FURB às necessidades da sociedade e Ampliação da demanda para cursos de graduação, pós-graduação, EAD e outros para os seguintes resultados:

- Ampliação das alternativas de cursos e programas;
- Implementação de uma política/ plano de formação continuada e de fidelização;
- Elaboração do PPP da graduação, considerando os contextos interno e externo da universidade;
- ampliação da utilização das tecnologias de informação e comunicação no ensino;

De acordo com a percepção da comunidade acadêmica, manifestada nos seminários avaliativos e no questionário, conforme já descrito, há **sintonia entre as políticas definidas pela FURB e o contexto socioeconômico regional**, bem como, **articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento da região**. Síntese dos programas e projetos podem ser visualizados no **(ANEXO C)**.

### 1.5 PERFIL DO INGRESSANTE

Em 1999, a PROEn inicia na Instituição o Programa de Recepção aos Calouros com o objetivo de integrar este grupo de estudantes à Universidade, informá-los sobre a vida acadêmica e estimular a instalação de um processo de socialização entre os calouros dos diversos cursos. Realiza, também a partir deste ano, uma pesquisa com a finalidade de conhecer o perfil dos ingressantes e assim adequar as atividades didático-pedagógicas.

Analisando os dados dos calouros de 2001 a 2005 **(ANEXO V)** destaca-se, inicialmente um dado positivo que é o baixo índice de alunos indecisos quanto à escolha do curso, somente 7%. Logo, acredita-se que o elevado índice de alunos

decididos é altamente favorável para o sucesso da formação, pois dessa forma, conseqüentemente, o nível de dedicação e interesse para o estudo será maior e a qualificação dos egressos também será melhor. Desses dados também, se depreende que a maioria dos calouros é formada por alunos recém egressos do Ensino Médio sendo, em média, 55% provenientes de escolas públicas e, aproximadamente 14% egressos de cursos técnicos. Procedem também, em sua maioria de Blumenau e municípios vizinhos. É perceptível ainda, porém em pequena quantidade, a presença de alunos de outras localidades, principalmente dos estados vizinhos, como Paraná e Rio Grande do Sul. Quanto a forma de manutenção dos estudos, 21% revela ter condições próprias para financiar os seus estudos, 31% depende do auxílio dos pais, 31% manifestou o desejo de conseguir bolsa de estudos e somente 3% pretende solicitar crédito-educativo. É de aproximadamente 49% o percentual dos calouros que não exercem atividade remunerada. Em torno de 70%, possuem casa própria, não tendo, portanto despesas com aluguel e 40% manifestaram que não trabalham e seus gastos são financiados pela família. Um aspecto positivo a destacar é que, em média, 60% dos pais desses calouros possuem nível de escolaridade média a superior indicando, assim, que a maioria, provêm de ambiente com bom nível sócio-cultural. Em geral, 97% manifestaram não necessitar de atendimento especial em sala de aula em decorrência de alguma deficiência física ou sensorial. Por outro lado, 52% declararam que poderão se dedicar a estudos extra-classe somente nos finais de semana, dado este que precisa ser considerado nas propostas pedagógicas dos cursos. Percebe-se também, ano a ano, a elevação do índice de calouros que apresentam conhecimentos na área de informática, mas os índices indicam, um aumento do número de alunos que depende exclusivamente dos equipamentos da FURB para digitar seus trabalhos e para acessar à INTERNET. Esta tendência parece contrariar a política de aumento da oferta dos equipamentos no mercado e as facilidades oferecidas para a aquisição, visível nos últimos anos. Somente um estudo específico poderia apontar as verdadeiras razões destes índices, que num julgamento a priori, podem ter relação com a queda do poder aquisitivo da população.

Conforme demonstrado, a FURB apresenta uma prática já consolidada em **identificar o perfil de seus ingressantes** o que revela que a Instituição não está fechada em torno de si, mas tem a consciência de que a sua existência se

fundamenta nas demandas sociais, pautando as decisões pertinentes às informações coletadas.

## 1.6 PERFIL DO EGRESSO

Com a finalidade de ampliar o processo de avaliação do ensino dos cursos de graduação, a partir de 2003, sob a coordenação da COMAVI, inicia-se na FURB uma pesquisa junto aos alunos concluintes. A coleta dos dados é realizada, semestralmente, pela coordenação de cada curso. Do **banco de dados da COMAVI** organizado com estes relatórios semestrais (**ANEXO W**), pode-se constatar que, em média 60% dos concluintes a partir de 2003, são do sexo feminino e 68% possuem idade inferior a 25 anos, portanto a maioria dos concluintes está dentro da faixa etária regular para a conclusão do ensino superior. É de aproximadamente 22% o índice de concluintes que não exercem atividades remuneradas, índice este em geral, decorrente do currículo dos cursos da área da saúde que exigem dedicação integral dos acadêmicos. Os dados indicam que, em média 10% dos concluintes de 2005 não possuíam perspectiva de trabalho imediato. Este índice também é maior entre os concluintes da área da saúde. Quanto à área de atuação, 60% manifestou estar trabalhando na área relacionada à sua formação. Dos que não atuam na área, 8% trabalham em negócios da família, 11% encontraram opção profissional melhor em outra área e, 12% alegam que não trabalham na área em função do campo de trabalho ser restrito. Quanto à faixa salarial, o índice maior, 40% é dos que percebem até três salários mínimos, 21% de 4 a 6 salários mínimos e, excetuando-se os 22% que não têm remuneração, os demais percebem acima de 6 salários mínimos. Outro aspecto que a pesquisa tem constatado, e os índices vêm se mantendo em torno de 85%, é quanto ao alto nível de comprometimento dos acadêmicos nos estudos durante a graduação. É dentro desse mesmo índice o percentual de formandos que manifestam interesse em continuar estudando após a conclusão da graduação. Em torno de 40% manifestaram que, durante a formação se envolveram com ações comunitárias através de programas de extensão, e 95% manifestaram ter realizado atividades de pesquisa, de campo ou bibliográfica durante o curso. Esses índices são significativos, pois revelam que os egressos tiveram oportunidade de se envolver pessoalmente na busca do conhecimento

desenvolvendo habilidades complexas de pensamento e não somente a memorização como era muito presente no ensino escolarizante em décadas passadas. Outro aspecto que merece destaque é a percepção de que o curso tem contribuído, de acordo com aproximadamente 80% dos acadêmicos, para o desenvolvimento de competências relacionadas à ética, responsabilidade social, e para a formação de uma sociedade incluyente e solidária. Isto reforça também a percepção de que as ações da FURB estão coerentes com a missão a qual ela se propõe.

De acordo com o PPP da Graduação, a formação discente no Ensino Superior, deve estar num contexto de formação contínua. A formação na graduação deve ser de caráter generalista, uma vez que o contexto social e profissional requer análises que vão além de conhecimentos especializados. Conhecimentos mais específicos poderão ser obtidos nos programas de formação contínua, organizados em forma de cursos seqüenciais e cursos de pós-graduação.

Analisando-se o perfil dos egressos, percebe-se que a FURB conseguiu despertar nos acadêmicos a compreensão de que a formação é um processo contínuo, pois aproximadamente 80% deles revelaram interesse em freqüentar cursos de pós-graduação. Dentre este percentual, cerca de 20% dos pesquisados nestes últimos anos manifestou o desejo de realizar cursos de pós-graduação na FURB. Um levantamento estatístico nestes cursos, tanto *stricto* quanto *lato sensu*, revelou que gira em torno deste índice o percentual de ex-alunos matriculados. Assim mesmo, no processo de auto-avaliação, a comunidade universitária entende que o **retorno dos egressos da graduação na procura dos cursos de formação continuada** na FURB é pouco significativo, necessitando de maior incremento nas ações voltadas para este fim.

Analisando-se os projetos e programas desenvolvidos nos últimos anos pela instituição, constatou-se que em 1998 a COMAVI coordenou uma pesquisa com os egressos de 1995 a 1998 obtendo um bom índice de retorno, verificou-se ainda o desejo deste grupo de ex-alunos em manter contatos mais freqüentes com a FURB. Até recentemente a FURB não havia desenvolvido uma base de dados contendo informações atualizadas sobre os ex-alunos, o que vinha dificultando o **relacionamento contínuo com a instituição**. Decorrente destes aspectos e de outras demandas, foi instalada em 2005 a Central de Ex-alunos ([www.furb.br/exalunos](http://www.furb.br/exalunos)), com os objetivos de estreitar os laços dos Ex-Alunos

com a FURB; intermediar o ingresso dos Ex-Alunos da FURB no mercado de trabalho e estimular o reencontro entre colegas de turma, promovendo eventos culturais, festivos, dentre outros.

### 1.7 APROPRIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PELA COMUNIDADE

No processo de definição do Planejamento Estratégico houve a participação dos representantes de todos os segmentos da universidade, muito embora, na visão da comunidade interna, de modo geral, a apropriação do Planejamento Estratégico, ficou fragilizada em virtude da pouca divulgação e visibilidade em geral. Os dados da pesquisa realizada pela CPA indicam que são baixos os índices de **conhecimento e apropriação do Planejamento** pelos diversos segmentos pesquisados. Entre os docentes, 6% manifestaram nível ótimo, 36% bom e 22% Regular. No grupo de técnico-administrativos, somente 2% manifestou um nível ótimo de apropriação e conhecimento, 14% nível bom e 33% regular. Dos alunos respondentes, 1% disse que o conhecimento e apropriação do PE é em nível ótimo, 23% bom e 30% regular.

Através dos seminários constatou-se que o conhecimento, a importância e os reflexos deste documento entre a maioria da comunidade universitária ocorreu apenas casualmente, gerando desta forma pouco envolvimento com o alcance das metas. Assim, para superação desta fragilidade e comprometimento maior de todos com as metas definidas no Planejamento Estratégico sugere-se a necessidade de uma maior divulgação e sensibilização da sua importância para estabelecer um vínculo mais amplo com os atores acadêmicos.

### 1.8 PROJETOS, PROGRAMAS E REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS EM DESENVOLVIMENTO

O Planejamento Estratégico elaborado por uma parcela representativa dos gestores da instituição e aprovado pelo Conselho Universitário em 27/04/2001 traz a análise de cenários e diretrizes a serem seguidas, metas a serem alcançadas e ações a serem realizadas até 2005. Em vista da existência da Instituição ser essencialmente em função da produção e transmissão de

conhecimento considerando que uma das características mais marcantes da atualidade é a velocidade na evolução do conhecimento humano e, conseqüentemente a rápida obsolescência tecnológica, fator determinante na produção de mudanças sociais, em 2004, a FURB, realizou uma reformulação de seu Planejamento Estratégico. Este segundo planejamento apontou com clareza os novos desafios que a Universidade deve trilhar, mantendo a opção pela qualidade.

Para o **alcance de suas metas, vários projetos e programas estão em desenvolvimento**, todos aprovados e regulamentados através de legislação específica que poder ser visualizada na INTRANET – SISLEN – ([www.furb.br/sislen](http://www.furb.br/sislen)).

Destaca-se de forma breve, alguns projetos e programas sob responsabilidade dos Institutos, da Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e dos Departamentos.

#### 1.8.1 Instituto de Pesquisas Ambientais

O IPA - Instituto de Pesquisas Ambientais tem como escopo gerar conhecimento para subsidiar a implementação de processos de desenvolvimento sustentável. Através do comprometimento de sua equipe multidisciplinar e de uma forte produção científica o IPA é uma referência nacional e regional na busca de soluções para problemas na área ambiental. Compartilhando esforços e parcerias com diversas entidades, o IPA ampliou significativamente sua atuação, em especial junto à comunidade externa. Através do projeto "Criação de uma estrutura de gerenciamento ambiental para a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí" nasceu o Comitê do Itajaí que instituiu a Política Ambiental da Universidade e originou o Sistema de Gestão Ambiental da Furb e introduziu programas e cursos de capacitação voltados à educação e percepção ambiental abertos à comunidade, além de promover a pesquisa científica, publicações, cartilhas e artigos científicos. Ocorreu uma ampliação do rol de serviços prestados pelo IPA, que inicialmente eram centrados apenas no CEOPS – Centro de Previsão e Alerta de Cheias, demandado para laudos meteorológicos, boletins hidrometeorológicos e mapeamento de áreas inundáveis, também foi significativamente ampliado com a criação do Laboratório de geoprocessamento e sensoriamento remoto.

Vários serviços foram instituídos como: fornecimento de materiais cartográficos e imagens de satélite, estudos de impacto ambiental, elaboração de projetos de aterros sanitários, projetos de recuperação de áreas degradadas, levantamentos faunísticos e florísticos, análises de ciclo de vida, balanço ecológico em empresas, cursos de capacitação em gestão de recursos hídricos, cursos de capacitação em licenciamento ambiental, cursos de capacitação em percepção e educação ambiental. As áreas de atuação do IPA estão relacionadas com a gestão de recursos hídricos, voltadas para a rede hidrometeorológica, barragens e modelos de previsão que evoluíram na estruturação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos no âmbito da bacia hidrográfica e implantação de instrumentos de gestão. No contexto delineado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, o IPA envidou esforços na criação e estruturação do Comitê do Itajaí e da Agência da Água do Vale do Itajaí, aos quais fornece apoio logístico, técnico e operacional. O desenvolvimento da pesquisa científica e orientação de trabalhos acadêmicos nos níveis de graduação e pós-graduação demonstram o compromisso dos pesquisadores com a geração permanente de novos conhecimentos na área de abrangência do IPA, que já atuou em: 109 projetos de iniciação científica; 49 orientações de trabalhos de conclusão de curso; 26 orientações de monografia de especialização; 72 orientações de dissertação de mestrado e 314 publicações. Na aprovação dos projetos com recursos externos, destacam-se: Projeto Marca D'água: acompanhamento de organismos de gerenciamento de bacias hidrográficas, com recursos FINATEC-CNPQ; Projeto COMBHI – Construção de uma visão integrada e compartilhada para o gerenciamento da bacia hidrográfica do Rio Itajaí com recursos CT-Hidro/CNPQ; Um olhar sobre as áreas de risco de deslizamento em encostas no Município de Blumenau/SC: em busca da prevenção, com recursos da FAPESC; Gestão dos recursos hídricos e controle da poluição agrícola em zonas agrícolas: Nordeste, Centro-Oeste e Sul Brasileiro e Região Mediterrânea da França envolvendo a UnB e FURB (Brasil) e a ENGREF e CEMAGREF (França), com apoio CAPES/COFECUB; Projeto PIAVA – Construção de uma política sustentável de proteção de nascentes e matas ciliares na Bacia do Itajaí, com recursos da PETROBRAS e em conjunto com o Comitê do Itajaí e Agência da Água do Vale do Itajaí; Convênio de Cooperação Técnica e Científica para conservação e recuperação ambiental com a BUNGE Alimentos.

### 1.8.2 Instituto de Pesquisas Sociais

O Instituto de Pesquisas Sociais - IPS tem como finalidade contribuir, orientar e criar políticas públicas, lidando com questões sociais para o desenvolvimento econômico, político e cultural por meio de métodos quantitativos, qualitativos, e adequados instrumentos de coleta de dados, para gerar resultados aos órgãos públicos e privados. É através de seus programas e serviços de assessoramento que o IPS atende a essas funções. Nestes últimos anos, houve um forte incremento na participação do IPS, tanto na orientação como no acompanhamento e desenvolvimento de diagnósticos, voltados a estimular a criação de políticas públicas articuladas com o Poder Público. Como atividades desenvolvidas entre outras, destacam-se: A pesquisa da situação do adolescente em Blumenau; A proposição de metodologia para diagnosticar a demanda da educação profissionalizante em SC; A coordenação do projeto Panflor em parceria com o Ministério do Trabalho. Através do ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, o IPS oferece orientação, sistematização e organização de formas solidárias de economia, viabilizando empreendimentos populares como: A Coopertran, Nutricoper, Coopermúsica, Recycle Indaial, Prove e Fino toque, entre outras cooperativas populares, com a participação de empregados demitidos das indústrias regionais. Além disso, há programas que estão sendo desenvolvidos como: Banco de Dados Sobre Áreas Periféricas e de Exclusão Social em Blumenau, IVGP – Índice de Variação Geral de Preços, ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, PIS – Programa Interdisciplinar de Sociometria, PAR – Programa de Arrendamento Residencial e Rede Unitrabalho.

### 1.8.3 Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Criado em 1972, com a denominação de Instituto de Pesquisas Tecnológicas e renomeado em 2003 para Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau - IPTB é um órgão da FURB que realiza serviços em busca de soluções técnico-científicas para a sociedade. O seu trabalho ao longo dessas 03 décadas solidificou sua posição como Instituto de referência no estado de Santa Catarina

para a realização de ensaios laboratoriais. Apresenta como principais objetivos, a disseminação de conhecimentos tecnológicos; a padronização e disponibilização de serviços laboratoriais e a educação para a pesquisa, desenvolvimento e qualidade. Os investimentos em equipamentos, a revitalização de sua estrutura física aliada à política de aperfeiçoamento de recursos humanos, possibilitou significativa ampliação da quantidade e diversidade de serviços prestados, bem como conferiu ao Instituto um salto de qualidade nas atividades desenvolvidas. Esta condição conduziu o Instituto a ser incluído na lista de entidades que possuem a acreditação junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. O selo ANVISA é o mais importante atestado de padrão de qualidade na prestação de serviços.

Este Instituto presta serviços nas áreas de: na Engenharia Civil, Elétrica, Florestal, de Produção, em Cromatografia, Combustíveis, Biotecnologia, Química, Química Têxtil, Microbiologia. Além dessas áreas, o IPTB possui implementado o Sistema de Qualidade Laboratorial, em conformidade com a NBR ISO/IEC 17025, possuindo ensaios acreditados junto a ANVISA. Possui ainda, credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para análise de Fertilizantes e Corretivos de Solo e está em processo de acreditação junto ao INMETRO. A acreditação junto a estes órgãos é o atestado de competência técnica e imparcialidade/idoneidade de um laboratório, que faz com que os resultados emitidos sejam reconhecidos em diversos países. O IPTB possui acreditação junto à ANVISA para alguns ensaios Cromatográficos e Microbiológicos. O detalhamento dos serviços oferecidos em cada área poderá ser visualizado em ([www.furb.br](http://www.furb.br)).

No próximo capítulo pode-se visualizar os principais projetos e inovações coordenados pelas Pró-Reitorias da FURB, de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e da Extensão e Relações Comunitárias.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>1.1 Missão</b>						
1.1.1 Coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais.						X
<b>1.2 Objetivos/Finalidades</b>						
1.2.1 Clareza dos objetivos institucionais.					X	
1.2.2 Tradução dos/as objetivos/finalidades em ações na realidade institucional.					X	
<b>1.3 Diretrizes</b>						
1.3.1 Sintonia das diretrizes institucionais do Planejamento Estratégico com o PPP da graduação.					X	
<b>1.4 Compromissos da FURB</b>						
1.4.1 Alcance das metas definidas no Planejamento Estratégico.				X		
1.4.2 Comprometimento dos dirigentes da Instituição na construção do Planejamento Estratégico					X	
1.4.3 Comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do Planejamento Estratégico.				X		
<b>1.5 Contexto socioeconômico regional</b>						
1.5.1 Sintonia entre as políticas definidas pela FURB e o contexto socioeconômico regional.					X	
1.5.2 Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional.					X	
<b>1.6 Definição das políticas institucionais no PPI</b>						
1.6.1 Sintonia entre as políticas da FURB e os programas e projetos em desenvolvimento.					X	
<b>1.7 Perfil do ingressante</b>						
1.7.1 Identificação do perfil dos ingressantes pela FURB.					X	
<b>1.8 Perfil do egresso</b>						
1.8.1 Existência de uma base de dados de informações atualizadas sobre os egressos.			X			
1.8.2 Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos.			X			
1.8.3 Retorno do egresso da graduação para cursos de formação continuada.				X		
<b>1.9 Apropriação do planejamento estratégico - PPI pela comunidade</b>						
1.9.1 Grau de conhecimento e apropriação do Planejamento Estratégico pela comunidade interna.			X			
<b>1.10 Projetos, programas e regulamentos em desenvolvimento</b>						
1.10.1 Coerência entre programas/projetos em desenvolvimento e implementados e as metas traçadas no Planejamento Estratégico.				X		

**Planilha Avaliativa 1 - Dimensão 1**

**Escala:**

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 1:**

Existência de documentos que orientam a gestão da instituição.  
Planejamentos de forma participativa (Planejamento Estratégico, PPP da Graduação, Planos Departamentais, PPP dos cursos).  
Coerência entre a missão, objetivos e finalidades institucionais.  
Implementação do programa de relacionamento com os alunos egressos.

**Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 1:**

Inexistência do Plano de Desenvolvimento Institucional.  
Desconhecimento da missão, objetivos e finalidades da FURB e do planejamento estratégico, pela maioria da comunidade universitária.  
Pouco comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do Planejamento Estratégico.

**Recomendações da CPA:**

Elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional.  
Criar estratégias para divulgação da missão, objetivos, finalidades e do Planejamento Estratégico na comunidade universitária.  
Implementar e acompanhar continuamente o Planejamento Estratégico.  
Fortalecer/ampliar o vínculo com as políticas públicas de desenvolvimento.

## **CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO**

### 2.1 A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E SEQUENCIAIS

A avaliação da política para o ensino de graduação e de cursos seqüenciais da FURB foi realizada tendo como referência as categorias: Projeto Político Pedagógico da Graduação, o Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação, a política dos cursos seqüenciais e práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem. Os indicadores de cada categoria podem ser visualizados na quadro a seguir. Além das categorias presentes nos quadros, serão analisadas as práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino como: a formação docente, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias da comunicação e informação do ensino.

#### 2.1.1 O Projeto Político Pedagógico da Graduação e PPP dos Cursos de Graduação

É no Projeto Político Pedagógico da Graduação (**ANEXO D**), concluído em 2005 e nos PPPs dos Cursos que encontramos a concepção de currículo, de ensino e aprendizagem, a estrutura didático-pedagógica e a sistemática de avaliação do ensino de graduação da FURB.

De acordo com os Relatórios Anuais, a partir de 1997 a FURB, sob a responsabilidade da DIAEG/PROEn, iniciou um processo de conscientização dos dirigentes e do corpo docente e discente, sobre a necessidade da elaboração do Projeto Político Pedagógico para os Cursos de Graduação. Através de um ciclo de conferências de temas como: Fundamentação Teórica de um Projeto Político Pedagógico, Experiência de elaboração dos P.P.Ps. na UNESP, Concepções Curriculares, Universidade Brasileira: contexto histórico, Paradigmas Educacionais e de orientações práticas para a elaboração do documento inicial, deflagrou-se o processo de elaboração do PPP de todos os cursos de graduação.

Em 2002, dos 34 cursos de graduação da FURB, 20 cursos já haviam apresentado para a comunidade um Projeto Político Pedagógico inicial e todos os outros estavam em processo de discussão e elaboração. No **ANEXO D** fica visível a aprovação dos PPPs dos Cursos e a Reforma Curricular baseada nos mesmos. Analisando os relatórios de 2003 a 2005, percebe-se a preocupação da PROEn em elaborar um PPP para o Ensino de graduação e em dar continuidade ao trabalho de assessoria aos cursos, tanto na elaboração quanto na revisão dos PPPs, mesmo porque um Projeto Político Pedagógico tem um caráter dinâmico e que, por isso mesmo, requer uma constante avaliação e a elaboração de um documento não significa sua conclusão.

A construção do PPP da Graduação, sob a coordenação da PROEn, teve como ponto de partida a formação do Núcleo de Políticas de Formação (NUPOF) em março de 2003, composto basicamente, por professores, Coordenadores de Curso, Diretores de Centro, docentes e discentes. Este Projeto foi aprovado através do Parecer 185/2005 (**ANEXO E**).

2.1.1.1 Concepção de currículo e organização didático-pedagógica e sua relação com o perfil de formação discente e com os objetivos e fins da instituição.

Conforme consta no PPP da Graduação, currículo é entendido como:

O conjunto articulado das ações do ensinar, aprender e do avaliar com intencionalidade política e pedagógica, visando à constituição do sujeito, por meio de aprendizagens diversas, de forma a possibilitar uma formação atenta às questões e necessidades sociais e humanas. (NUPOF, 2003 apud PPP, 2005).

O currículo, portanto, não se restringe ao conjunto de matrizes curriculares, envolve sim a concepção de ensinar e aprender, as práticas de formação docente, os tempos e espaços e as condições de organização do trabalho pedagógico.

No referido documento estão definidas, ainda as seguintes diretrizes para a organização dos currículos que deverão ser observadas e, em geral, já serviram de parâmetro, na elaboração dos PPPs dos cursos:

- a) a aprendizagem como foco do processo;
- b) investigação e compreensão sócio-cultural;
- c) investigação e compreensão científica;
- d) linguagem e comunicação;
- e) formação contínua;
- f) flexibilização;
- g) a superação da lógica disciplinar;
- h) a relação com as tecnologias da informação e comunicação;
- i) a articulação teórico-prática.

O diagnóstico realizado em 2002 para a elaboração do PPP do Ensino da Graduação, identificou que a concepção de ensino presente nos PPPs dos cursos de graduação da época, em grande parte, estava fundamentada na transmissão do conhecimento com enfoque no conteúdo, centrada no professor, com uma matriz curricular baseada na disciplinariedade, cujos saberes são trabalhados de forma fragmentada, fechados em si mesmos, além de dicotomizarem saberes básicos e saberes profissionalizantes.

O contexto social atual, entretanto, exige a superação do entendimento do ensino como atividade unilateral, vertical, não interativa. Esta compreensão está visível nas diretrizes que o PPP do Ensino da Graduação propõe para a organização dos currículos dos cursos quando estabelece a aprendizagem como foco do processo educacional na Instituição. Nessa lógica, “aprender é estar envolvido na interpretação dos dados e não apenas contemplá-los, reproduzi-los” (PPP, 2006 p. 21). O ensino deverá então, valorizar a ação, a reflexão, a inquietação, a incerteza, partir da realidade social, para problematizar o conhecimento e trabalhar na perspectiva de garantir a independência intelectual de alunos e professores.

Em decorrência desta constatação, o PPP do Ensino de Graduação propõe a organização curricular em forma de eixos, de forma a contemplar as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o objetivo de superar a fragmentação e isolamento dos cursos, das áreas, dos sujeitos, das disciplinas e dos espaços de ensino-aprendizagem.

Os eixos, obrigatórios aos Cursos de Graduação, devem possibilitar interações entre cursos e áreas, bem como integrar o ensino, a pesquisa e a extensão. A organização por eixos permitirá maior flexibilização nos currículos.

Uma maior flexibilização nos currículos será permitida com a organização por eixos:

- a) Eixo Geral;
- b) Eixo de Articulação e
- c) Eixo Específico.

O Eixo Geral é composto por 252h/a, sendo 144 h/a destinadas a duas disciplinas obrigatórias: Universidade, Ciência e Pesquisa e Desafios Sociais Contemporâneos. 72 h/a deverão ser aproveitadas com uma das disciplinas optativas definidas no PPP (Linguagem Científica, Dilemas Éticos e Cidadania, Comunicação e Sociedade) e 36 h/a válidas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. Todas as disciplinas do Eixo Geral, em função de sua natureza e com vistas à integração dos alunos, deverão ser distribuídas entre a segunda e a quarta fase dos cursos.

É visível, nas inovações introduzidas no currículo dos cursos, a preocupação da PROEn com a formação para os docentes, pois no mesmo documento foi aprovada a diretriz de que todos os docentes, que assumirão disciplinas do Eixo Geral deverão, obrigatoriamente, passar por processos de formação específica.

O Eixo de Articulação, obrigatório em todos os cursos, será composto de uma carga horária mínima de 180h/a. Visa promover atividades interdisciplinares com vistas à articulação dos cursos em torno de projetos comuns de ensino, pesquisa e extensão. Essa articulação, a critério dos cursos, poderá ser organizada por centro; por área de conhecimento ou por temáticas, especificadas no PPP de cada Curso.

O PPP dos Cursos deverá especificar a forma e as atividades de articulação, justificando as escolhas e explicitando seus objetivos.

No Eixo Específico, o curso deve se organizar focando os conceitos específicos da atividade profissional. O PPP do Ensino da Graduação prevê, também, que esses conceitos sejam trabalhados de forma integrada, horizontal ou verticalmente, considerando que a construção do conhecimento ocorre de forma contínua, porém não linear e gradeada. Horizontalmente, trabalha-se com a integração de saberes em um mesmo semestre. Verticalmente, a articulação se dá de forma contínua, ou seja, ao longo do curso. Nesse eixo, devem ser previstas ainda, 144 h/a para as Atividades Acadêmico-Científico Culturais -

AACCs. A organização curricular deste eixo deve ser estruturada por módulos, projetos ou disciplinas.

A inserção das AACCs nos currículos, já a partir de 2004 nos Cursos de Licenciatura, também prevista no PPP do Ensino da Graduação, tem permitido aos acadêmicos a ampliação das possibilidades de sua formação, pois possibilita autonomia na construção de seu percurso de formação, respeitando o perfil profissional pretendido pelo PPP do Curso. Além dessas atividades, os cursos seqüenciais, a educação à distância e a modalidade semi-presencial também constituem elementos flexibilizadores do plano de estudos do aluno, na medida em que atendem interesses específicos de sua área de formação ou para além dos saberes desta área.

A implantação da modalidade de ensino semipresencial na FURB, pautou-se na PORTARIA n. 4.059/2004 do MEC, e prevê como um dos objetivos desta proposta, criar a cultura de utilização das tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem. Na FURB estas tecnologias, já de domínio da grande maioria dos jovens estudantes (**ANEXO V**) permitem uma maior flexibilização do tempo e espaço dos processos de ensinar e aprender, além de **oferecer ferramentas que possibilitam a realização de atividades colaborativas**. Esta prática iniciou em 2005, e para 2006, 70 disciplinas distribuídas em 20 cursos da graduação estavam autorizadas a utilizar o AVA – Ambiente Virtual de **aprendizagem**, para desenvolver 20% da carga horária da disciplina a distância.

Os aspectos aqui apresentados conduziram a comunidade universitária e a CPA a atribuir o valor 4 ao indicador, **existência de processos de flexibilidade curricular**. Verificou-se já algumas iniciativas de flexibilização curricular, de trabalho com projetos e prática interdisciplinar em vários cursos. Quanto à **indicação de ações inovadoras futuras e ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias** foi atribuído o valor 3 tendo em vista que esta prática já está institucionalizada, porém ainda não amplamente utilizada.

A Instituição prevê ainda na organização didático-pedagógica de seus cursos, a possibilidade da oferta de estudos complementares da Educação Básica. Estes estudos destinam-se a recuperar conceitos e habilidades desse nível de ensino. Esta complementação será mediada por professores e poderá ser presencial ou semipresencial. Os colegiados dos cursos têm autonomia para

torná-la obrigatória ou não, não impedindo o aluno de acompanhar o fluxo da matriz curricular. Essa prática já é percebida em alguns cursos vinculados ao CCEN e CCT.

Conforme este mesmo documento descreve, a organização curricular proposta vai ao encontro dos princípios e diretrizes que orientam a estruturação dos currículos de graduação na FURB.

#### 2.1.1.2 Concepção de avaliação educacional

Na FURB, conforme estabelecido no PPP do Ensino da Graduação, a avaliação educacional tem por finalidade acompanhar as atividades de ensinar e aprender assumindo função de diagnóstico, regulação e projeção dos processos curriculares. Não se limita, portanto, à simples coleta e classificação de dados, mas deve constituir-se em um dos processos que a Instituição dispõe para analisar e planejar/replanejar ações, objetivando qualificar as atividades de ensino e aprendizagem.

#### 2.1.1.3 Formação discente

Esse mesmo documento sinaliza que a Universidade deve assumir o compromisso com um processo de formação contínua em que os sujeitos se sintam “[...] capazes de assumir o próprio processo educativo como objeto de uma reflexão crítica” (BÁRCIA, 1982, p.45). A formação discente, dessa forma, consiste na apropriação de saberes científicos e no desenvolvimento de competências e habilidades, cujo objetivo é a formação intelectual e profissional. Ela deverá se estruturar em espaços interativos de estudos e pesquisas, de reflexão e de troca de experiências entre professores/alunos e alunos/alunos.

A formação discente no Ensino Superior, em nível de graduação, deve estar num contexto de formação contínua, pois a graduação constitui a iniciação do aluno na área profissional escolhida. Esta formação inicial deve ser de caráter generalista, uma vez que o contexto social e profissional exige análises que vão além das divisões disciplinares, das especialidades e dos arranjos epistemológicos. O PPP da graduação destaca, também, que esta formação generalista não exclui o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para as diferentes profissões, mas exige que a apropriação e

desenvolvimento dessas competências se estruturarem num contexto de interdependência entre as áreas de conhecimento.

Nessa perspectiva, os acadêmicos podem buscar saberes mais específicos nos programas de formação contínua, organizados em forma de Cursos Seqüenciais e Cursos de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu.

Em relação à formação docente, o PPP do curso de acordo com o PPP da Graduação, deverá apresentar o perfil de formação que propõe a superação da concepção de docente-ensinante, para assumir o papel do professor como sujeito dinâmico e reflexivo, participe da construção e modificação da realidade social, através do seu ato educativo que contemple as dimensões técnica, ética e política.

Nesse sentido, este mesmo documento destaca que a Universidade deve propiciar encontros de formação trazendo não só o contexto da sala de aula, mas, também, de outros espaços de ensinar e aprender da Universidade, desafiando os professores a problematizarem e refletirem a sua própria prática pedagógica, recriando-a através da mediação das experiências de seus pares e de referenciais teóricos e produções culturais.

Confrontando-se os aspectos descritos anteriormente e os apresentados na Dimensão 1, percebe-se **coerência entre a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso**, razão pela qual foi atribuído o valor 4 para este indicador.

#### 2.1.1.4 Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino

Analisando-se os relatórios anuais, o Planejamento Estratégico e demais documentos oficiais, constata-se a preocupação constante da Instituição quanto à implantação de práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino: a formação docente, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias.

Durante todo esse período alvo da auto-avaliação 2001 - 2005, percebe-se que a PROEn tem realizado anualmente, o Seminário De Integração Para Professores Ingressantes com o objetivo de divulgar a estrutura da FURB bem como discutir os procedimentos didático-pedagógicos inerentes à função de professor.

Além disso, a PROEn dentro de uma política de formação continuada docente, também tem promovido, semestralmente durante o período de recesso escolar e ao longo do semestre letivo, "Espaços de Reflexão sobre o Cotidiano Profissional" com vistas a :

1. Estimular a reflexão crítica sobre a prática educativa cotidiana da FURB, possibilitando ao professor compreender-se como alguém contextualizado, participante e responsável;
2. Promover espaços formativos para discutir o contexto da sala de aula e as necessidades e possibilidades de um trabalho pedagógico que articule teoria e prática;
3. Contribuir para a superação da fragmentação de ações por meio do desenvolvimento de práticas acadêmicas que possibilitem a organização e consideração de um Projeto-Político-Pedagógico coerente com a nossa realidade e nossas necessidades.

A partir de 2003 esta ação passou a denominar-se: Espaços de reflexão sobre o Cotidiano Profissional e ainda a partir dessa data, esses espaços de formação também passaram a ser coordenados pelas Assessoras Pedagógicas, lotadas na PROEn e em algumas Unidades Universitárias. Essa descentralização na área da formação permitiu atender de forma mais direta as necessidades específicas dos docentes quanto aos processos de ensinar e aprender, contemplando dentre outros, estudos sobre o cotidiano profissional docente e o contexto da sala de aula.

As Assessorias Pedagógicas foram implantadas em 2003 com a aprovação do Parecer CEPE 242/2003. O trabalho desenvolvido pela assessoria pedagógica constitui-se em orientação sistemática, envolvendo o planejamento, a avaliação e o acompanhamento da formação oferecida aos docentes na política de formação continuada implementadas pela PROEn.

Além dessas ações, os relatórios apontam que a PROEn, através da Divisão de Administração do Ensino (hoje Divisão de Políticas Educacionais) tem organizado outras, sempre com o objetivo de qualificar as atividades de ensino através de processos sistemáticos de acompanhamento e avaliação dos projetos de curso, tendo como foco a formação e o cotidiano docente. Dentre essas implementações destaca-se:

a) Sistema de Planos de Ensino-aprendizagem: implantado em 2001, teve como mote pela do trabalho discussões sobre a importância e necessidade dos planos de ensino-aprendizagem para a ação docente no processo de ensino, teve início, totalmente integrado à Biblioteca, o Sistema de Planos de Ensino-aprendizagem – SISPEA On-line.

b) Núcleo de Políticas de Formação (NUPOF) – criado em 2003 com o objetivo de discutir e sistematizar o PPP da Graduação;

c) Fórum de Estágios: instituído para construir a política de estágios na Universidade;

d) Coordenação de Estágios: aprovada pela Resolução 92/2004, com o objetivo de sistematizar e unificar procedimentos e documentos relativos às atividades que envolvem o Estágio das Licenciaturas;

e) Formação dos Coordenadores de Curso de Graduação: implantada em 2005 com o objetivo de promover estudos e reflexões sobre gestão educacional e contribuir com a organização e exercício da função;

f) Formação em Educação a Distância (EAD): ampliar e qualificar os professores na utilização do AVA e possibilitar a inserção do ensino semipresencial em disciplinas organizadas com um percentual de 20% a distância;

g) Seminário das Licenciaturas: articular os diferentes cursos e socializar as atividades desenvolvidas.

A formação de grupos de pesquisa e de projetos integradores, em algumas unidades universitárias, decorrente de demandas percebidas durante as reflexões nos cursos de formação, também evidencia a preocupação da FURB com a qualificação do ensino, pois com estas iniciativas, fica visível que a Instituição está tentando superar a cultura da aula apenas como “tarefa” a ser cumprida a partir do plano de ensino da disciplina de um curso.

As diretrizes e objetivos estratégicos descritos na Dimensão 1 evidenciam o intenso comprometimento da Instituição na definição de políticas para a qualificação do ensino, como promover a flexibilização, atualização e diversificação de currículos, fortalecer a integração do ensino com a pesquisa e extensão, consolidar a inserção regional da Instituição, melhorar a organização e eficiência dos processos administrativos e aumentar o nível de compromisso e a motivação de seus recursos humanos.

Quanto à existência de **mecanismos de atualização e revisão sistemática dos currículos**, os Relatórios Anuais da FURB indicam que a SATE – Seção de Apoio Técnico ao Ensino (hoje incorporada à Divisão de Políticas Educacionais), a partir de 2001, orientou e sistematizou grande número de projetos de reforma curricular a fim de atender as definições da Política das Licenciaturas, PPP do Ensino da Graduação, Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas e demandas da sociedade em geral, muitos cursos ainda se encontram em fase de estudos para adequação de seus currículos. Dessa forma este indicador foi atribuído o valor 3.

A normatização do **apoio institucional para a formação de docentes**, processo este reformulado pela Resolução 49/2005, conforme detalhamento na Dimensão 5 revela também, a preocupação da FURB para com a qualificação constante do ensino oferecido à comunidade.

Os aspectos detalhados anteriormente conjugados aos resultados da pesquisa realizada pela CPA com os diversos segmentos da FURB (**ANEXO A**) conduziram a comunidade universitária e a CPA a atribuírem o valor 4 no que se refere à **coerência entre a missão, finalidades da Universidade e as concepções de currículo, aprendizagem, ensino, avaliação presentes tanto no PPP do Ensino da graduação quanto nos PPP dos Cursos** e o mesmo valor também para a **coerência entre os PPPs e o Planejamento Estratégico**. Ao indicador **coerência entre o PPP dos Cursos e as diretrizes curriculares nacionais** foi conferido o valor 5, revelando forte relação entre estes aspectos. A CPA, no entanto, lembra que seguir *ipsis literis* estas diretrizes, nem sempre é o procedimento mais adequado. Os Colegiados de Curso, durante os estudos de reformulação curricular, não deverão perder de vista, o perfil dos ingressantes e o contexto sócio-econômico local. Nos planejamentos existentes na Universidade, no período entre 2001-2005, não estava muito visível para a comunidade universitária **metas de curto e médio prazo para o ensino de graduação**, razão pela qual este indicador recebeu o valor 3.

Quanto à **participação dos professores na elaboração do PPP dos Cursos** atribuiu-se o valor 4, pois de acordo com os Coordenadores pesquisados, 51% manifestou ser esta participação de boa a ótima, 24% regular e 18% ruim.

A **participação dos alunos** já não é tão intensa, atribuindo-se desta forma o valor 3 a este indicador.

No que se refere à **apropriação do PPP do Curso pelos professores e alunos**, atribuiu-se o valor 3 e 2 respectivamente, pois de acordo com as pesquisas, é baixo o percentual dos dois segmentos que têm conhecimento deste documento. Esse índice de participação e de apropriação é plenamente concebível, pois assim como uma grande parcela dos alunos renova-se semestralmente, há rotatividade também entre o corpo docente dos diversos cursos, limitando dessa forma o conhecimento destes documentos a estes segmentos da comunidade universitária.

### 2.1.2 A Política para Cursos Seqüenciais

A partir de 2002 a FURB incorporou entre as suas modalidades de ensino os cursos seqüenciais, adequando-se ao conceito de educação continuada. Estes cursos, de menor duração, apresentam abrangência específica por campos de saber, que não se confundem com as áreas técnico-profissionais da graduação. Desde março de 2002 são oferecidos cursos seqüenciais de Gastronomia, em duas turmas de 30 alunos por ano; de Decoração de Ambientes, com 40 alunos por ano; e de fotografia, com 25 alunos por ano. Este programa foi normatizado pela Resolução 54/2005 (**ANEXO F**), evidenciando assim que esta prática está institucionalizada e a oferta contínua dos cursos revela que esta modalidade de cursos é reconhecida na comunidade. Confrontando-se os cursos oferecidos com a matriz operacional 6 e 7 do PE/2004 onde está expressa a meta em relação a esta modalidade de cursos, conclui-se que esta meta foi alcançada.

A oferta ainda restrita de cursos, e **a ausência de planejamento de metas**, no entanto, conduziu a comunidade universitária a atribuir o valor 3 na escala avaliativa desta categoria. A comunidade considera que a Instituição deveria ampliar o leque de ofertas desta modalidade de cursos para atender os interessados em cursos de curta duração para ingresso imediato no mercado de trabalho ou com a finalidade de atualização profissional.

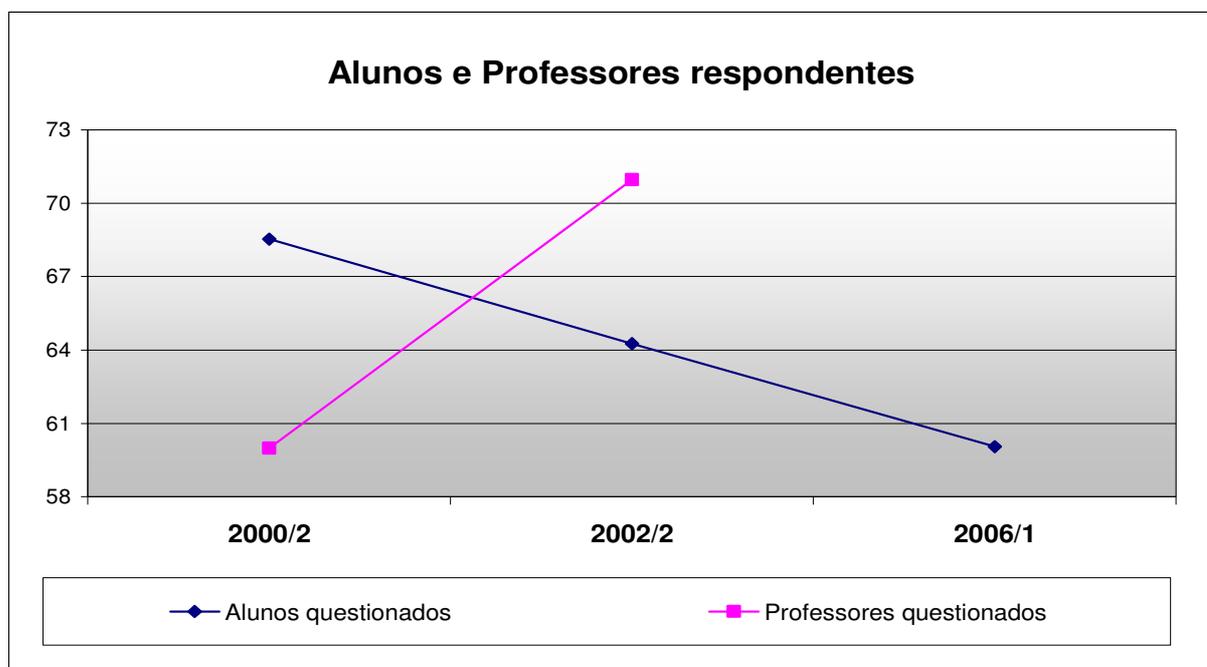
### 2.1.3.1 Práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem

As Práticas Institucionais de Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem serão tratadas em âmbito interno e externo, conforme segue.

#### 2.1.3.1.1 Práticas internas de avaliação do processo ensino-aprendizagem

Desde 1995, com a implantação do PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau, coordenado pela COMAVI - Comissão de Avaliação Institucional, regulamentado pela Resolução 116/2001, a Instituição tem realizado continuamente a avaliação do processo de ensino-aprendizagem de todos os Cursos de Graduação envolvendo tanto os docentes como os acadêmicos.

É oportuno destacar, que para avaliação mais adequada desta categoria, agregou-se os dados da avaliação realizada pelos acadêmicos em 2006/1. Julgou-se oportuno também mencionar estes dados tendo em vista que nesse período já podem ser percebidos os reflexos das políticas institucionais implantadas nos semestres anteriores.

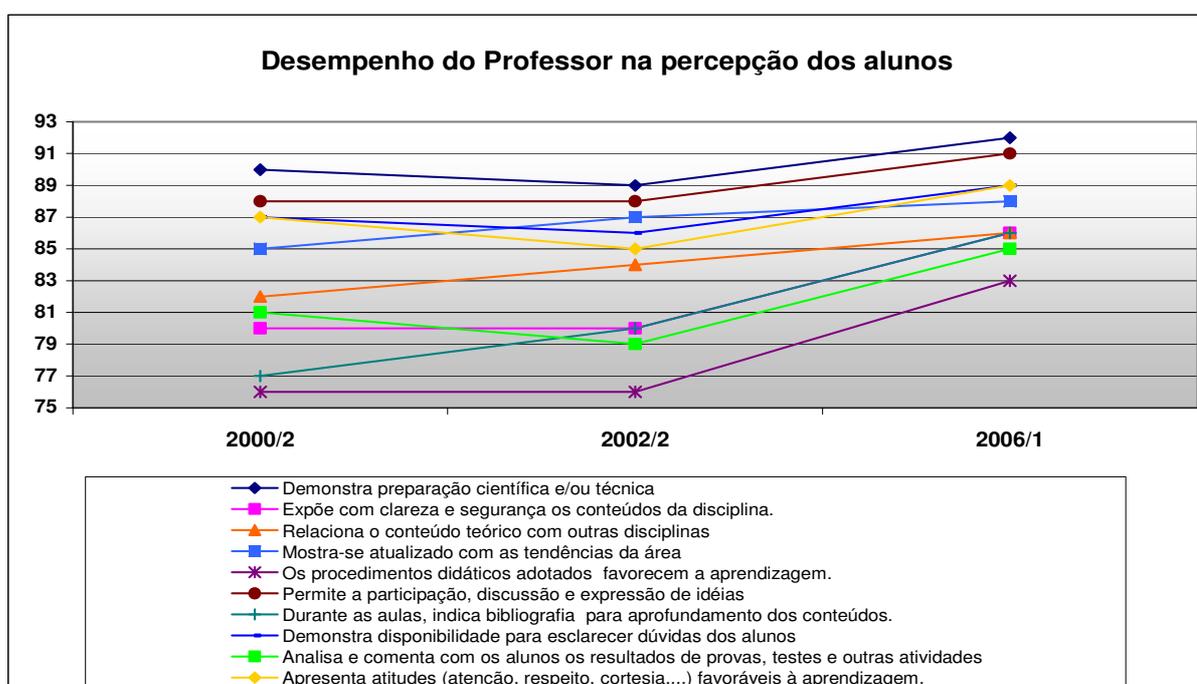


**Figura 1 - Alunos e professores respondentes nas avaliações**

Conforme pode ser visualizado na **Figura 1**, comparando-se os resultados das últimas duas avaliações realizadas pelos professores – 2000/2 e 2002/2, verifica-se que houve um aumento significativo do percentual de professores respondentes. A maior participação dos professores provavelmente tem relação com o uso que está sendo feito deste processo dentro da Instituição e pela sensibilização quanto à necessidade do corpo docente engajar-se na auto-avaliação da Universidade, entendendo-se como elemento fundamental nesse grande complexo educacional.

Quanto ao percentual dos alunos, embora menor que o das avaliações anteriores, mantém-se dentro da média das diversas avaliações e em índice considerado adequado para as análises desejadas. A informatização deste processo de avaliação do ensino, em fase de implantação, poderá garantir um aumento do percentual de respostas, tanto dos acadêmicos quanto dos docentes.

Na categoria Desempenho do professor, na visão dos alunos e professores, observa-se que, quando somados A (totalmente de Acordo) com B (de acordo, embora não totalmente) tem-se que em todos os cursos os alunos consideraram o desempenho dos professores bom (entre 70% e 89% de aprovação). No caso dos professores, em sua auto-avaliação, os valores alcançados são melhores, acima de 90% de favorabilidade nas variáveis avaliadas.



**Figura 2 – Desempenho do professor na percepção dos alunos**

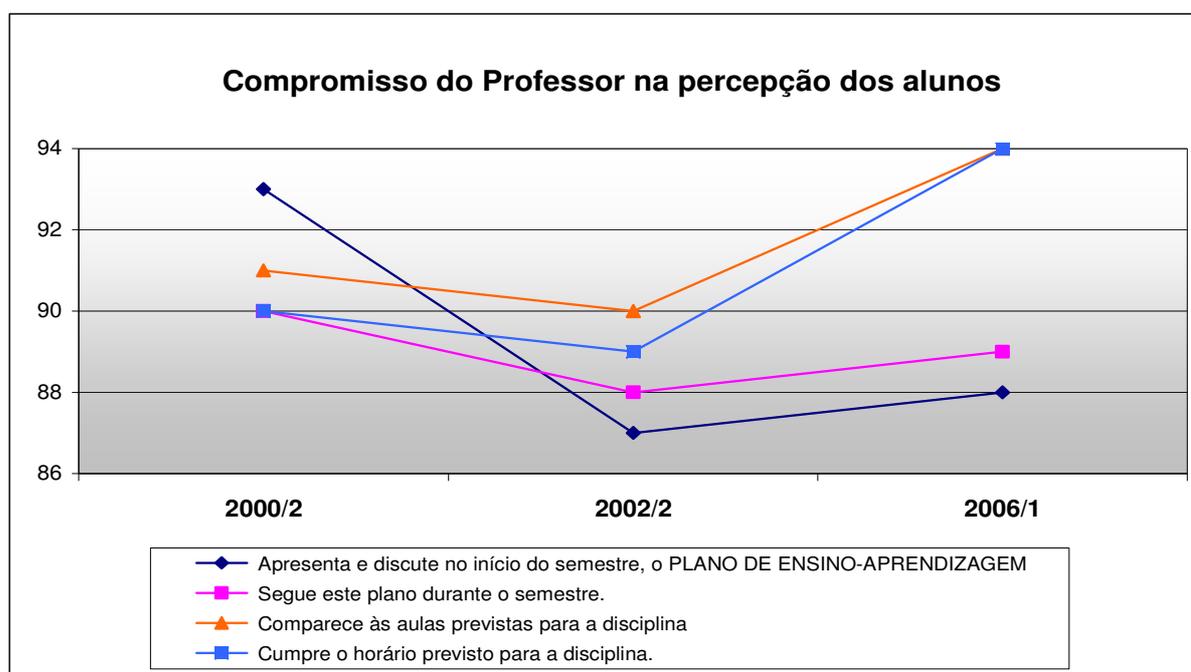
Ao se analisar as variáveis desta categoria, em todos os cursos, na percepção dos alunos, observa-se que os três melhores índices referem-se a:

- Demonstra uma preparação técnico/científica adequada para a disciplina;
- Permite a participação, discussão e expressão de idéias sobre o assunto em estudo;

- Demonstra disponibilidade para esclarecer dúvidas dos alunos e apresenta atitudes favoráveis à aprendizagem.

Nesses aspectos houve elevação dos índices de satisfação em relação à avaliação anterior, embora os índices anteriores também estivessem bons. Em todos os indicadores da categoria Desempenho docente, nesta avaliação de 2006/1, os índices de favorabilidade são superiores a 80% revelando, portanto, que as políticas voltadas ao ensino refletiram em melhorias na atuação do professor em sala de aula.

Quanto à categoria Compromisso dos professores envolvendo: assiduidade, pontualidade, apresentação e cumprimento do plano de ensino-aprendizagem, os índices de favorabilidade em 2006, são melhores do que os de 2002.

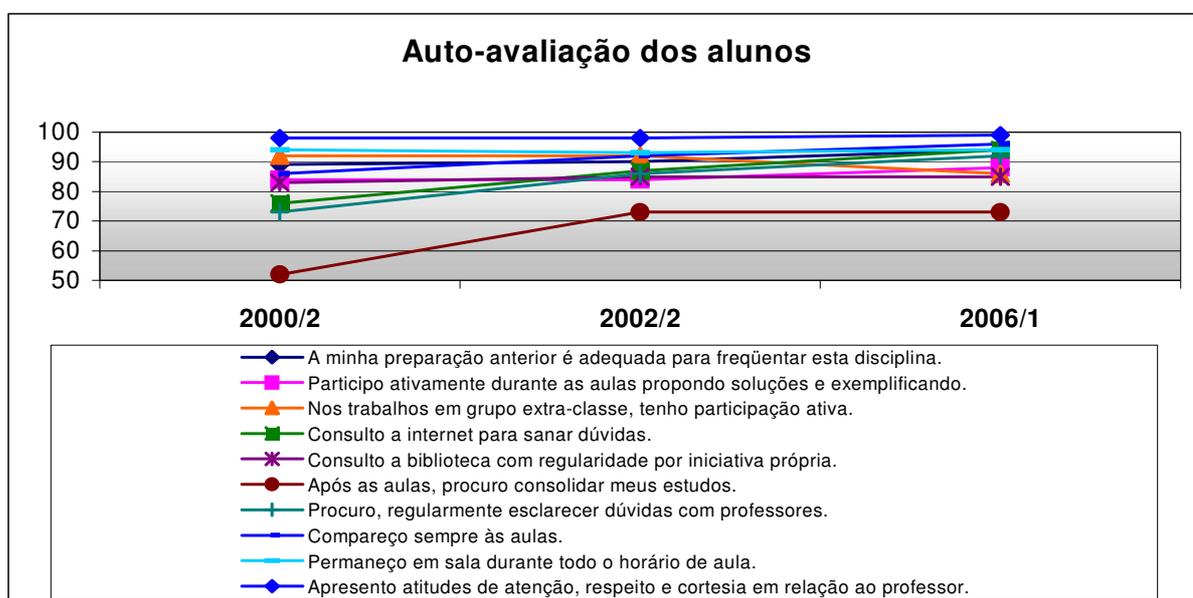


**Figura 3 – Compromisso do professor na percepção dos alunos**

Quanto à categoria Disciplina, 89% dos alunos concordam com a adequação dos conteúdos das disciplinas.

Constatou-se que os relatórios elaborados pela COMAVI referente a este processo avaliativo e encaminhados aos respectivos Coordenadores de Curso, à PROen, e a outros órgãos da administração superior, além da Reitoria, sugerem que os responsáveis identifiquem em quais disciplinas estão presentes as maiores insatisfações, já que os dados apontados nos quadros são valores médios de todas as disciplinas, a fim de, coletivamente, planejar ações para melhorar o grau de satisfação do ensino oferecido aos acadêmicos.

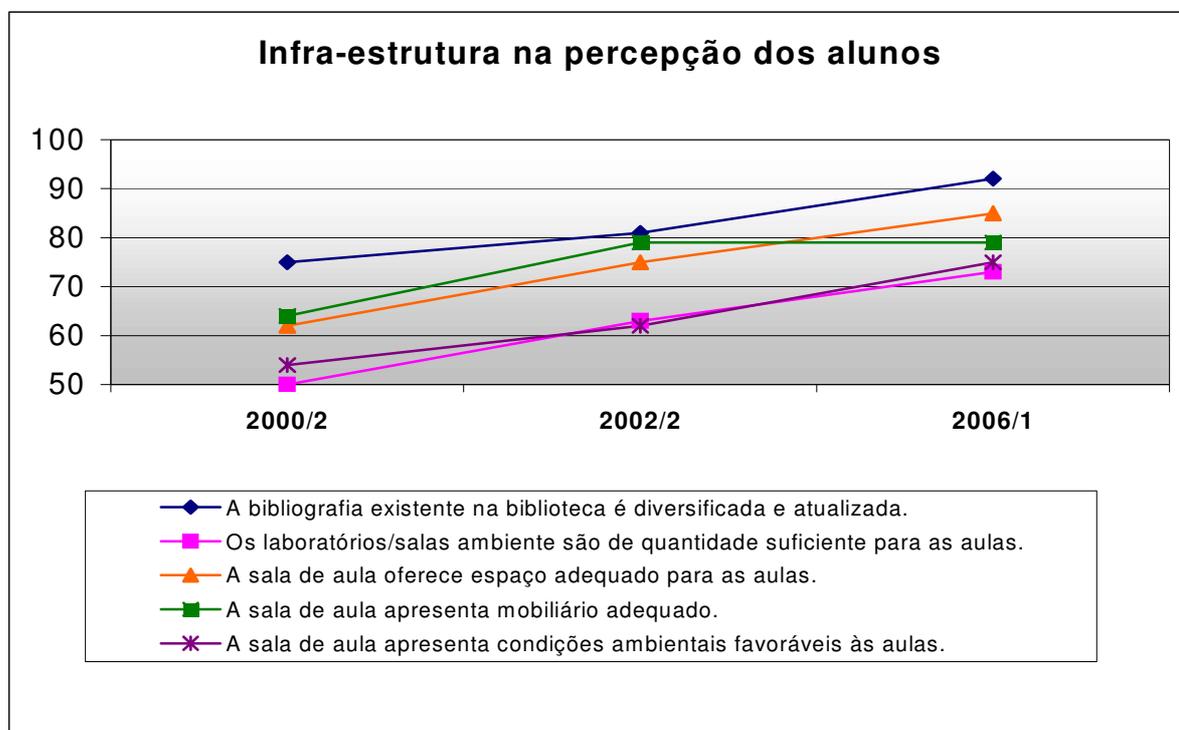
Analisando o perfil dos alunos através de sua Auto-avaliação, em 2002/2, 90% deles consideraram que possuíam “preparação anterior adequada” para freqüentar as disciplinas, elevando para 94% este índice na avaliação de 2006/1. Já entre os professores, em 2002/2, somente 81% consideraram que os alunos tinham “preparação anterior adequada” para freqüentar a disciplina. Dos itens desta categoria, o que os professores e alunos consideraram menos satisfatório é o aspecto: “realizam estudos fora da sala de aula para consolidar os estudos”. Certamente, esta constatação reflete a relação com o perfil dos nossos acadêmicos, que ao mesmo tempo, são também trabalhadores, o que dificulta uma dedicação maior aos estudos fora da sala de aula.



**Figura 4 – Auto-avaliação dos alunos**

Quanto à Infra-estrutura, analisando-se as três últimas avaliações, de 2000/2, 2002/2 e 2006/1, percebe-se um aumento considerável do índice de satisfação dos alunos, tanto em relação à bibliografia disponível na biblioteca

quanto aos espaços de sala de aula, laboratórios, móveis e condições ambientais da sala de aula. Os investimentos realizados nesta área portanto, foram perceptíveis para os acadêmicos.



**Figura 5 – Infra-estrutura na percepção dos alunos**

De acordo com a média geral, os índices mais baixos referem-se à quantidade de laboratórios e ou salas ambiente, com 73%, e “condições ambientais (silêncio, iluminação, ventilação) favoráveis às aulas”, com 75%. Ressalta-se que, embora ainda baixos, estão superiores aos da avaliação anterior indicando que foram realizados investimentos nesses aspectos. Na Dimensão 7 e nas planilhas quantitativas, em anexo, pode-se constatar o investimento realizado nos últimos anos na infra-estrutura destinada ao ensino.

Quando questionados se o Curso está satisfazendo seus interesses profissionais e ou pessoais, em média, é bom o índice de alunos satisfeitos com o curso quando se soma A (totalmente de acordo) e B (de acordo), incluindo 84% dos acadêmicos na avaliação de 2006/1. Este índice também é superior ao índice dos períodos avaliativos anteriores, de 78% em 2000/2 e de 81% em 2002/2.

A COMAVI, nos relatórios lembra ainda que este processo avaliativo não se encerra com a elaboração dos diversos relatórios. A partir deles deve iniciar, no interior da Instituição, entre discentes, docentes e gestores, um longo e amplo

processo de interpretação e análise dos dados agregados a outros disponíveis, principalmente, nos Colegiados dos Cursos, de forma a orientar decisões com vistas ao alcance dos objetivos e metas educacionais desejadas e já previstas nos respectivos Projetos Políticos Pedagógicos. É visível, portanto, a coerência entre a prática da avaliação e os princípios norteadores desta proposta da FURB.

Além dessa modalidade de avaliação, a PROEn tem realizado, semestralmente, diretamente com alunos e professores, a avaliação das disciplinas do eixo articulador dos cursos das licenciaturas e das disciplinas com 20% da carga horária a distância.

Na avaliação da Política das Licenciaturas, **(ANEXO G)** quanto à inserção da Prática como Componente Curricular – PCC no currículo, na percepção dos professores, ficou visível que alguns já adotavam esta estratégia, outros manifestaram que isto aproximou a academia e o fazer pedagógico das escolas e outros ainda expressaram que esta inserção obrigou o professor a incluir aspectos práticos em disciplinas eminentemente teóricas. Revelaram também que a PCC tem provocado mudanças na sua prática pedagógica, pois tem ampliado a reflexão sobre as necessidades dos acadêmicos, sugerindo alternativas para incrementar sua atuação em sala de aula.

Na percepção dos alunos, esta avaliação revela que a composição de turmas mistas contribui em alguns casos para a integração dos alunos de diferentes cursos, e muitos alunos, também consideram que esta organização não contribui pedagogicamente.

De acordo com os dados da avaliação realizada da modalidade semi-presencial em 2006/1, nas 70 disciplinas de 20 cursos da graduação que optaram por esta modalidade de ensino, ela foi considerada excelente por 30% dos alunos entrevistados, bom por 50%, regular por 12%, ruim 5% e péssimo por 3%.

A comunidade universitária em conjunto com a CPA considera portanto, que a FURB apresenta um **processo sistemático de avaliação do ensino e faz uso dos resultados de avaliação para o planejamento das atividades da área**, atribuindo assim o valor 4 para estes indicadores. Já não é tão visível, no entanto, a **divulgação dos resultados do processo de avaliação para a comunidade acadêmica**, indicador que recebeu o valor 3.

### 2.1.3.1.2 Práticas externas de avaliação do processo ensino-aprendizagem

#### 2.1.3.1.2.1 Exame Nacional de Cursos e ENADE

A FURB participa dos exames nacionais de avaliação do desempenho dos estudantes desde a sua primeira edição, em 1996, quando era denominado de Exame Nacional de Cursos mais conhecido como Provão do MEC. Os cursos avaliados e respectivos conceitos podem ser visualizados na Tabela 01 (**ANEXO H**).

Também já a partir deste período, a Instituição recebia as Comissões de Especialistas do MEC para verificação das condições de oferta dos cursos de graduação. Este procedimento foi adotado pela FURB até o ano de 2001. Em 2002 novas orientações foram repassadas para as IES pertencentes ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e a ACAFE em relação a visita *in loco* de Comissões do MEC, razão pela qual, a partir desse ano a FURB não mais solicitou avaliação externa por parte do INEP-MEC (**ANEXO I**).

Com a implantação do SINAES, a partir de 2004 a FURB aderiu também ao ENADE- Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes. É oportuno ressaltar que nesse contexto, a PROEn em conjunto com a COMAVI coordenaram um processo de divulgação deste novo sistema da Avaliação Institucional, incluindo palestras sobre o Enade concebido como parte da avaliação da educação superior, centrado na trajetória e não no ponto de chegada. Conforme demonstrado na Tabela (**ANEXO H**) dos 6 (seis) cursos que participaram do ENADE em 2004, 04 (quatro) conquistaram o conceito 4 e 2 (dois) o conceito 3. Em 2005, 16 (dezesesseis) cursos da FURB participaram e obtiveram a seguinte pontuação: 06 com conceito 4, 08 conceito 3 e 02 conceito 2.

#### 2.1.3.1.2.2 Pareceres de avaliação externa dos cursos

O Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina é o órgão de regulação que cumpre os ritos de ordem burocrática que dão legalidade, validade e legitimidade à Instituição e respectivos cursos de graduação. Analisa e avalia

*in-loco* e emite pareceres como os atos de credenciamento e renovação de credenciamento com data prevista e com prazo estipulado pelo órgão regulador.

Atualmente a FURB tem 38 cursos funcionando regularmente atendendo aproximadamente 12.000 alunos na graduação. De acordo com os relatórios, os últimos pareceres das comissões de verificação têm sido favoráveis e destes pode-se destacar as seguintes considerações: avaliações produtivas com orientações positivas para melhoria do curso avaliado; casos de avaliadores com detalhamentos/sugestões desnecessárias que nada acrescentam ao curso; recomendações como sugestões para aprimoramento as vezes auxiliam os Coordenadores na efetiva ação (normalmente se refere a laboratórios e equipamentos), a Biblioteca Central sempre muito elogiada, já as Setoriais são consideradas com seu espaço físico muito restrito. Infra-estrutura normalmente atende ao que está sendo avaliado. Os relatórios referentes a esta prática avaliativa ainda apontam como muito positivos, os espaços do Registro Acadêmico, e os sistemas de planos de ensino-aprendizagem e o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem permitindo a utilização de novas tecnologias.

Os avaliadores também consideram que a Instituição tem um bom projeto de formação pedagógica para docentes com a assessoria pedagógica atuando diretamente nos Centros o que tem facilitado inclusive a construção e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Quanto à pesquisa, extensão e titulação do corpo docente, em geral os índices também são bons. Quanto ao cumprimento do que determinam as diretrizes as comissões externas consideram que está sendo cumprido o que propõe a legislação vigente, pois já está aprovada a Política interna para as Licenciaturas e também o Projeto Político Pedagógico para os Cursos de Graduação. De acordo com informações da PROEn/SATE, os pareceres finais das comissões têm sido utilizados para melhorias nos cursos.

<b>Nome do Curso</b>	<b>Ano do Reconhecimento</b>	<b>Ano da Renovação do Reconhecimento</b>
Química Habilitação: Química Têxtil	2001	-
<b>Sub-total em 2001</b>	<b>01</b>	
Farmácia Habilitação: Farmacêutico	2002	-
História: Licenciatura e Bacharelado	2002	-
Moda – Estilismo Industrial	2002	-
Odontologia	2002	-
Pedagogia Habilitação: Magistério da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental e Educação Especial	2002	-
Turismo e Lazer	2002	-
<b>Sub-total em 2002</b>	<b>06</b>	
<b>Arquitetura e Urbanismo</b>	-	<b>2003</b>
Química Habilitação: Química de Alimentos	2003	-
Tecnologia em Processos Industriais Habilitação: Eletromecânica	2003	-
<b>Sub-total em 2003</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
<b>Fisioterapia</b>	-	<b>2004</b>
Engenharia de Telecomunicações	2004	-
Farmácia Habilitação: Farmacêutico Bioquímico	2004	-
<b>Sub-total em 2004</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
<b>Artes</b> <b>Habilitação: Licenciatura em Música</b>	-	<b>2005</b>
<b>Ciências da Religião – Ensino Religioso</b>	-	<b>2005</b>
<b>Engenharia Florestal</b>	-	<b>2005</b>
<b>Psicologia</b>	-	<b>2005</b>
Engenharia de Produção	2005	-
Sistemas de Informação	2005	-
<b>Sub-total em 2005</b>	<b>02</b>	<b>04</b>
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>06</b>

**Quadro 1 - Cursos avaliados para fins de regulação pelo CEE-SC (2001-2005).**

Fonte: Divisão de Políticas Educacionais da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Para o procedimento de **Avaliação** (análise e identificação de mérito dos cursos) que afere e verifica a qualidade dos mesmos, o Conselho Estadual de Educação define os cursos que serão avaliados *in-loco*. As duas últimas avaliações foram realizadas através de Instrumento próprio de Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos nas seguintes dimensões: Organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações, cada qual, com vários indicadores. Segue tabela com os resultados obtidos nas últimas avaliações.

CURSOS	Ano	Comissão de Verificação do CEE-SC - Avaliação In-loco		
		Organização Didático- Pedagógica	Corpo Docente	Instalações
Farmácia	2001	Foi descritivo (sem instrumento padrão)		
Direito	2003	CR	CR	CB
Medicina	2003	CB	CI	CMB

**Quadro 2 - Cursos Avaliados pelo CEE/SC para verificação das Condições de Oferta, 2001-2005.**

Fonte: Divisão de Políticas Educacionais da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>2.1.1 Projeto Pedagógico dos cursos de graduação</b>						
2.1.1.1 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos, o Planejamento Estratégico e o PPP da graduação.					X	
2.1.1.2 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e a missão da Instituição.					X	
2.1.1.3 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC.						X
2.1.1.4 Concepções de currículo, aprendizagem, ensino e avaliação da graduação coerentes com as finalidades da FURB.					X	
2.1.1.5 Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo no ensino de graduação.				X		
2.1.1.6 Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).					X	
2.1.1.7 Coerência entre a organização curricular, os objetivos, e o perfil do egresso.					X	
2.1.1.8 Mecanismos de atualização e revisão sistemática dos currículos.				X		
2.1.1.9 Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias.				X		
2.1.1.10 Existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial.						X
2.1.1.11 Práticas didático-pedagógicas coerentes com a concepção de ensino e avaliação do PPP do curso.				X		
2.1.1.12 Participação dos professores na elaboração do PPP do curso.					X	
2.1.1.13 Participação dos alunos na elaboração do PPP do curso.				X		
2.1.1.14 Apropriação do PPP do curso pelos professores.				X		
2.1.1.15 Apropriação do PPP do curso pelos alunos.			X			
<b>2.1.2 Projeto Pedagógico dos cursos seqüenciais</b>						
2.1.2.1 Planejamento de metas a serem			X			

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
alcançadas em curto e médio prazo em cursos seqüenciais.						
<b>2.1.3 Práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem</b>						
2.1.3.1 Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógico, infra-estrutura...).					X	
2.1.3.2 Uso dos resultados de avaliação para o planejamento das atividades do ensino.					X	
2.1.3.3 Divulgação dos resultados de avaliação para a comunidade acadêmica.				X		

**Planilha Avaliativa 2 – Dimensão 2.1**

**Escala:**

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.1:**

- Coerência dos projetos da área da educação com a Missão e finalidades da FURB.
- Sistematização do PPP da graduação.
- Flexibilização curricular.
- Existência de espaços e modalidades de formação continuada aos docentes e apoio pedagógico contínuo.
- Presença de Assessoria Pedagógica na PROEn e nas Unidades Universitárias.
- Implantação do AVA para apoio ao ensino e o desenvolvimento, na área do ensino de processos envolvendo novas tecnologias de informação e de comunicação.
- Implantação do Sistema de Plano de Ensino-Aprendizagem On-line (SISPEA).

**Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.1:**

- Ausência de metas a curto e médio prazo para o ensino de graduação.
- Há ressalvas quanto à flexibilização, pois a rigidez do sistema organizacional (turno, fase, currículo, limitações de oferta) impede a adoção de algumas práticas.
- Dificuldades na adoção de práticas de ensino e de avaliação da aprendizagem diferenciadas em decorrência da pouca formação didático-pedagógica, do desconhecimento das concepções de ensino-aprendizagem e do sistema horista de contratação dos docentes.
- Pouca apropriação do PPP dos Cursos, por parte de alunos e professores.
- Ausência de cronograma para implantação dos cursos seqüenciais.
- Indefinição da condução dos cursos seqüenciais e do EAD.

**Recomendações da CPA:**

- Flexibilizar os horários de discussão do PPP dos Cursos para ampliar a possibilidade de participação dos alunos.
- Agilizar a adequação dos PPPs dos cursos ao PPP da Graduação.
- Estudar o impacto financeiro nas implantações das reformas curriculares.
- Fortalecer os sistemas para o ensino envolvendo novas tecnologias de informação e de comunicação.
- Definir a condução dos cursos seqüenciais e do EAD

## 2.2 A POLÍTICA PARA A PESQUISA

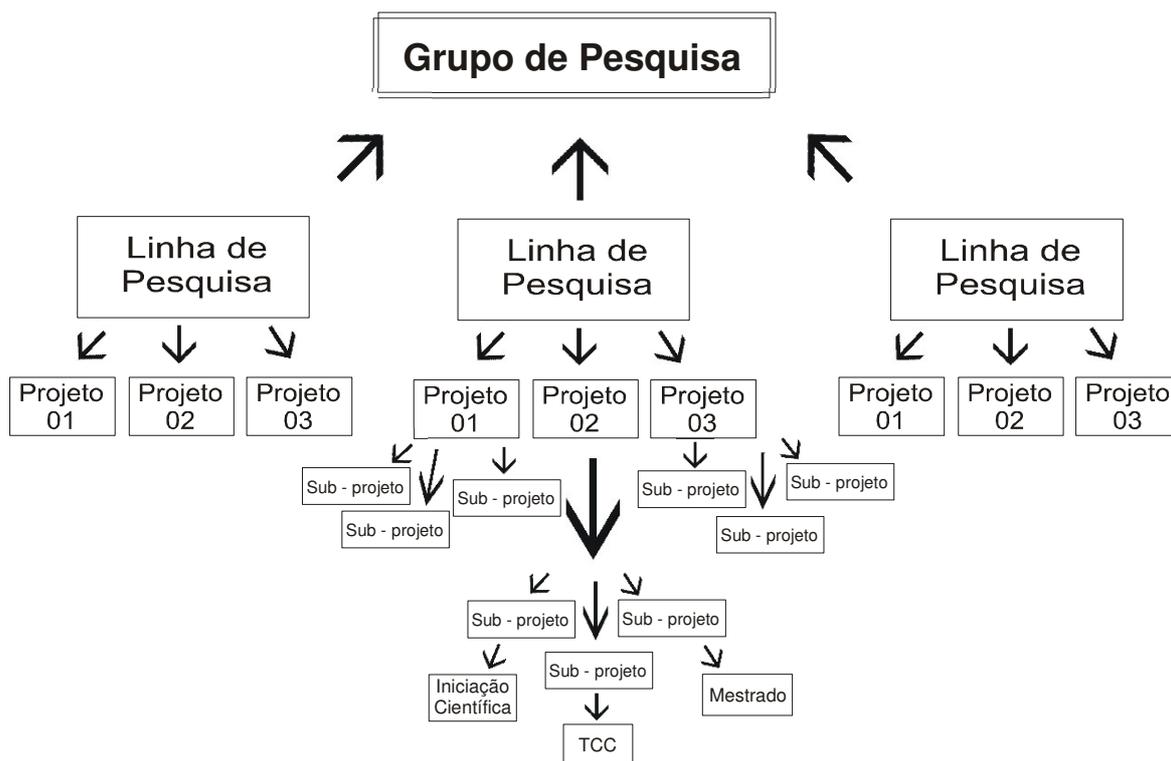
As atividades de pesquisa na FURB estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PROPEP. Submetida a esta Pró-Reitoria está a Divisão de Apoio e Desenvolvimento da Pesquisa - DADP que tem por função coordenar, acompanhar e orientar os pesquisadores nas suas atividades, conforme previsto na Resolução 22/2003, alterada pela Resolução 59/2006. Todos os projetos desta área são desenvolvidos nos 29 departamentos da Instituição, nos três Institutos de Pesquisa e nos 7 programas de mestrado.

A pesquisa na FURB visa a produção de novos conhecimentos, desenvolvimento de métodos e processos que incorporem os conhecimentos científicos e tecnológicos, tornando-os utilizáveis, bem como adaptando-os, para sua aplicação ao desenvolvimento econômico e social da comunidade e dos setores da produção regional.

As atividades de pesquisa internamente são cadastradas no Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão - SIPEX - que consiste num banco de dados sobre projetos de pesquisa. As informações do SIPEX referentes a dados do projeto, carga horária e orçamento são alimentadas pelos pesquisadores e a manutenção do mesmo é de responsabilidade da DADP.

Do seu quadro de docentes, 70% é composto por mestres e doutores, portanto um percentual alto de profissionais qualificados para as atividades de pesquisa. Tendo a FURB, 95 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, e em média, cada grupo possui 4 pesquisadores envolvidos, tem-se, aproximadamente, 360 docentes envolvidos em alguma atividade de pesquisa.

A FURB, nessa área, segue as políticas de pesquisa que devem ser empregadas em todas as Universidades do país e dessa forma os projetos de pesquisa estão inseridos nas atividades dos Grupos de Pesquisa, devidamente cadastrados e certificados pelo CNPq, fazendo parte de uma das linhas de pesquisa que, por afinidade de temática, compõem o Grupo. Dos projetos de pesquisa principais dos pesquisadores surgem os subprojetos, que se caracterizam por atividades específicas desenvolvidas por estudantes de mestrado e iniciação científica ou que fazem parte de atividades acadêmicas como trabalhos de conclusão de curso (vide Figura 6).



**Figura 6 - Representação esquemática das atividades de pesquisa da FURB**

As diretrizes prioritárias da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação para o incremento e consolidação das atividades de pesquisa, no período 2001/2005, definidas pelos seus gestores, são:

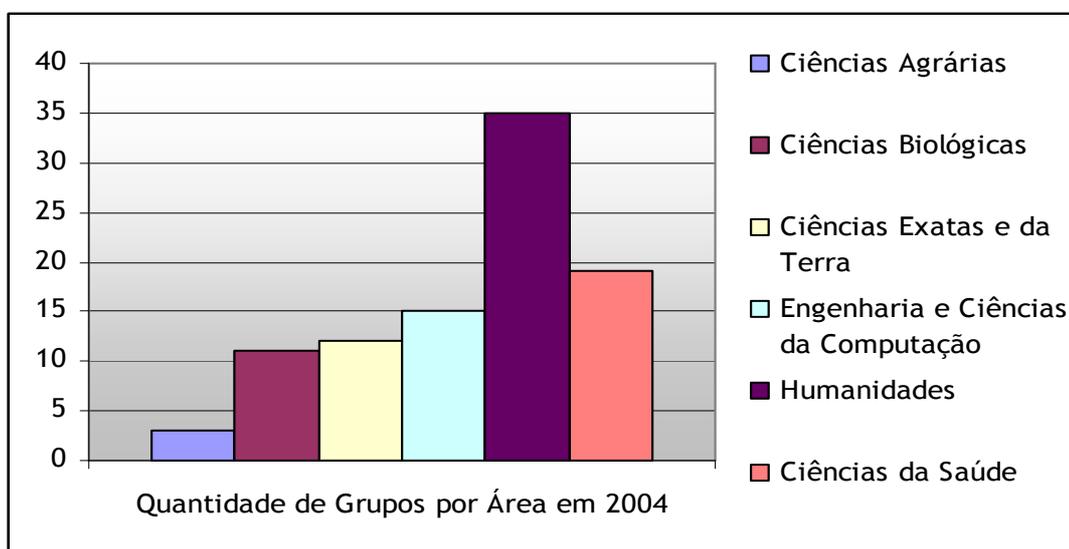
- a) ampliar os cursos de pós-graduação "strictu-sensu", coordenados por grupos de pesquisa com produtividade reconhecida;
- b) manter o edital interno para apoio a atividades de pesquisa e participação em eventos;
- c) buscar maior interação entre a iniciação científica e os cursos de mestrado;
- d) dar suporte aos grupos de pesquisa, com produtividade, para ampliação de suas atividades;
- e) manter os programas internos de iniciação científica e as taxas de bancada para estes projetos.

Passa-se agora a analisar a pesquisa, observando-se as categorias e os indicadores definidos na planilha avaliativa desta dimensão, e tendo como

referência as manifestações da comunidade nos seminários avaliativos e nos questionários **(ANEXO A)** que também serviram como meio de consulta interna.

### 2.2.1 A Pesquisa na FURB e sua forma de operacionalização

Considerando que no censo realizado pelo CNPq em 1997 a FURB tinha 3 grupos de pesquisa cadastrados, em 2000, 49 grupos e no censo de 2004 apresentou 95 grupos, nota-se um significativo aumento das atividades de pesquisa nos últimos anos. Dos 95 grupos cadastrados, a divisão por grande área ficou assim distribuída (vide Figura 7):



**Figura 7 - Quantidade de grupo de pesquisa por área em 2004**

O crescimento dos grupos de pesquisas, neste período, demonstra que esta atividade é uma prática já consolidada e difundida na Instituição, o que justifica o valor 4 atribuído no indicador **cadastramento dos grupos de pesquisa no CNPq**.

As linhas de pesquisa na FURB são definidas e desenvolvidas pelos departamentos e estão contempladas nos seus Planos Departamentais. Apesar de nem todos os departamentos possuírem planos departamentais atualizados, a definição das linhas de pesquisas é uma prática institucionalizada. Assim, constata-se que **há eixos e linhas de pesquisa institucionalmente definidos** justificando o valor 4 atribuído na planilha de avaliação.

Constata-se também a presença de **mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB** coordenados pela Divisão de Registro Docente, em geral, para fins de pontuação no Plano de Carreira Docente. Por ser considerada ainda de forma limitada, atribuiu-se o valor 3 a este indicador.

Quanto à **existência de eventos de difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico- científica, bem como, acerca da existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica**, a análise realizada identificou que os projetos de pesquisa desenvolvidos geram resultados importantes para a comunidade científica e para a comunidade em geral. O FAIC - Fórum Anual de Iniciação Científica, os seminários organizados pelos programas de pós-graduação, as semanas acadêmicas dos cursos, Congressos feitos pela FURB ou com parcerias e outros eventos, garantem uma boa difusão da produção científica dos nossos pesquisadores. Estes aspectos demonstram que a instituição também tem diretrizes claras e definidas para a divulgação da produção científica. Além dos eventos citados, a FURB conta com publicações de revistas científicas e com a veiculação em rede nacional de TV do programa Universo Pesquisa que divulga as pesquisas realizadas na Universidade. Esses canais de comunicações garantem uma boa visibilidade para a pesquisa na Instituição conferindo-se o valor 4 para os dois indicadores.

A FURB também já implantou algumas formas de apoio à divulgação de sua produção acadêmico-científica e tecnológica. Além dos recursos financeiros que os departamentos repassam aos seus professores, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação instituiu no ano de 2004 um edital interno para apoiar projetos de pesquisa e também, a participação de seus professores na apresentação de trabalhos científicos. O valor destinado ao Edital é de R\$ 100.000,00 anuais e cada professor pode aprovar um teto de R\$ 5.000,00. Os programas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e PIBIC/FURB que distribuem 40 bolsas cada, contam com uma taxa de bancada de R\$ 1.000,00 para cada projeto. Esses valores também podem ser utilizados para a apresentação de trabalhos em eventos científicos pelos bolsistas. Apesar de ser uma prática institucionalizada a comunidade universitária entende que ainda não se atingiu o nível ideal atribuindo, por esta

razão o valor 3 ao indicador **existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica**.

Ao analisar o indicador que trata da **promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente** verificou-se a existência de práticas nesta direção, porém somente ainda de forma eventual o que conduziu a comunidade universitária a valorar este aspecto no nível 2.

Em relação ao **apoio aos professores qualificados para a Pesquisa Científica**, com a concessão de carga horária, os relatórios apontam que, aproximadamente 4500 horas/ano foram incrementadas às atividades de pesquisa no período 2001/2005 (Quadro 3) , que demonstra o compromisso da administração com esta função da Universidade. Em vista disso conferiu-se o valor 4 a este indicador.

<b>Ano</b>	<b>Horas destinadas para a pesquisa</b>
2001	24.765
2002	29.001
2003	27.363
2004	31.441
2005	29.109

**Quadro 3** - Horas destinadas para a pesquisa no período 2001/2005

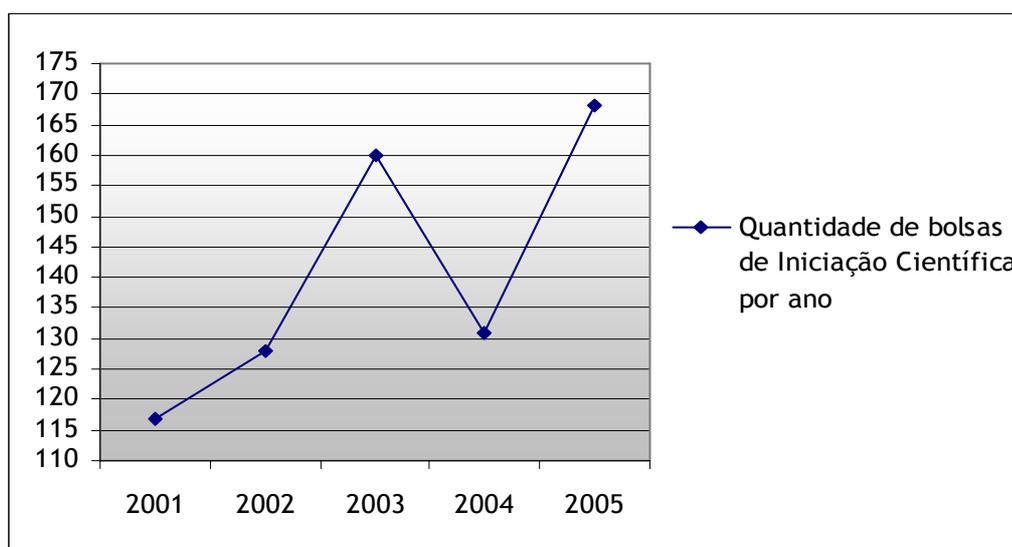
Outro aspecto já consolidado na instituição é o tratamento ético na condução das atividades de pesquisa. As que têm como objeto de estudo seres humanos e animais são, em primeira instância, analisadas pelos Comitês de Ética respectivos, regulamentados pelas Resoluções 35/2002 e 52/2002, e aquelas que trabalham com organismos geneticamente modificados são analisadas pelo Comitê de Biossegurança. A existência e a atuação desses comitês refletem a **presença da dimensão ética nas práticas de pesquisa** (seres humanos, animais e meio ambiente), atribuindo-se o valor 4 na avaliação deste indicador.

Os projetos de pesquisa submetidos à apreciação interna são avaliados pela Comissão de Avaliação de Projetos e Relatórios – CAP, regulamentada pela Resolução 46/2003, que é constituída por 21 professores doutores distribuídos nas três grandes áreas do conhecimento do CNPq (Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Vida). As unidades base de lotação dos pesquisadores (departamentos, institutos) possuem uma CAP

departamental onde é feita a primeira análise de uma proposta de pesquisa. De acordo com a avaliação deste aspecto, constatou-se que a CAP departamental só aprova os projetos que estão de acordo com os objetivos e linhas de pesquisa do departamento, o que reflete a **produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos departamentos** conferindo, assim o valor 4.

### 2.2.2 Política institucional de Iniciação Científica e formas de sua operacionalização

Os programas de bolsa de Iniciação Científica da Universidade, PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB e PIPE/Artigo 170 distribuíram nos últimos cinco anos a seguinte quantidade de bolsas: 117 bolsas em 2001, 128 bolsas em 2002, 160 bolsas em 2003, 131 bolsas em 2004 e 168 bolsas em 2005 (vide Figura 8).



**Figura 8 - Quantidade de bolsas de Iniciação Científica no período 2001/2005**

Considerando o número de alunos matriculados na graduação da FURB o número de bolsas ainda é pequeno, mas observando-se a demanda por bolsas de Iniciação Científica percebe-se ser este um número adequado de bolsas até o momento. Assim conferiu-se o valor 4 ao indicador **mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de**

**pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros),** pois entende-se que é uma prática já consolidada e bem visível na comunidade.

Os três programas distribuem as bolsas através de editais públicos, divulgados com antecedência. São elaborados conforme as instruções normativas estabelecidas pelo CNPq, com critérios claros para o professor e o aluno, o que garantiu o valor 5 ao indicador **critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.**

Em decorrência da necessária vinculação dos projetos de pesquisa às linhas de pesquisa definidas nos Departamentos, e considerando a missão da Instituição, a comunidade avaliativa entende que as práticas institucionais estão caminhando na direção de garantir a **coerência das linhas/eixos das pesquisas de Iniciação Científica com o ensino e as atividades de extensão, definidas no PPP.** Como esta coerência ainda não é visível em todos os projetos, em função das alterações realizadas recentemente nas diversas políticas internas, este indicador recebeu o valor 3 na escala avaliativa.

O **apoio da instituição a professores qualificados para Iniciação Científica** se dá pela atribuição de carga horária para orientar o aluno bolsista (vide Quadro 4). Neste indicador, as normas e ou diretrizes são claras, definidas em resolução o que confere uma boa avaliação a este indicador, valor 4.

Ano	Horas destinadas para iniciação científica
2001	2.808
2002	3.072
2003	1.920
2004	1.572
2005	2.016

**Quadro 4 - Horas destinadas para iniciação Científica no período 2001/2005.**

### 2.2.3 Envolvimento e participação dos professores

Quanto a este aspecto a comunidade universitária entende que, além de crescer em quantidade, a divulgação de resultados de pesquisa em eventos científicos, deve também crescer em qualidade. Nesse sentido, é importante a

divulgação de trabalhos de forma mais intensa em eventos de reconhecimento nacional e internacional. Em vista disso ao indicador **apresentação pelos professores de resultados em eventos científicos** conferiu-se o valor 3, pois apesar de ser uma prática já visível precisa ser mais intensificada até para garantir a permanência dos cursos stricto sensu.

Em relação à divulgação de resultados de pesquisa em periódicos indexados os dados indicam que é um campo pouco explorado por nossos professores. Sabe-se que a dificuldade de publicar um artigo em um periódico indexado de expressão é enorme, mas essa dificuldade não pode desestimular os pesquisadores, pois a valoração desses artigos é importante tanto para o pesquisador como para a instituição. O nível 2 conferido ao indicador **apresentação pelos professores de resultados de pesquisa em periódicos indexados**, é compatível com os resultados alcançados pelos nossos pesquisadores, pois há pouca incidência destas publicações, não sendo uma cultura entre os docentes pesquisadores.

A **captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa**, constatou-se que também ainda apresenta níveis baixos, razão pela qual conferiu-se o valor 2 a este indicador.

#### 2.2.4 Envolvimento e participação dos alunos

Como já demonstrado no Gráfico I, há uma boa quantidade de alunos beneficiados com bolsas de iniciação científica financiados pelos programas PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB e PIPE/Artigo 170. Verifica-se, no entanto, uma deficiência em relação a bolsas de Iniciação Científica pagas por empresas privadas ou fundações. A parceria Universidade – Empresa deve ser estimulada constantemente, pois esse diálogo traz excelentes resultados para todos os envolvidos. O valor 1 atribuído ao **indicador bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações...)**, demonstra que a parceria FURB/EMPRESA, com relação à bolsas de Iniciação Científica é ainda inadequado, pouco presente nas práticas institucionais.

O indicador, **participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa** recebeu o valor 2, em razão de ter-se constatado a presença de

poucos alunos trabalhando de forma voluntária nos projetos de pesquisa. Pelo fato da FURB não ser uma instituição de ensino gratuito, cobrando mensalidade de seus alunos, a necessidade de trabalho remunerado para a permanência na mesma impede a dedicação dos alunos na pesquisa científica, de forma voluntária.

No que concerne à apresentação de resultados em eventos científicos por alunos, a comunidade entende que deve haver maior estímulo e apoio dos orientadores para que os alunos apresentem seus trabalhos em tais eventos. O FAIC – Fórum Anual de Iniciação Científica, evento interno, não deve ser a única alternativa para os nossos alunos. O **indicador apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica recebeu o valor 3** indicando que existem ações adequadas, visíveis, porém precisam ser também mais intensas.

#### 2.2.5 Fontes de fomento

Fazendo uso de recursos próprios, a Universidade fomenta 40 bolsas de iniciação científica do programa PIBIC/FURB, dando uma contrapartida de 100% sobre a cota de bolsas da Instituição no programa PIBIC/CNPq. Além disto, possui um Fundo de Amparo à Pesquisa – FUNAPES – que dá suporte financeiro de R\$ 80.000,00 a 80 projetos de iniciação científica (40 PIBIC/CNPq e 40 PIBIC/FURB) subsidiando-os com uma taxa de bancada de R\$ 1.000,00 para compra de material de consumo e permanente e custeio de viagens para apresentação de trabalhos em congressos científicos. A partir de 2004 a Instituição disponibiliza aos pesquisadores, por concorrência em edital público, o montante de R\$ 100.000,00 por ano, para apoio a projetos de pesquisa e participação em eventos. Dessa forma é visível a destinação de **recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica**. Os relatórios anuais analisados evidenciam que isto é uma prática presente, porém os recursos ainda não são suficientes para a Universidade cumprir adequadamente com todos os seus objetivos na área da pesquisa, atribuindo-se assim o valor 3 a este indicador.

Ao indicador, **apresentação pelos professores, de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada**, também foi atribuído

o valor 3. Isto indica que os resultados, ainda são incipientes, embora entenda-se que poderiam ser muito maiores em função do número de professores qualificados atuantes na Instituição. A pouca apresentação de projetos reflete inquestionavelmente no índice de aprovação de projetos que também não é satisfatório.

É oportuno destacar, ainda que, como aproximadamente 80% da receita FURB é proveniente das mensalidades pagas pelos alunos a pesquisa internamente precisa ser auto-sustentável para viabilizar a sua presença na Instituição. Isto é possível alcançar, aproveitando-se as excelentes oportunidades apresentadas pelas agências de fomento estaduais e federais que todos os anos destinam milhões de reais, através de editais para um conjunto de projetos de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento.

A comunidade universitária ao avaliar o indicador **apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento**, manifestou fragilidade também neste aspecto, atribuindo somente o valor 3. Julgou que há necessidade de divulgação mais intensa e freqüente dos editais, bem como maior assessoria na elaboração dos projetos.

Há ainda, a possibilidade da busca institucional por recursos destinados à pesquisa na Universidade. As oportunidades, porém não são muito freqüentes. Estes recursos normalmente são destinados para a infra-estrutura de pesquisa e a FURB tem conseguido sucesso em alguns projetos apresentados. Não é o ideal, e por este motivo, **o indicador captação de recursos pela Instituição para viabilizar a execução de projetos de pesquisa**, recebeu o valor 3.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>2.2.1 Política institucional de pesquisa e formas de sua operacionalização</b>						
2.2.1.1 Cadastramento dos Grupos de pesquisa no CNPq.					X	
2.2.1.2 Há eixos e linhas de pesquisa institucionalmente definidos?					X	
2.2.1.3 Mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB.				X		
2.2.1.4 Existência de eventos de difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica.					X	
2.2.1.5 Existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.					X	
2.2.1.6. Existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e				X		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
tecnológica.						
2.2.1.7 Promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente.			X			
2.2.1.8 Apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica (atribuição de carga horária).					X	
2.2.1.9 Dimensão ética nas práticas de pesquisa (seres humanos, animais e meio ambiente).					X	
2.2.1.10 Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos departamentos (planos departamentais).					X	
<b>2.2.2 Política Institucional de iniciação científica e formas de sua operacionalização</b>						
2.2.2.1 Mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros).					X	
2.2.2.2 Critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.						X
2.2.2.3 Coerência das linhas/eixos das pesquisas de Iniciação Científica com o ensino e as atividades de extensão, definidas no PPP dos cursos.				X		
2.2.2.4 Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica (atribuição de carga horária).					X	
<b>2.2.3 Envolvimento e participação dos professores</b>						
2.2.3.1 Apresentação pelos professores de resultados em eventos científicos.				X		
2.2.3.2 Apresentação pelos professores de resultados de pesquisa em periódicos indexados.			X			
2.2.3.3 Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.			X			
<b>2.2.4 Envolvimento e participação dos alunos</b>						
2.2.4.1. Bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações...).		X				
2.2.4.2 Participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa.			X			
2.2.4.3 Apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica.				X		
<b>2.2.5 Fontes de fomento</b>						
2.2.5.1 Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.				X		
2.2.5.2 Apresentação pelos professores, de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.				X		
2.2.5.3 Apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento.				X		
2.2.5.4 Captação de recursos pela Instituição para viabilizar a execução de projetos de pesquisa.				X		

### Planilha Avaliativa 3 - Dimensão 2.2

#### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

#### **Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.2:**

Existência de Comitês de Ética na experimentação e pesquisa com animais e seres humanos.

Aumento significativo dos grupos de pesquisa cadastrados no diretório de pesquisa do CNPq.

Consolidação do FAIC – Fórum Anual de Iniciação Científica como espaço de divulgação da pesquisa interna.

Aumento da cota de bolsas de iniciação científica pelo CNPq.

Existência de edital interno para apoio a projetos e participação em eventos científicos.

#### **Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.2:**

- Falta de mecanismos de controle das bolsas de pesquisa financiadas por entidades de natureza diversa (empresas, fundações).

- Recursos insuficientes para estímulo aos professores e alunos apresentarem produção científica em eventos externos.

- Pouca produção científica publicada em periódicos indexados.

- Pouca apresentação de propostas de pesquisa em agências de fomento.

- Poucos alunos trabalhando de forma voluntária nos projetos de pesquisa.

- Inexistência de pesquisa em alguns cursos de graduação.

- Inadequação de alguns espaços físicos existentes às necessidades dos novos projetos aprovados.

- Existência de restrição nos critérios para a participação docente em programas e projetos de pesquisa. (Resolução 47/04 só autoriza a pesquisa a docentes enquadrados em TI 40h ou TP 20h)

#### **Recomendações da CPA:**

Aperfeiçoar o SIPEX (Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão) e os mecanismos de acompanhamento dos projetos de pesquisa, para acesso da comunidade interna e externa.

Divulgar os resultados das pesquisas científicas nas semanas acadêmicas.

Verificar e publicar o resultado da participação de docentes e acadêmicos em eventos (número de participações, investimentos, publicações...).

Adotar políticas mais incisivas para estimular a pesquisa nos cursos de graduação.

Regulamentar internamente as formas de remuneração dos acadêmicos em projetos de pesquisa e/ou em outros projetos em desenvolvimento financiados por empresas privadas.

Criar parcerias com empresas de iniciativa privada para obtenção de apoio à pesquisa e à iniciação científica.

Incentivar os docentes qualificados a encaminhar o maior número de projetos possíveis nos editais externos.

Redefinir critérios para possibilitar a participação de todos os docentes em projetos de pesquisa (rever Resolução 47/04).

## 2.3 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

### 2.3.1 Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização

A trajetória da extensão na Universidade Regional de Blumenau (FURB), de acordo com Meneghel (2003), parece estar relacionada a um processo que evoluiu de um vínculo não-formal com a sociedade, para uma relação de maior compromisso com o atendimento e demandas sociais, que levou, inclusive, à criação de uma estrutura específica para tanto, em 1997 - a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias - PROERC.

A Universidade, à época, formalizou resolução interna regulamentando as atividades de extensão em seu âmbito, mas não instituiu uma política propriamente dita. De acordo com essa resolução, a extensão consistia em "interação sistematizada com a Comunidade, visando contribuir para o seu desenvolvimento e dela buscando conhecimentos e experiências para a vitalização do ensino e da pesquisa". Era viabilizada por meio de cursos, simpósios, conferências, seminários, debates, palestras, prestação de serviços, consultorias, assessorias, atividades artísticas, esportivas, culturais, editoração e publicação de periódicos.

Os projetos, em geral, chegavam à PROERC quando havia solicitação de algum tipo de auxílio (recursos financeiros, humanos ou materiais) para se concretizarem, ou para certificação, pois, do contrário, podiam ser aprovados e desenvolvidos nas diversas Unidades Universitárias sem conhecimento ou registro na Pró-Reitoria e Relações Comunitárias.

Esses projetos, depois de aprovados, eram classificados em duas categorias: permanentes ou temporários, conforme definição do órgão coordenador da extensão, para distinguir programas ou projetos com longa duração de projetos pontuais (como eventos e cursos) definidos regimentalmente como atividades que visam capacitar e disponibilizar à população em geral (independentemente de sua formação) o conhecimento disponível.

Os projetos aprovados, temporários ou permanentes, não eram submetidos a mecanismos de controle ou acompanhamentos. Os permanentes,

inclusive, quando propostos, nem sempre delimitavam o período de execução e, se fossem aprovados pelos conselhos mencionados anteriormente, eram considerados institucionalizados por seus proponentes e também pela PROERC. Esse procedimento, em que havia desvio e concorrência de atribuições dos órgãos universitários, desfavorecia o controle das atividades de extensão na Universidade. Com o regulamento disponível, a extensão na FURB era desenvolvida predominantemente por projetos de mão única ou de justaposição, conforme Baibich;Guimarães (1995), pouco impactando na relação Universidade-Sociedade e no ensino acadêmico.

Na tentativa de reverter esse quadro, a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias promoveu em 2000, para a comunidade universitária, o Seminário por uma Política de Extensão para a Universidade, que enumerou alguns pontos que necessitavam ser superados na legislação interna e na gestão das atividades de extensão da Instituição, tais como: atender a demandas da sociedade; acompanhar e avaliar projetos; implementar edital público para bolsas de extensão; articular projetos com ensino e pesquisa e entre áreas do conhecimento. A premissa, coletivamente construída, foi que a extensão compreende a inserção da Universidade em seu contexto, atendendo a demandas da sociedade sob diversas formas de interação, articulando o ensino e a pesquisa, com a finalidade de formar profissionais cidadãos, reformular currículos e transformar a sociedade. O fundamento dessa premissa é a concepção da ação extensionista socialmente referenciada.

Com a finalidade de elaborar uma proposição para uma política de extensão, constituiu-se, a partir deste evento uma comissão e empreendeu-se um conjunto de iniciativas destinadas a subsidiar a formulação de uma política de extensão para a Universidade.

Uma dessas iniciativas foi o levantamento das atividades de extensão na FURB, que entrevistou 91 docentes com horas de extensão em 2002 para a coordenação de projetos temporários ou permanentes, de acordo com a Divisão de Recursos Humanos, obtendo-se o seguinte resultado: (1) envolvia 23,85% dos docentes da Universidade; (2) 51,6% dos entrevistados desconheciam a Resolução que disciplinava a atividade na universidade; (3) 23,1% desconheciam qualquer documento que oficializava seu Projeto na instituição e destes 78% desconheciam o parecer que o aprovou; (4) 56,04% dos projetos de Extensão não contavam com discentes, sendo desenvolvidos somente pelo coordenador;

(4) cerca de 30% dos docentes contavam com carga horária média de 5/horas semanais para essa atividade.

O levantamento permitiu identificar a frágil institucionalização da extensão, a ineficácia da normatização existente e a ausência de diretrizes para a extensão. Esses dados apontaram duas características das atividades: a extensão endógena e realizada como mascaramento para outras atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e administração setorial) devido a distorção na alocação da hora/atividade. Também sinalizavam a incipiente gestão da extensão, no que diz respeito à assessoria à comunidade acadêmica, ao acompanhamento de projetos e ao registro de informações qualitativas de extensão.

A Comissão criada no Seminário elaborou uma proposta de Política de Extensão que previa: a criação de banco de dados de informações sobre a extensão, fundo de extensão e comissão para avaliação de projetos; a definição de critérios para aprovação de projetos e bolsas de extensão; a socialização de resultados qualitativos dos projetos; o aprimoramento de instrumentos de gestão universitária e a articulação ensino-pesquisa-extensão. Essa proposta foi submetida a debates públicos com a comunidade acadêmica e encaminhada aos Conselhos Superiores para apreciação do documento, que resultou na Resolução 24/2004, de 21 de maio de 2004.

A Política de Extensão aprovada, reconhece a extensão como atividade acadêmica - apesar das controvérsias destacadas por Botomé (1996) - e pretende investir em vínculos mais duradouros entre Universidade e Sociedade. O conceito de extensão, implícito na Política é "processo de interação entre Universidade e Sociedade, indissociado do ensino e da pesquisa, visando o sustentável desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio do intercâmbio científico, cultural e tecnológico, com uma perspectiva crítica e transformadora".

A implementação da Política de Extensão da FURB ensejou a tomada dos seguintes procedimentos:

- 1) definição de formulários específicos para apresentação de propostas de extensão: foram definidos documentos próprios para a proposição de

projetos com característica eventual e contínua, assim como para relatórios de atividades;

2) atualização do site institucional, visibilizando a extensão, e organização de diversos documentos e processos na Intranet, de modo a facilitar a consulta à comunidade acadêmica;

3) proposição de Sistema de Informações de Extensão, para viabilização do trâmite de propostas *on line*;

4) constituição de Comissão para Avaliação de Projetos de Extensão (Capex): constituída por onze participantes, representando cada um dos sete centros da universidade, três institutos de pesquisa e a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias;

5) elaboração e lançamento de editais internos para apoio a programas de extensão.

A Resolução 24/2004, que instituiu e regulamenta a Política de Extensão na FURB, definiu as seguintes Áreas Temáticas para a proposição de programas e projetos: comunicação; cultura; direitos humanos; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia; trabalho.

Em relação às prioridades, a mesma Resolução atribuiu ao Fórum de Extensão, instância participativa, as incumbências de debater e apresentar propostas para a Política de Extensão, assim como propor diretrizes para a extensão e para a atuação comunitária da Universidade. Formalmente, não há definição de áreas prioritárias, mas os programas apresentados aos editais têm evidenciado realidades e resultados que permitem, a médio prazo, defini-las na perspectiva de atender a demandas concretas da comunidade, bem como enriquecer o processo de formação pela via da extensão.

A extensão universitária não conta com fomento regular. O financiamento das atividades têm se dado com recursos próprios da Universidade, em especial aos programas em curso no período 2004 a 2006. No entanto, cabe destacar a implementação de fomento pelo governo federal, via CNPq e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em relação a este, a FURB não se

habilitou a nenhum projeto; já em relação ao primeiro, a Universidade aprovou o Programa Casa Brasil, ainda em curso. Destacam-se como fontes de fomento a FINEP e o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras), que têm financiado atividades do Laboratório de instrumentação do Ensino e diversas atividades desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Além disso, há programa em curso financiado pela Petrobrás Ambiental, com duração inicial de 2 anos (2004 a 2006), dentre outros financiamentos de caráter pontual.

Inicia-se agora a apreciação da Extensão a partir dos indicadores definidos na planilha e tendo como referência os resultados dos seminários avaliativos, dos questionários aplicados à comunidade interna e da análise documental.

No que se refere aos **mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão**, a comunidade universitária conferiu o valor 3 por considerar que os mesmos já estão institucionalizados, porém ainda são incipientes, não atendem às reais necessidades dos docentes que demonstram interesse nesta atividade. Em 2005, 1.535 horas dos docentes foram destinadas às atividades de extensão. Entende-se que a atribuição de pontuação no plano de carreira docente também é um mecanismo de estímulo, muito embora é uma prática implantada somente em 2004. A possibilidade de captação de recursos, através de editais externos, por exemplo, é uma prática instituída em âmbito nacional, recentemente que poderá estimular mais docentes a se envolverem com atividades extensionistas.

O indicador, **envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão**, recebeu o valor 2, indicando, portanto, que esta prática não é muito presente nas atividades extensionistas. A pouca participação da comunidade na construção dos projetos decorre dos trâmites que estes devem observar até a sua aprovação, para então haver a liberação de horas ao professor. A avaliação dos mesmos, também é realizada somente pela Comissão interna.

Através dos seminários constatou-se que a Instituição organiza uma série de eventos, bem como presta um portfólio diversificado de serviços à comunidade, concluindo que ao indicador, **realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB**, pode-se atribuir o valor 4.

A relação de eventos e de serviços, alguns de caráter permanente, pode ser conferida no **ANEXO C**.

A respeito do indicador, **integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa**, através do questionário aplicado internamente obteve-se o seguinte resultado:

- a) dos professores: 2,17% ótimo, 26,52% bom, 42,17% regular, 16,09% ruim, 6,52% péssimo e 6,52% não sabe, pois não tem envolvimento com esta atividade;
- b) dos acadêmicos: 7,33% ótimo, 29,90% bom, 32,28% regular, 13,37% ruim, 6,53% péssimo e 10,59% não sabe.

Esses dados aliados à percepção da comunidade durante os seminários foram decisivos para valorar no nível 3 este indicador, o que indica que não é muito perceptível a integração entre as diferentes funções da Universidade.

No que concerne à participação de professores e/ou técnicos administrativos nas atividades de extensão, os relatórios indicam que essa participação, em especial a do docente, a partir de 2004, com a entrada em vigor do atual Plano de Carreira Docente (Resolução 47/2004) está facultada aos docentes cujo regime de trabalho seja, ou tempo integral - 40 horas -, ou tempo parcial - 20 horas. Apesar disso, há docentes que não se encontram nos regimes mencionados, trabalhando como colaboradores voluntários nos projetos.

No período 2005 a 2006, a participação de docentes, técnico-administrativo e discentes, exclusivamente em programas e projetos de extensão, se deu conforme demonstra o quadro abaixo:

CATEGORIA		2005	2006*
Docentes		75	210
Acadêmicos da Graduação	Remunerados	57	113
	Voluntários	257	639
	Estagiários	47	25
Acadêmicos de Pós-Graduação		1	13
Técnico-administrativos		8	17
Comunidade Externa		202	14
<b>TOTAL</b>		<b>647</b>	<b>1.031</b>
* Dados relativos ao primeiro semestre.			

**Quadro 5 - Participação docente, discente, de técnico-administrativo e da comunidade externa em programas de extensão. FURB. 2005 e 2006**

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias.

Considerando que em 2006 a FURB conta com 829 docentes, segundo dados da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, e com 11.547 acadêmicos de graduação, de acordo com a Divisão de Registros Acadêmicos, os índices de participação correspondem a 25,3% de participação docente e 6,7% de discente em programas de extensão. Dentre estes, o percentual de acadêmicos remunerados corresponde a 1% do total de graduandos da FURB, sendo 5,5% a participação de voluntários e 0,2% a de estagiários.

Em decorrência destes índices, tanto o indicador **envolvimento de professores e/ou técnicos administrativos nas atividades de extensão, quanto o referente ao envolvimento de alunos**, receberam o valor 3.

Já ao indicador, **divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB**, foi atribuído o valor 4. Durante os seminários e na análise documental, ficou visível que a FURB faz uso de diversos mecanismos para esta divulgação como: imprensa escrita, falada, televisiva e inclusive os meios digitais, principalmente o Portal da FURB.

Analisando-se o rol de **projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável e para a geração de emprego e renda**, bem como o de **projetos de extensão que propiciaram a melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa**, verificou-se basicamente que todos, uns de forma mais intensa do que outros,

contribuem para os aspectos mencionados (**ANEXO C**), o que justifica o valor 4 a estes indicadores.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>2.3.1 Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização</b>						
2.3.1.1 Mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão.				X		
2.3.1.2 Envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão.			X			
2.3.1.3 Realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB.					X	
2.3.1.4 Integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.				X		
2.3.1.5 Envolvimento de professores e/ou técnicos administrativos nas atividades de extensão <sup>(3)</sup> .				X		
2.3.1.6 Envolvimento de alunos nas atividades de extensão.				X		
2.3.1.7 Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB.					X	
<b>2.3.2 Relevância das atividades de extensão na comunidade</b>						
2.3.2.1 Projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável e para a geração de emprego e renda.					X	
2.3.2.2 Projetos de extensão que propiciaram a melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa.					X	

#### Planilha Avaliativa 4 – Dimensão 2.3

##### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte.

##### Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.3:

- Aprovação e implementação da Política de Extensão (Resolução 24/2004)
- Existência de critérios institucionais definidos para o acesso aos programas e projetos de extensão tanto para os servidores (Resolução 47/04, Resolução 70/04), quanto para os acadêmicos (Resolução 93/04).
- Projetos vinculados aos programas de extensão.
- Ampliação do número de doutores atuantes na extensão (2 em 2005 para 14 em 2006).
- Implementação de edital interno para horas e bolsas de extensão.
- Instituição de Comissão de Avaliação de Projetos de Extensão.
- Reconhecimento nacional da qualidade da metodologia, e dos parâmetros para avaliar os projetos de extensão.
- Mecanismos de estímulo com atribuição de pontuação no plano de carreira docente, para atividades de extensão.
- Ampliação da publicação de artigos relacionados à extensão, em eventos estaduais,

nacionais e internacionais.

**Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.3:**

- Restrita apropriação da extensão como atividade acadêmica pelos docentes.
- Divulgação inadequada de algumas ações, descaracterizando sua natureza como extensão universitária.
- Pouca oferta de editais externos.
- Número reduzido de bolsas para acadêmicos e pouco apoio dos órgãos governamentais.
- Ausência de um processo de consulta às demandas da sociedade.
- O envolvimento incipiente da comunidade externa na elaboração, execução e avaliação de propostas.
- Falta de sintonia entre quem planeja, quem divulga e quem acompanha os eventos internos, comprometendo o sucesso das atividades e o seu registro.
- Poucos registros disponíveis de atividades que articulam simultaneamente a pesquisa e a extensão.
- Os critérios para a participação docente em programas e projetos de extensão, são restritivos, pois a Resolução 47/04 só autoriza a extensão a docentes enquadrados em TI 40h ou TP 20h.
- Ausência de pesquisas a respeito de efetividade de programas ou ações de extensão para a comunidade.
- Delimitação das atividades de extensão pelos editais, restringindo a admissão de outras já consolidadas na Instituição, que não se classificam como ensino ou pesquisa (FURB VISITA SUA RUA...).

**Recomendações da CPA:**

Divulgar de forma mais intensa as atividades de extensão, para fortalecer a imagem da instituição na comunidade.

Possibilitar a participação de todos os docentes em projetos de extensão (rever Resolução 47/04).

Deflagrar mecanismos para superação das fragilidades apontadas, com vistas a aperfeiçoar e consolidar a política de extensão.

Estimular na comunidade universitária ações de extensão enfatizando a sua importância no cumprimento da missão da Universidade.

Revisar os critérios definidos nos editais para a admissão de projetos de extensão, sem excluir atividades já consolidadas internamente.

## 2.4 POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

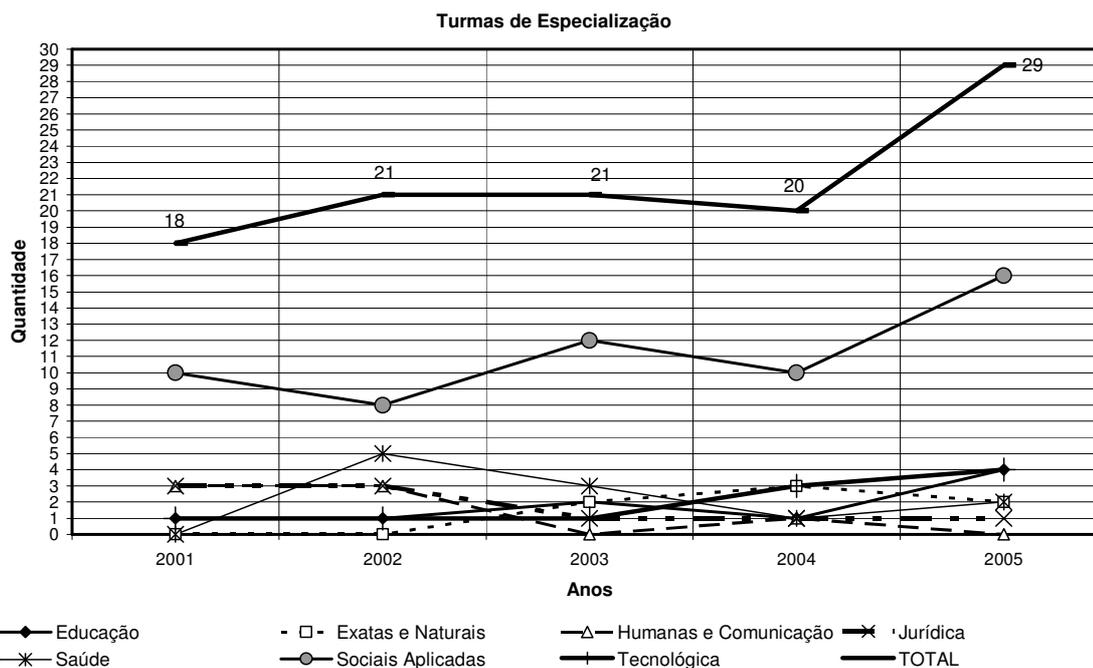
A pós-graduação na Universidade Regional de Blumenau iniciou com a oferta de vários cursos de Especialização (*lato-sensu*) em várias áreas do conhecimento, há cerca de 30 anos, para suprir importantes demandas para a formação de profissionais. Hoje, os cursos de Especialização (*lato-sensu*) abrangem praticamente todas as áreas do conhecimento correspondentes aos cursos de graduação, com os quais estabelecem uma afinidade desejável, numa perspectiva de educação continuada, conforme exigem as crescentes demandas do mercado por profissionais multiespecialistas e flexíveis.

Em tempos mais recentes, mais concretamente, desde 1991, a FURB oferece cursos de pós-graduação de Mestrado (*stricto-sensu*).

A Resolução FURB nº6, de 08/04/2005 (**ANEXO J**) aprova as normas gerais para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, em nível de especialização. Os projetos de curso de especialização devem ser propostos e aprovados nos Departamentos, em conformidade com o modelo adotado pela Divisão de Pós-Graduação – DPG e aprovados, nesta ordem, pela DPG, pelo Conselho de Centro ao qual está vinculado o Departamento de origem do curso e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Esta norma, portanto indica que os cursos em nível de especialização também são aprovados pelas instâncias superiores antes de sua oferta à comunidade.

A relação de cursos, por área, oferecidos no período de 2001 a 2005 pode ser visualizado no (**ANEXO K**), já a quantidade de turmas destes cursos de especialização oferecidas e viabilizadas, neste período, em cada Área do conhecimento e na totalidade, estão registradas nos gráficos da Figura 9.



**Figura 9 – Gráficos de evolução do número de turmas de cursos de especialização (*lato-sensu*) oferecidas e viabilizadas no período de 2001 a 2005.**

O exame atento dos gráficos da Figura supra permite algumas ilações importantes:

- a) A oferta de cursos lato-sensu manteve-se estável nos primeiros 4 anos do período desta avaliação, em torno de 20, havendo a registrar uma subida significativa de cerca de 50% no último ano.
- b) A área de Sociais Aplicadas é responsável por cerca de metade das turmas oferecidas.
- c) As áreas de Educação e Tecnológica têm verificado um crescimento gradativo de turmas oferecidas, no período 2001-2005, ao passo que a área de Ciências Humanas e da Comunicação tem experimentado um decréscimo contínuo, que deve levar a uma reflexão sobre possíveis causas.
- d) As áreas de Exatas e Naturais, Jurídica e Saúde não têm apresentado um padrão consistente na proposição de cursos de especialização lato-

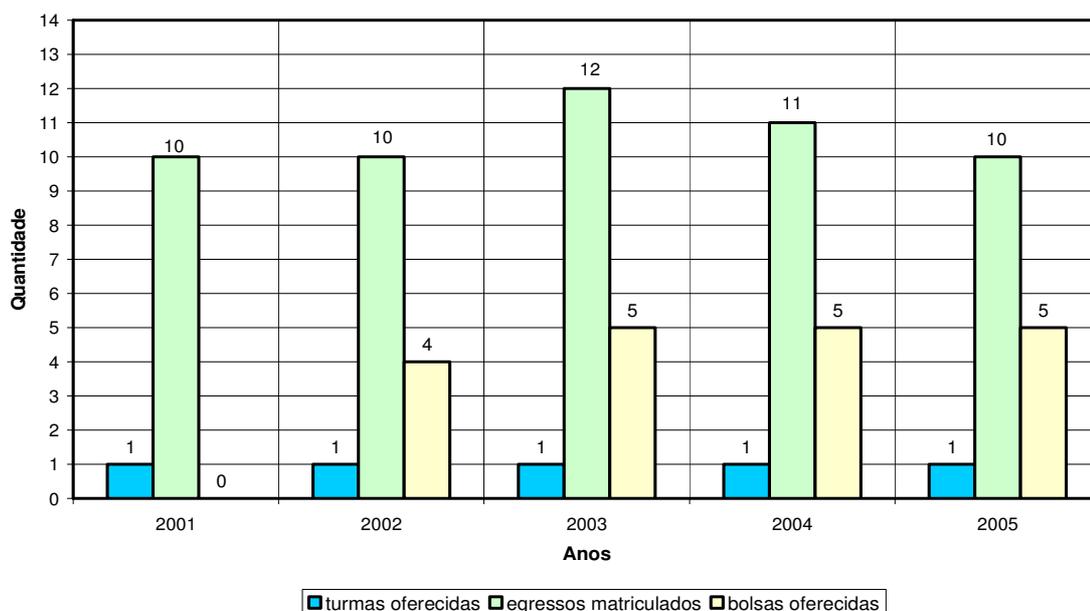
sensu, embora se apresentem com cursos de graduação com maior procura no vestibular da FURB, o que se apresenta paradoxal.

Até o final de 2005, período deste relatório de auto-avaliação, são os seguintes, os seis cursos de Mestrado (*stricto-sensu*) oferecidos pela FURB:

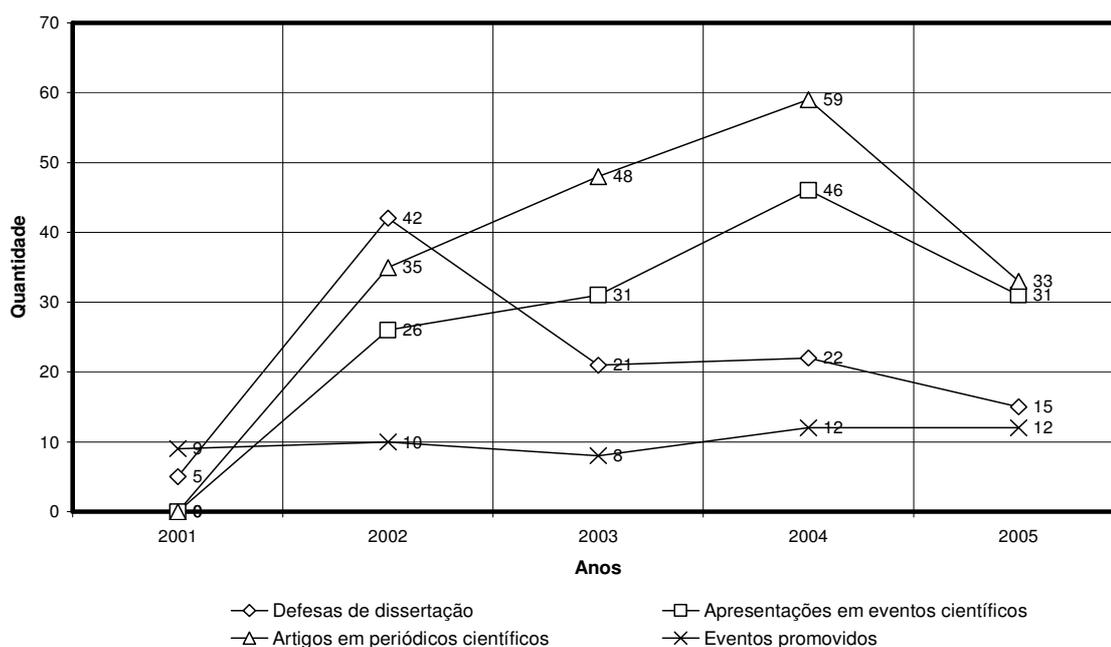
### *Mestrado em Educação*

Este mestrado, que já obteve também a recomendação da CAPES com o conceito 3 (2002-2005), iniciou a pós-graduação *stricto-sensu* na Universidade Regional de Blumenau, em 1991, com uma área de concentração em *Ensino Superior*. A partir de 1997 até 2003, a ênfase se dá no *Educador Pesquisador*. De 2003 em diante, o pesquisador em *Educação* se tornou o foco do programa. Em termos de turmas oferecidas, egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas, o desempenho do mestrado pode ser visualizado na Figura 10. O mestrado tem dois eixos temáticos de pesquisa. O *Eixo Temático I: Educação Filosofia e Conhecimento* desenvolve as duas linhas de pesquisa: 1) *Filosofia e educação* e 2) *Processos e métodos pedagógico-didáticos*. O *Eixo Temático II: Educação, Cultura e Sociedade*, contempla 3 linhas de pesquisa: 1) *Educação, Estado e Sociedade*, 2) *Discurso e práticas educativas* e 3) *Educação, cultura e poder*.

O corpo docente é constituído por 11 pesquisadores doutores, pertencentes ao quadro da FURB, sob cuja orientação foram produzidas 105 dissertações. A Figura 11 resume os indicadores de produção científica no período de 2001 a 2005.



**Figura 10 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Educação.**



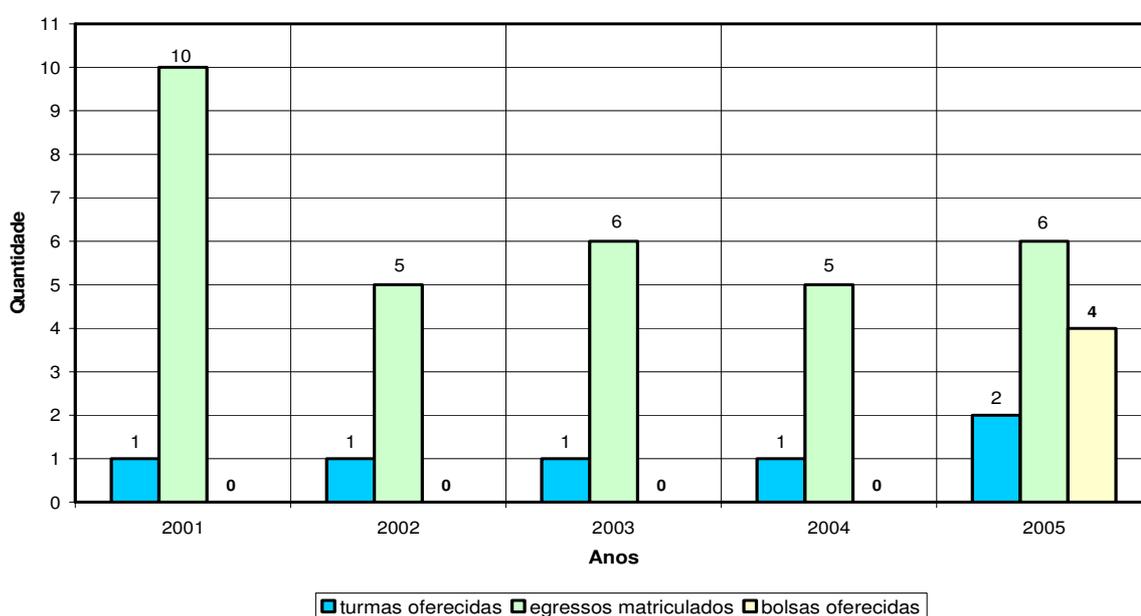
**Figura 11 - Produção científica no Mestrado de Educação.**

### *Mestrado em Administração*

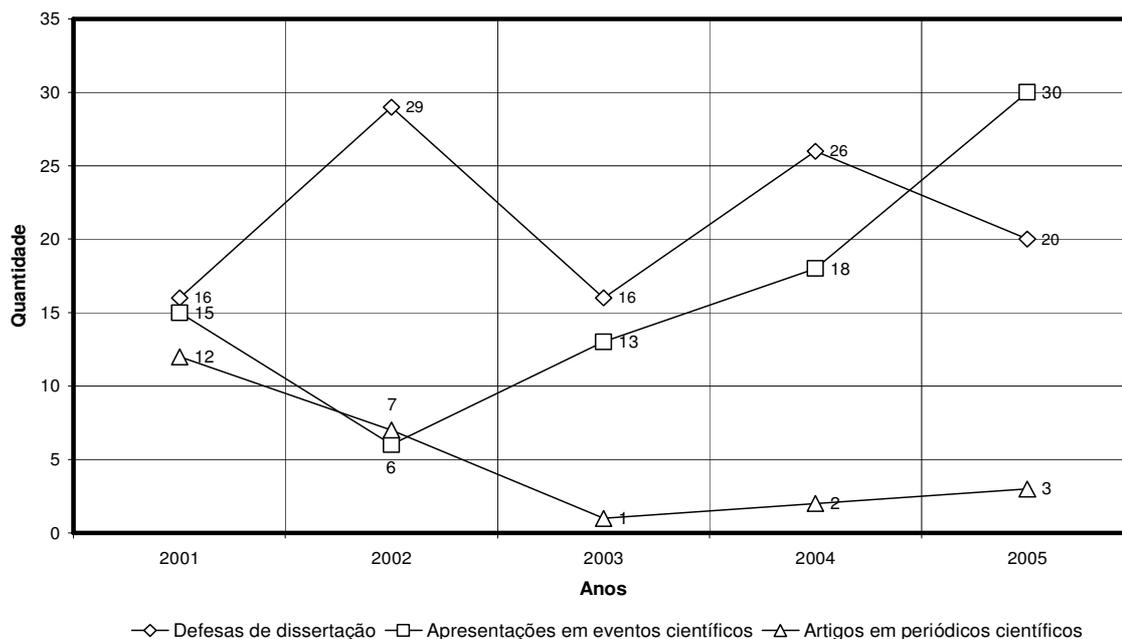
Recomendado pela CAPES desde 2000, com o conceito 3 de 2001 a 2005, tem por objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos de gestão empresarial e estratégias competitivas de organizações que fortaleçam a utilização de procedimentos inovadores, além de formar professores para desenvolver

atividades de ensino, pesquisa e extensão em gestão empreendedora de organizações. A sua principal área de concentração é *Gestão de Organizações* e desenvolve duas linhas de pesquisa: *Empreendedorismo* e *Estratégia*. Em termos de turmas oferecidas, egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas, o desempenho do mestrado pode ser visualizado na Figura 12.

O corpo docente é constituído por 16 doutores, sendo 14 do quadro permanente da FURB. Até a data da elaboração deste relatório, este curso de mestrado produziu 107 dissertações. A Figura 13 resume os indicadores de produção científica, no período de avaliação.



**Figura 12 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Administração.**

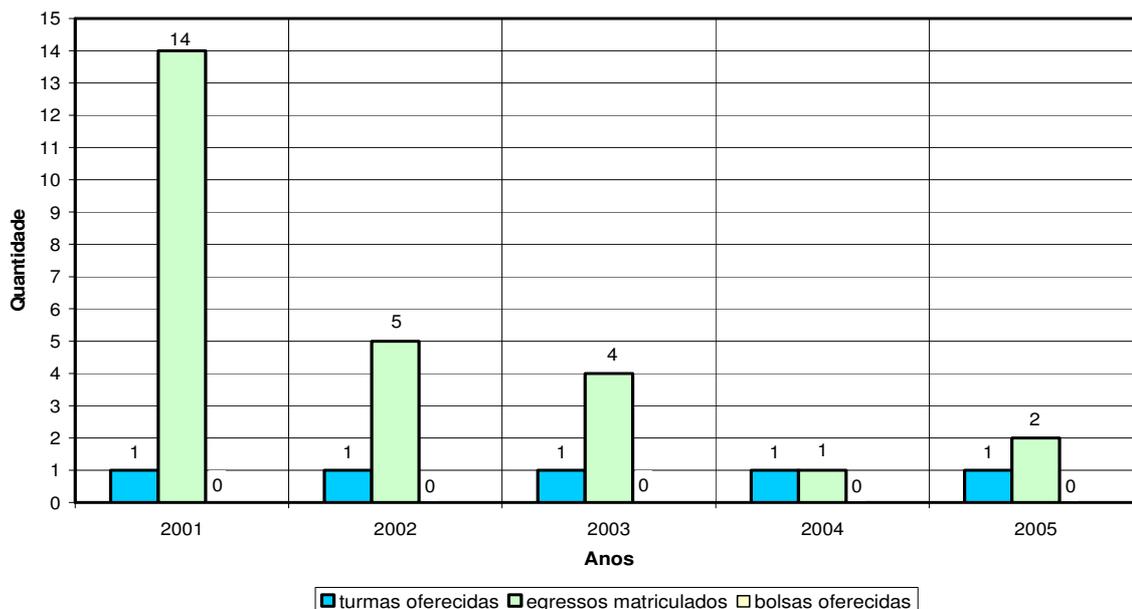


**Figura 13 – Produção científica no Mestrado de Administração.**

#### *Mestrado em Ciências Contábeis*

O mestrado em Ciências Contábeis foi reconhecido pelo CEE/SC - Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, conforme Resolução n. 038, de 29 de junho de 2004. Também foi recomendado pela CAPES, em 24 de maio 2005. A área de concentração é Controladoria. As linhas de pesquisa são Controle de Gestão e Contabilidade Financeira. Em termos de turmas oferecidas, egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas, o desempenho do mestrado pode ser visualizado na Figura 14. Portanto, verifica-se que este é o único mestrado que não ofereceu bolsas aos alunos, no período de 2001-2005.

O corpo docente é formado por 13 doutores, sendo 8 do quadro da FURB, os quais já orientaram 5 dissertações.

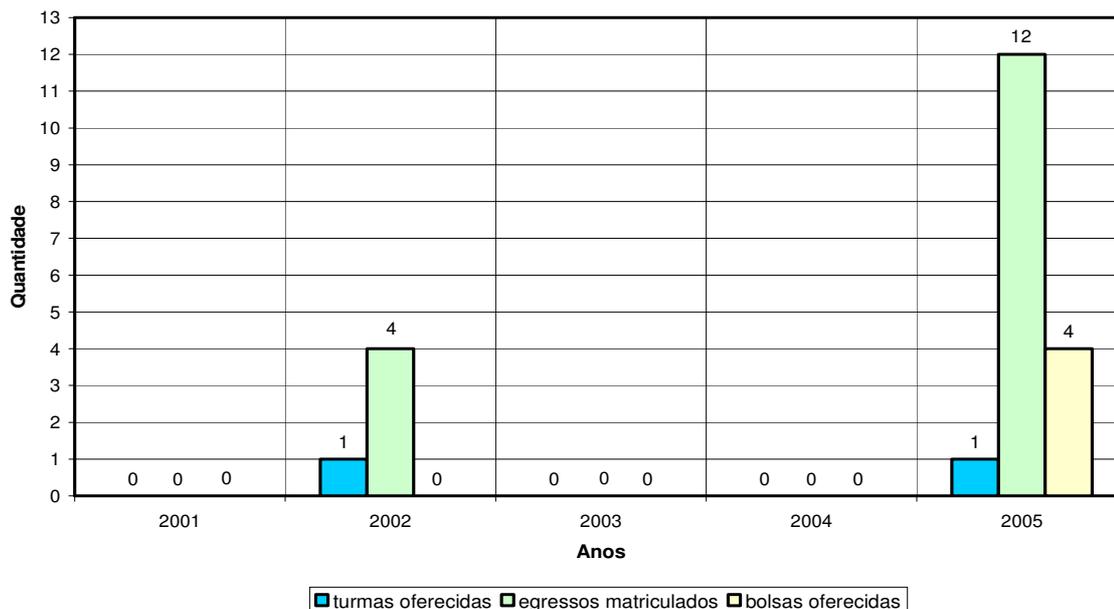


**Figura 14 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Ciências Contábeis.**

#### *Mestrado em Desenvolvimento Regional*

O curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional é recomendado pela CAPES e foi estruturado de forma a preencher a lacuna existente na qualificação acadêmica e profissional nas áreas relacionadas a socioeconomia e a sociopolítica do desenvolvimento regional. Tem uma área de concentração principal sobre *Desenvolvimento Regional Sustentável*, com duas linhas de pesquisa: 1) *Estado, Sociedade e Desenvolvimento Regional* e 2) *Dinâmicas Socioeconômicas no Território*. Em termos de turmas oferecidas, egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas, o desempenho do mestrado pode ser visualizado na Figura 15. Verifica-se, assim, que este mestrado apenas ofereceu duas turmas no período de 2001-2005, mais exatamente, em 2002 e 2005, havendo a disponibilidade de 4 bolsas a partir do último ano.

Possui 16 doutores no seu corpo docente, sendo 15 integrantes do quadro da FURB, já tendo aprovadas 28 dissertações.

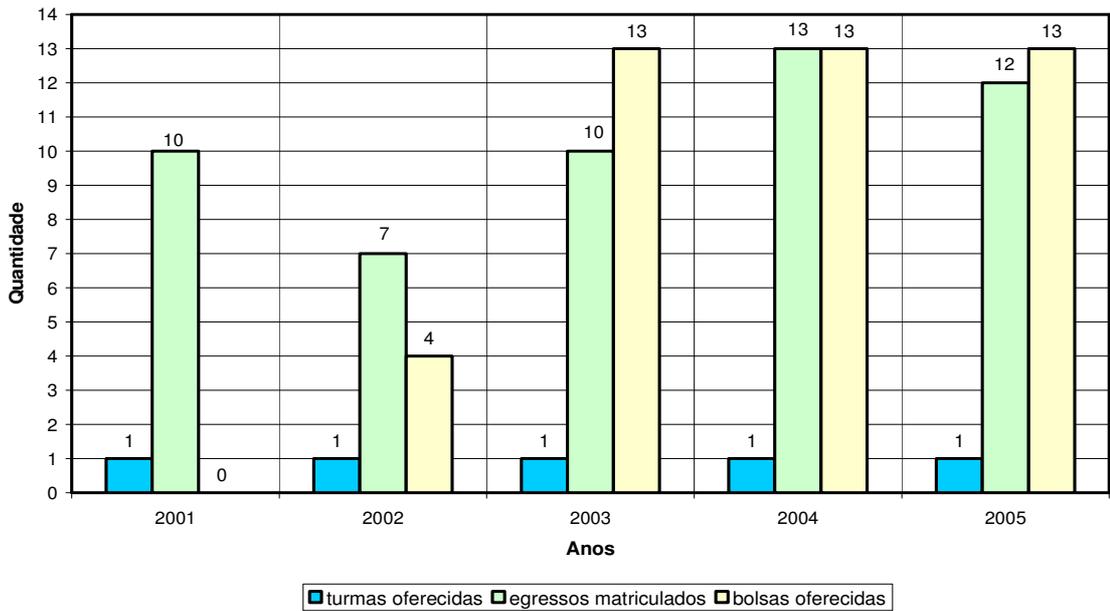


**Figura 15 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Desenvolvimento Regional.**

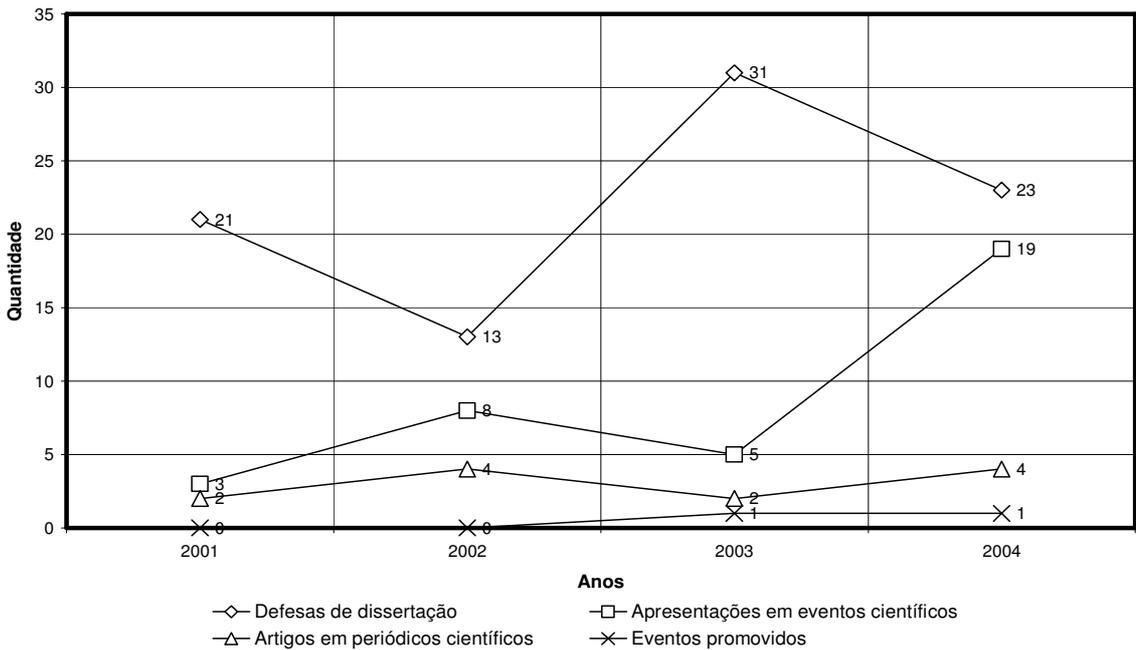
#### *Mestrado em Engenharia Ambiental*

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, nível mestrado, foi implantado em 1998 e é reconhecido pela CAPES com o conceito 3 (2002-2005). Este curso possui duas áreas de concentração: *Gestão Ambiental* e *Tecnologia Ambiental*. As linhas de pesquisa desenvolvidas são: 1) *Gestão Ambiental nas Organizações*, 2) *Gestão dos Recursos Hídricos*, 3) *Gestão dos Recursos Florestais e do Uso do Solo*, 4) *Processos de Poluição, Tecnologias de Minimização*, 5) *Reaproveitamento, Valoração e Tratamento de Resíduos*, e 6) *Recuperação Ambiental*. Em termos de turmas oferecidas, egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas, o desempenho do mestrado pode ser visualizado na Figura 16.

Nos seus oito anos de existência, sob a orientação de 21 professores-pesquisadores com título de doutorado, 19 integrantes do quadro da FURB, tendo aprovadas 88 dissertações, além de outras produções científicas (ver Figura 17).



**Figura 16 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Engenharia Ambiental.**

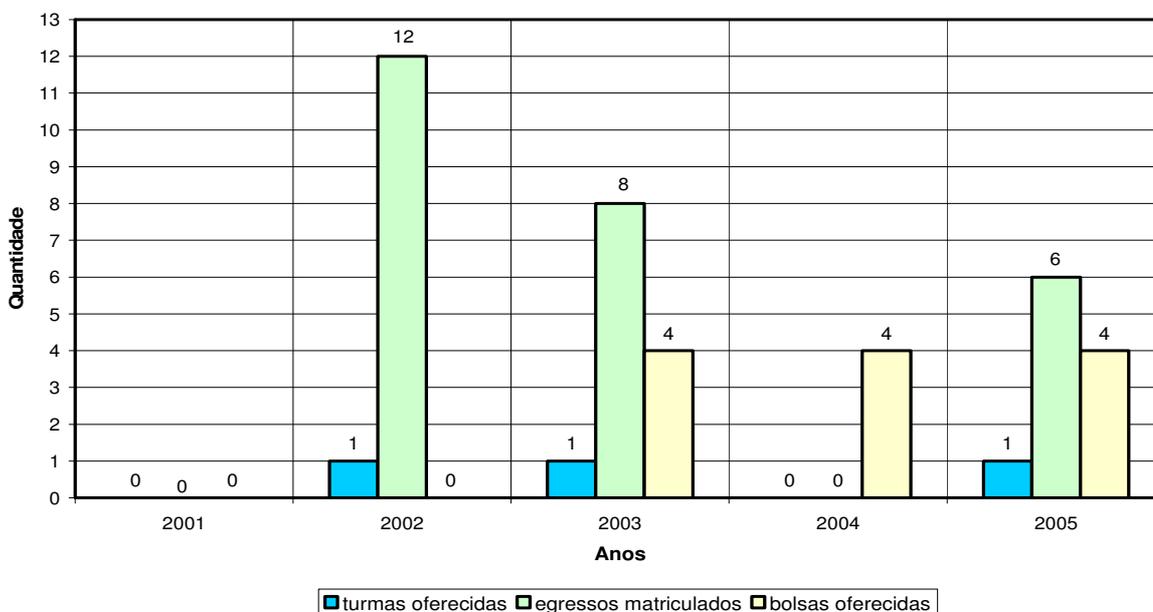


**Figura 17 - Produção científica no Mestrado de Engenharia Ambiental.**

*Mestrado em Química*

É um mestrado com reconhecimento CAPES, conceito 3 em 2005, ministrado por um corpo docente de 14 doutores integrantes do quadro da FURB,

com 1 dissertação produzida em 2003. As áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa estão indicadas a seguir: A) Físico-Química: A.1) Aplicações de Compostos Solvatocrômicos, A.2) Eletroquímica Aplicada, A.3) Estudo dos Fenômenos de Adsorção em Diferentes Materiais, A.4) Desenvolvimento de Sensores Cromogênicos e Fluorogênicos; B) Química Ambiental: B.1) Processos Químicos e Interações nas Esferas Ambientais, B.2) Processos de Oxidação Avançados, B.3) Tratamento e Reutilização de Resíduos; C) Química Orgânica: C.1) Biotransformação e Catálise Enzimática, C.2) Síntese e Propriedades de Compostos Bioativos e de Coordenação, C.3) Síntese e Propriedades de Novos Materiais; D) Química Têxtil: D.1) Aplicação de Biocatalisadores em Processos Têxteis, D.2) Novas Alternativas de Modificação e Acabamento de Materiais Têxteis. Em termos de turmas oferecidas, egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas, o desempenho do mestrado pode ser visualizado na Figura 18.



**Figura 18 - Evolução das turmas, número de egressos da graduação matriculados e bolsas oferecidas no Mestrado de Química.**

A partir deste demonstrativo, a comunidade universitária atribuiu o valor 3 tanto para o indicador, **coerência entre a criação e expansão da pós-graduação *stricto-sensu* de acordo com as metas do Planejamento Estratégico** e **coerência entre a criação e expansão da pós-graduação *lato-sensu* de acordo com as metas do Planejamento Estratégico**.

No documento do Planejamento Estratégico (vide dimensão 1) pode-se depreender como principais objetivos para estas áreas, a ampliação da Pós-

Graduação Lato Sensu, como forma de obtenção de recursos, integrando-a à Graduação, o que não ocorreu, bem como a ampliação da Pós-Graduação Stricto Sensu, que de acordo com os relatórios, esta ampliação, reduziu-se a um curso de Mestrado. Estas metas, portanto devem ser revistas ou retomadas.

As informações descritas anteriormente, revelam que todos os 6 (seis) cursos de pós-graduação stricto-sensu da FURB, oferecidos no período de 2001 a 2005 estão reconhecidos e credenciados pelos órgãos competentes, fator este que conduziu a comunidade universitária a atribuir o valor 4 ao indicador, **reconhecimento e credenciamento dos programas de pós-graduação stricto-sensu pelos órgãos competentes (CAPES)**. A recomendação, no entanto é de que os Cursos se empenham na melhoria dos índices de publicação para elevar o conceito atribuído pela CAPES para viabilizar a implantação de cursos de Doutorado.

O indicador, **produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas (Stricto Sensu)** recebeu o valor 3. Indica que há compatibilidade, porém em índices ainda inferiores aos desejáveis para que a FURB sirva de referência na área da pesquisa na região, bem como alcance um dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico de que a pesquisa seja dinamizadora e atualizadora do ensino. Conforme evidenciado nas avaliações de reconhecimento e credenciamento dos programas de pós-graduação *stricto-sensu* pela CAPES, há projetos que estão se desviando das linhas de pesquisa.

Dentre os **mecanismos de divulgação da produção científica**, disponibilizados pela FURB, pode-se mencionar a presença de eventos organizados com esta finalidade, revistas e programas de televisão de abrangência nacional. Durante o processo avaliativo este indicador recebeu o valor 4, embora a comunidade recomenda que haja ainda maior divulgação, tanto interna quanto externa, da produção científica.

Os docentes da Furb são incentivados com recursos materiais a publicar e a participar de eventos para a divulgação da sua produção científica, embora esse incentivo ainda não seja considerado forte pelos beneficiários, pois no diagnóstico de avaliação feita pela CPA junto à comunidade universitária, na Dimensão 2.2. os indicadores 2.2.1.6 (existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica) e 2.2.1.7 (promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou

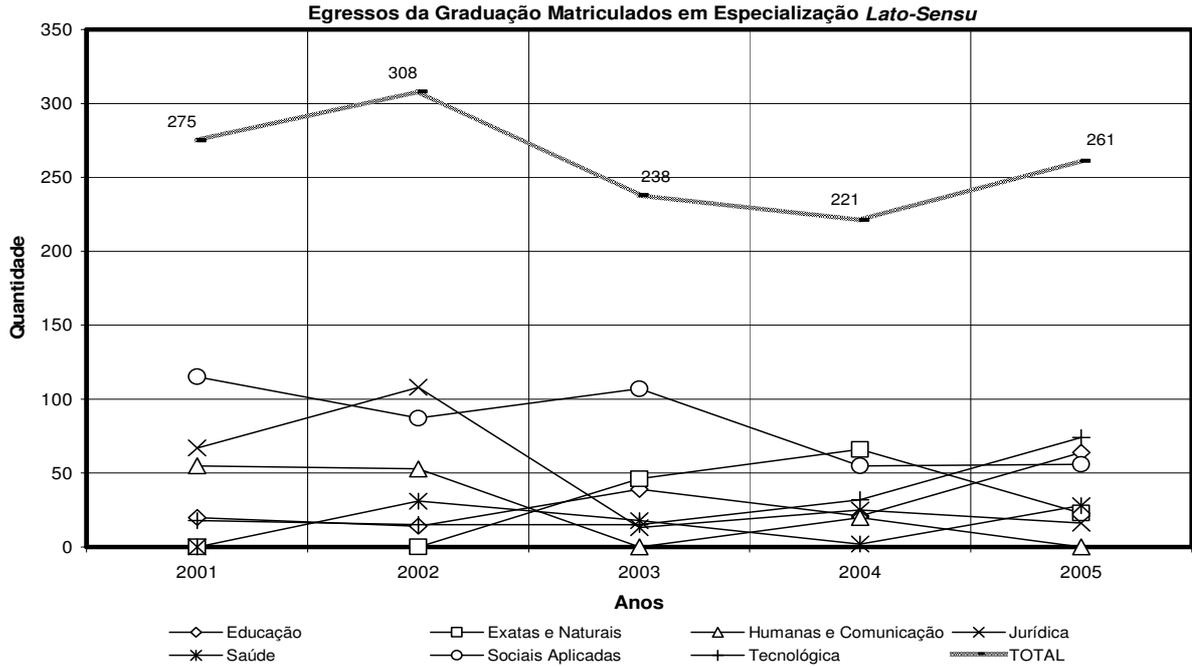
internacionalmente) receberam pontuação 3 e 2, respectivamente, o que revela um desempenho variando de satisfatório a fraco. Isto, no entanto, não tem impedido que os docentes da pós-graduação, principalmente os que atuam nos cursos Stricto-Sensu participem de eventos e realizem publicações. Por esta razão, os indicadores, **participação dos professores em eventos científicos e, publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados** receberam o valor 4 e 3 respectivamente, pois esta prática é visível na Instituição e está regulamentada.

No que se refere à **promoção de eventos científicos**, de acordo com a comunidade, há visibilidade desta prática na FURB, de forma contínua e sistemática, atribuindo-se a este indicador, também, o valor 3, porém ainda não em níveis adequados. Dentre alguns eventos pode-se mencionar, o FAIC, Seminários promovidos pelos Mestrados, Semanas Acadêmicas, Seminário das Licenciaturas, dentre outros.

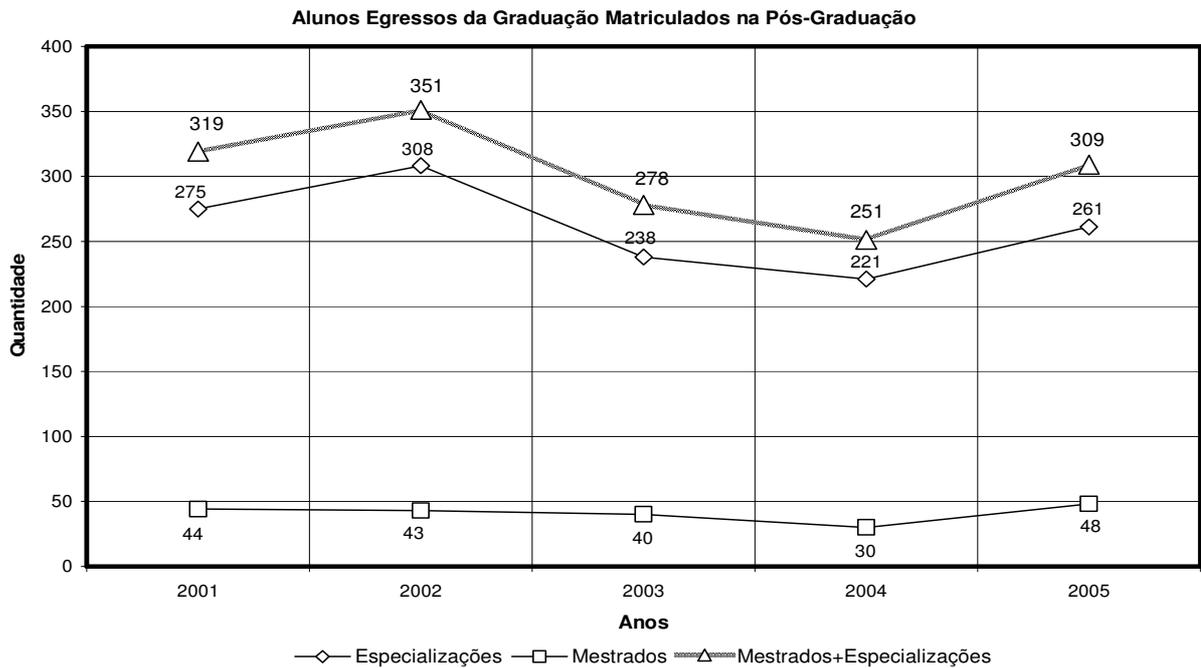
Outra categoria a ser avaliada quanto à política para a pós-graduação é a sua integração com a graduação.

#### 2.4.1 Integração entre a Pós-Graduação e a Graduação

A integração da Pós-Graduação com a Graduação fica perfeitamente evidenciada pelo exame detalhado dos gráficos das Figuras 19, 20 e 21, sobre o número de egressos da graduação matriculados em cursos de especialização e de mestrado oferecidos pela universidade e sobre o número de professores que atam concomitantemente, nos dois níveis de ensino. Efetivamente, o número total de egressos da Graduação matriculados na Pós-Graduação (Especialização+Mestrado) apresenta um patamar médio estável de 302 alunos, com um desvio padrão de 38, portanto, com um Coeficiente de Variação  $CV = 0,1275$ , o que evidencia uma dispersão fraca ( $<0,20$ ), em termos estatísticos, não estando aqui implícito a avaliação se a procura dos cursos de Pós-Graduação pelos egressos da Graduação é baixa ou alta.



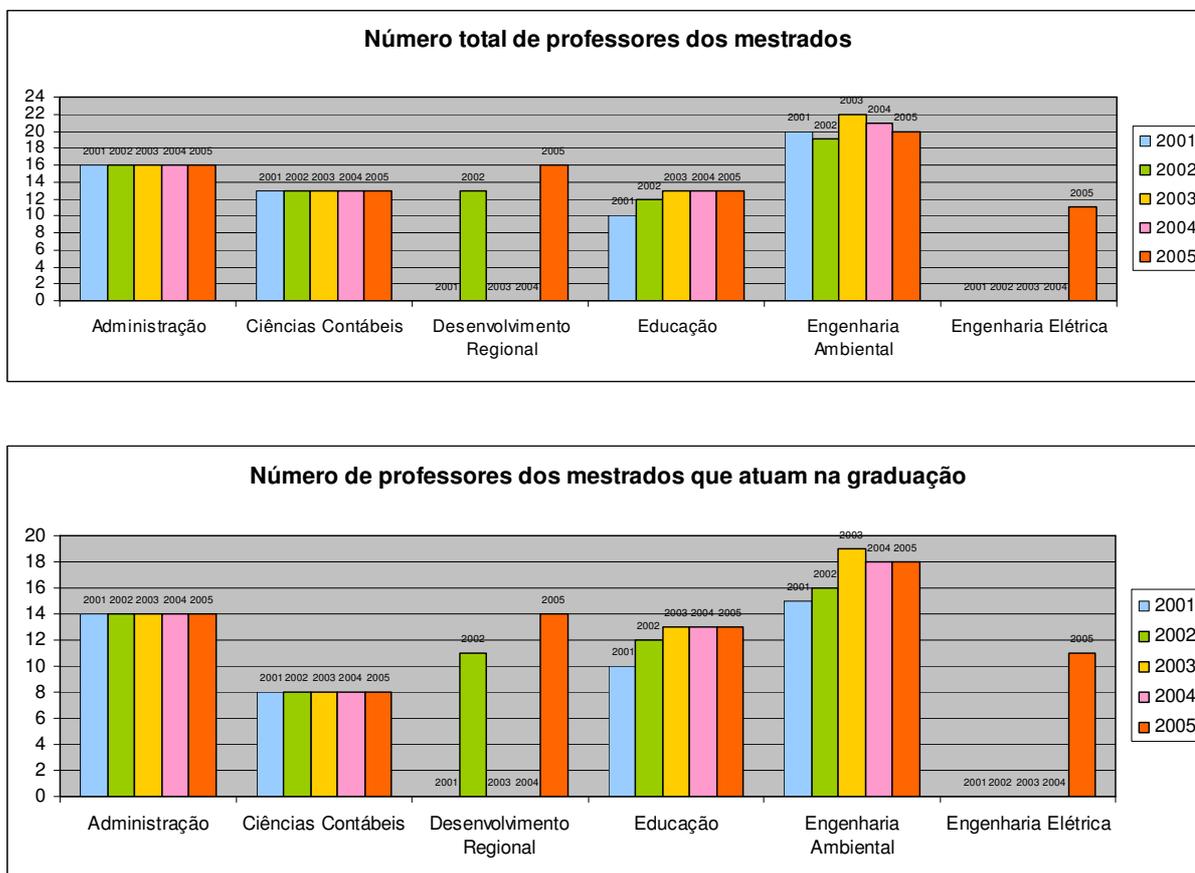
**Figura 19 - Evolução do número de egressos da graduação matriculados em cursos de especialização *lato-sensu*.**



**Figura 20 - Evolução do número de egressos da graduação matriculados em cursos de pós-graduação.**

Essa integração também pode ser analisada pela presença de vários docentes da graduação no quadro de discentes dos Cursos de Mestrado, muitos agora já diplomados e outros ainda em curso.

Outra modalidade de integração ocorre em função dos professores dos Mestrados atuarem também nos cursos de Graduação da FURB, conforme a **Figura 21** a seguir, evidenciando, assim a inserção dos professores deste nível com a Graduação.



**Figura 21 – Professores do Mestrado atuando na Graduação**

Em função dessas evidências descritas, a avaliação realizada pela comunidade, nos seminários conduzidos pela CPA, conferiu o valor 4 ao indicador, **atuação dos professores da pós-graduação, no ensino de graduação.**

Ao indicador, **realização de atividades integradas entre a pós-graduação e a graduação**, foi conferido o valor 2, pois constatou-se, que é uma prática pouco visível na Instituição, restrita basicamente a um dos cursos de Mestrado, que procura integrar-se através de eventos científico- culturais, seminários, palestras e orientação de TCC. Entre os cursos *lato-sensu* isto é praticamente inexistente.

Quanto à **integração dos projetos de Iniciação Científica com as linhas de pesquisa da pós-graduação**, o questionário respondido por 26,38% dos docentes da Universidade, apontou os seguintes índices quanto a este indicador: 6,52% consideram ótimo, 28,70% bom, 29,57% regular, 10,43% ruim, 3,91% péssimo e 20,87% manifestou desconhecer esse aspecto. A partir disto e com base em análise documental, a este indicador foi atribuído o valor 3. Isto revela a necessidade de maior integração destes Projetos.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>2.4.1 Políticas institucionais de pós-graduação</b>						
2.4.1.1 Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação com as metas do Planejamento Estratégico ( <i>Stricto Sensu</i> ).				X		
2.4.1.2 Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação com as metas do Planejamento Estratégico ( <i>Lato Sensu</i> ).				X		
2.4.1.3 Reconhecimento e credenciamento dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> pelos órgãos competentes (CAPES).						X
2.4.1.4 Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas ( <i>Stricto Sensu</i> ).					X	
2.4.1.5 Mecanismos de divulgação da produção científica.					X	
2.4.1.6 Participação dos professores em eventos científicos.					X	
2.4.1.7 Publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados.				X		
2.4.1.8 Promoção de eventos científicos.				X		
<b>2.4.2 Integração entre graduação e pós-graduação</b>						
2.4.2.1 Atuação dos professores da pós-graduação no ensino de graduação.					X	
2.4.2.2 Realização de atividades integradas entre pós-graduação e graduação.			X			
2.4.2.3 Integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa da pós-graduação.				X		

#### Planilha Avaliativa 5 - Dimensão 2.4

##### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

A discussão no seminário realizado concluiu que a avaliação resumida acima evidencia os pontos fortes e fracos listados a seguir:

**Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.4:**

- Existência de integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa da pós-graduação.
- Ocorrência de publicação dos resultados de pesquisa em periódicos indexados.
- Oferta de Cursos *stricto-sensu* reconhecidos e credenciados pela CAPES.
- Concessão de bolsas

**Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.4:**

- Ausência de regulamentação da política institucional de pós-graduação.
- Falta de coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação (*Stricto Sensu* e *Lato Sensu*) com as metas do Planejamento Estratégico-
- Não observância das linhas de pesquisa por alguns programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- Pouca integração entre as atividades da pós-graduação e graduação.
- Interrupção da circulação de revistas científicas internas por falta de artigos para publicação.
- Falta de indexação de periódicos internos.
- Ausência de curso de doutorado.

**Recomendações da CPA:**

- Regularizar a política institucional de pós-graduação.
- Rever as metas do Planejamento Estratégico para a pós-graduação.
- Implantar doutorado em vista do recredenciamento da Universidade em 2007.
- Vincular a expedição de diplomas de mestrado à aceitação de pelo menos um artigo científico para publicação em periódicos indexados.
- Providenciar indexação dos periódicos internos publicados pela FURB.
- Estimular a implantação de novos mestrados e no mínimo um em cada unidade universitária.
- Elevar o índice de professores mestres e doutores para mais de 75%, e que pelo menos metade destes sejam doutores.
- Deflagrar mecanismos para superação das demais fragilidades apontadas, com vistas a consolidar e expandir a política de pós-graduação.

### **CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A Responsabilidade Social é uma realidade organizacional que propõe mudanças graduais no comportamento e valores das organizações e baliza seu relacionamento com a sociedade.

No Brasil a forma de medição da responsabilidade social iniciou em 1997 com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.

As organizações precisam comprometer-se com a sociedade com ações duradouras com vistas ao bem-estar da comunidade na qual está inserida. A transparência das ações com e pela comunidade, portanto é indispensável.

O Balanço Social vem fortalecendo esta tendência na medida em que torna público ações praticadas pelas organizações e serve de modelo para outras gestões.

Sucupira (1999) conceitua balanço social como:

É um documento publicado anualmente reunindo um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade onde está inserida. Através dele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta.

Nesta mesma linha de pensamento em *Le Bian Social* apud Neto e Froes (1999) conceitua Balanço Social como:

Recapitula num documento único os principais dados quantitativos, permitindo apreciar a situação da empresa no domínio social, comportando informações sobre emprego, as remunerações e encargos, as condições de higiene e segurança, as outras condições de trabalho, a formação, as relações profissionais e suas famílias, na medida em que estas condições dependem da empresa.

Neste ano de 2006, a Universidade Regional de Blumenau publicou seu balanço social com o ano base de 2005 (**ANEXO L**).

Esta publicação sob a responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento, embora em formato de relatório, deixa visível a preocupação da FURB no cumprimento de sua missão, pois evidencia que ela mantém uma permanente e intensa interação com a comunidade acadêmica e com a comunidade externa. O vínculo com a comunidade interna se expressa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas, bem como, nos diversos serviços prestados aos acadêmicos e nos benefícios sociais e na melhoria das condições de

trabalhão dos seus servidores. As parcerias com diversos setores da sociedade, tanto públicos, quanto privados e também com movimentos sociais e comunitários, visando o bem estar e o desenvolvimento sócio-econômico regional, deixam transparecer a prática da responsabilidade social na FURB em relação ao seu entorno social.

O documento Balanço Social abordou a história, perfil institucional, missão, visão, diretrizes e objetivos estratégicos, e apresentou o rol de projetos coordenados pela FURB nas diversas áreas como, saúde, inclusão social, educação, cultura, lazer, meio ambiente, urbanismo, e economia, dentre outras.

Dos projetos destaca-se: Conexão FURB, Ginástica Laboral, Atenção integral à saúde materno-infantil, Espaços de Reflexão do Cotidiano Profissional Docente, Universidade Investe na Adequação e Construção de Novos Espaços, Apoio ao Estudante, Universidade e Comunidade, Cultura, Assistência, Educação Permanente, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, FURB Visita Sua Rua e FURB Visita Sua Cidade, FURB Móvel, Comunicação, Meio ambiente, Sistema de Gestão Ambiental, O Esporte Como Parte do Processo de Formação do Ser Humano.

Além desses projetos, é possível visualizar que, a prática da responsabilidade social da FURB está intrinsecamente vinculada a todas as atividades relacionadas às suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

A avaliação desta dimensão baseou-se na manifestação da comunidade universitária presente nos seminários avaliativos, na análise de diversos relatórios e nas respostas dos acadêmicos, técnico-administrativos, docentes e gestores obtidas através de questionário.

A análise ora apresentada observará as categorias e os indicadores estabelecidos coletivamente na etapa de construção da proposta de auto-avaliação.

### 3.1 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA FURB COM O SETOR PÚBLICO, MERCADO DE TRABALHO, INSTITUIÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DE TODOS OS NÍVEIS E MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Conforme já descrito na Dimensão 2, a FURB mantém **programas e projetos de extensão para o desenvolvimento social da comunidade (ANEXO C)** já institucionalizados e com grandes reflexos na região. Nessa

mesma direção encontram-se os **programas e projetos de pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade e os programas e projetos de ensino para o desenvolvimento social da comunidade**. Em função dessa visibilidade e prática intensa de projetos nessa área, esses indicadores receberam o valor 4.

O indicador, **prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão** recebeu o valor máximo, 5. Um pouco dos muitos atendimentos e serviços prestados pela FURB nos últimos anos pode ser verificado nos quadros a seguir.

Programas		2001	2002	2003
Ambulatório	Pacientes	41.806	39.451	62.603
Serviço Judiciário	Atendimentos	2.681	2.524	15.975
Clínica de Psicologia	Pacientes	2.697	2.890	
Clínica de Fisioterapia	Pacientes	402	2.951	
Programa Atualização Permanente	Alunos	838	814	1.015
Div. de Promoções Culturais	Eventos	247	202	335

**Quadro 6 - Programas, serviços e produtos permanentes**

Fonte: FURB em números dos anos 2001-2003

A versão do documento **FURB em números**, com dados 2004 e 2005, apresenta os números de atendimentos realizados e de serviços prestados à comunidade, que como pode ser observado justifica plenamente o valor atribuído a este indicador.

<b>PROGRAMAS</b>	<b>PESSOAS ATENDIDAS</b>
Ambulatório Universitário Clínicas de Fisioterapia Clínicas de Odontologia Clínicas de Psicologia Serviço Social	63.139
Serviço Judiciário	18.896
FURB Visita sua Rua e FURB Visita sua Cidade	12.647
Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família	4.000
Exposição Itinerante da Fauna Silvestre	14.270
Projeto Viva Economia	2.600
Contos e Encantos – Contadores de História	6.940
Núcleo de Estudos de Ensino de Matemática	4.855
Programa Rede de Feiras de Matemática	1.082
Projeto Gene	1.474
Projeto Arte na Escola – Pólo FURB	1.288
Educação Permanente	762
<b>Promoções culturais</b>	<b>Apresentações</b>
Coral/Orquestra/Camerata Violões	39
Apresentações Danças	20
Apresentações Musicais	35
Apresentações Teatrais	57
Grupo Phoenix	08
Grupo Danças Folclóricas	13

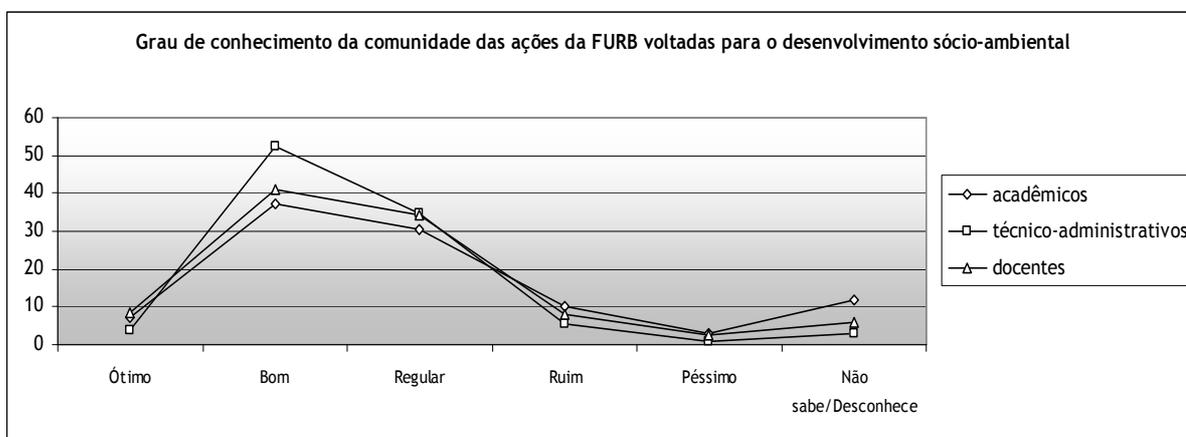
**Quadro 7 - Programas, serviços e produtos permanentes**

Já no que se refere à **prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades dos centros acadêmicos**, isto não é muito visível, razão pela qual foi atribuído o valor 1 a este indicador. Estas atividades ocorrem, porém não de forma contínua e sistemática.

Foi atribuído o valor 4 para a **existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social** considerando que isto é uma prática já institucionalizada e contínua. Na Dimensão 1 e 2 podem ser observados detalhes destes convênios vinculados, em geral, aos Institutos ou a Projetos de Extensão.

Conforme já detalhado na Dimensão 1, **existe coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais e a missão e finalidades da FURB**, atribuindo-se a este indicador o valor máximo, 5.

Para avaliar o indicador, **o seu grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental**, consideraram-se, dentre outros aspectos, os índices dos segmentos pesquisados:

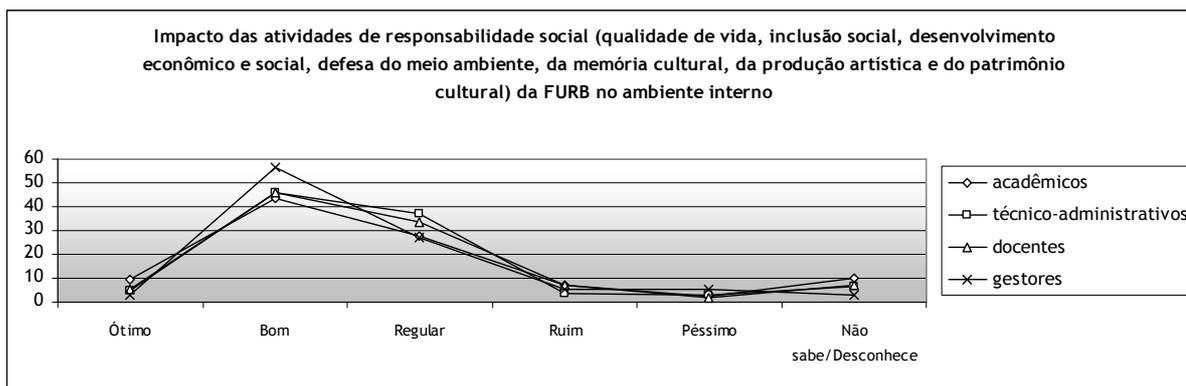


**Figura 22 – Grau de conhecimento da comunidade às ações voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental**

Dessa forma, justifica-se o valor 4 atribuído ao referido indicador.

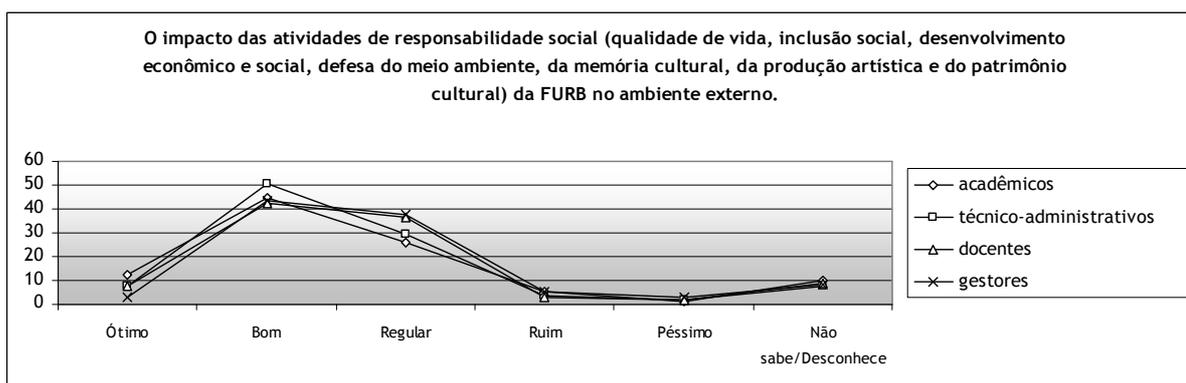
Quanto à **oferta de cursos para o atendimento às necessidades sociais e desenvolvimento regional**, a análise dos relatórios e dos projetos dos cursos conduziu a comunidade a conferir o valor 5 a este indicador, pois todos, com diferentes níveis de intensidade, promovem o atendimento às necessidades sociais e de desenvolvimento regional. Esta preocupação está presente, tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação.

No que se refere ao **impacto das atividades de responsabilidade social (qualidade de vida, inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural) da FURB no ambiente interno**, os índices foram os seguintes, por segmento:



**Figura 23 – Impacto das atividades de responsabilidade social no ambiente interno**

Em relação ao **impacto das atividades de responsabilidade social (qualidade de vida, inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural) da FURB no ambiente externo**, os índices foram os seguintes, por segmento:



**Figura 24 – Impacto das atividades de responsabilidade social no ambiente externo**

A partir dos aspectos descritos, **o indicador impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno quanto no externo recebeu o valor máximo, 5.**

Em relação à **presença dos professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados como representantes da FURB foi atribuído o valor 4.**

Essa presença já é visível há muitos anos, e de acordo com o levantamento realizado recentemente, desde outubro de 2005, setenta e três servidores da FURB (Reitor, Professores e Servidores Técnico-Administrativos) representam formalmente a Universidade em sessenta e três diferentes Conselhos e

Comissões de Políticas Públicas de âmbito Municipal, Estadual e Federal, Conselhos Profissionais e Órgãos de Classe. A este indicador, não foi atribuído o valor máximo, muito embora a presença da FURB seja bem visível contribuindo com apoio técnico, científico, cultural nas diversas instâncias, entendeu-se que os membros deveriam ter uma atuação ainda mais intensa para de forma conjunta alavancar mais melhorias sociais para a região.

Ao indicador políticas **públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade** foi atribuído o valor 3. Este nível indica que esta prática é visível na comunidade tanto interna, quanto externa, porém ainda não é uma prática muito intensa.

### 3.2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL

Com o intuito de melhorar as condições de circulação nos diferentes espaços da FURB e aumentar o conforto dos portadores de necessidades especiais, a DAC – Divisão de Administração do Campus, vem trabalhando nos últimos anos com as legislações específicas que tratam do assunto, em especial o Plano Diretor de Blumenau e a NBR 9050 (última atualização em 2004) – Acessibilidade.

Nos prédios mais antigos onde o projeto arquitetônico não previu tais instalações, se fazem necessárias ainda algumas alterações ou adaptações. Os projetos recentemente elaborados já prevêm as instalações necessárias para a total acessibilidade dos seus usuários, como elevadores ou rampa para circulação vertical e sanitários dimensionados para receber cadeirantes. Estas melhorias ou adaptações podem ser visualizadas nos seguintes espaços: no Campus I na Biblioteca Central, Bloco 'I', Bloco 'J', Bloco 'S' e Ginásio Escola. No Campus II, os Blocos 'D' e 'I'; no Campus III, o Bloco 'C' (elevador aguardando instalação). No Campus IV, temos o Bloco 'D' e a Cantina e finalmente no Campus V, a Clínica Cirúrgica.

Neste contexto, podemos citar algumas benfeitorias realizadas ao longo dos anos:

- Criação de rampa de acesso e nivelamento dos pisos do Bloco 'A' (Campus I);

- O pavimento superior dos blocos 'B', 'C' e 'D' podem ser acessados pelo elevador do Bloco 'I', em alteração recente de projeto (Campus I);
- Os pavimentos superiores dos Blocos 'R' e 'T' poderão ser acessados através do elevador do novo Bloco 'S' – o elevador já foi licitado e está em fase de produção (Campus I);
- Foram criadas vagas de estacionamento exclusivas para portadores de necessidades especiais.

Os projetos arquitetônicos das edificações em fase de construção também foram elaborados para possibilitar o acesso e convivência dos PNE, como é o caso do Núcleo de Atividades Aquáticas, o Hospital Universitário e o Ambulatório.

Vinculado à Divisão de Assistência ao Educando- DAE, é desenvolvido o programa - Atenção ao Portador de Necessidades Especiais. Tem por objetivo identificar e atender às necessidades especiais dos acadêmicos portadores de deficiência física permanente ou temporária, adequando os espaços e equipamentos da Universidade, qualificando seu pessoal técnico e administrativo para melhor atender, buscando oportunidades no mercado de trabalho, dentre outros. O atendimento é realizado mediante o contato do próprio acadêmico, pessoalmente, por e-mail ou telefone com a equipe da DAE. A pesquisa sócio-econômica, aplicada pela COMAVI aos calouros auxilia nesta identificação. Qualquer pessoa pode, no entanto, solicitar à DAE a intervenção para atender à necessidade especial de algum acadêmico, via e-mail ou telefone.

No período de 2001 a 2005, 04 (quatro) alunos foram beneficiados com bolsa de 100% do valor das mensalidades, por serem portadores de necessidades especiais graves, e que apresentavam uma condição de carência econômica. É visível então que a Instituição tem revelado a sua preocupação também com a permanência dos estudantes portadores de necessidades especiais, embora as ações nessa área ainda não são de nível adequado. Em função dos aspectos apontados, o indicador **mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais** recebeu o valor 3, pois é forte a preocupação em possibilitar o acesso aos PNE, porém não caminham nessa mesma direção as ações para garantir a permanência dos mesmos na Instituição.

O indicador **mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais** recebeu o valor 4, pois já são bem visível na Instituição esses mecanismos como: rampas, instalações sanitárias adaptadas, vagas especiais no estacionamento, cadeiras e bancadas adaptadas, bem como a disponibilização de outros recursos específicos de acordo com a necessidade.

A possibilidade de **acesso da comunidade externa à biblioteca** é um indicador que revela também a prática da responsabilidade social da FURB na sua região. Recebeu o valor máximo, 5.

### 3.3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

A FURB, ciente da responsabilidade social e consolidando seu papel para além do ensino de qualidade, possibilita aos acadêmicos a efetiva intervenção prática, bem como contribui para sua permanência na Universidade, inclusive mediante a concessão de bolsas e descontos nas mensalidades.

O Apoio ao Estudante abrange vários programas, projetos e benefícios que podem ser acessados gratuitamente pelos acadêmicos, a maioria deles pelo cadastro socioeconômico junto à Divisão de Assistência ao Estudante - DAE. Os programas de apoio financeiro (bolsas de estudo, art. 170, bolsas de trabalho, pesquisa e de extensão) que constam no Quadro 8, foram repassados aos alunos em 10 (dez) parcelas anuais. Portanto, para se ter o número aproximado de alunos beneficiados em cada ano, deve-se dividir o número de bolsas por 10, obtendo assim, uma média anual.

A identificação dos acadêmicos que apresentam maior dificuldade em se manterem na Universidade é realizada através do Cadastro Socioeconômico. O acadêmico pode se candidatar a todos os programas, desde que atenda aos requisitos específicos de cada um publicados nos editais publicados previamente. No entanto, somente poderá receber cumulativamente bolsas de até dois programas.

A partir do ano de 2004, observou-se uma diminuição no número de inscritos no cadastro sócio-econômico. Isso ocorreu pelo fato de que, na medida em que foi se aperfeiçoando o processo, os critérios e a fiscalização interna, os

alunos que não se enquadravam no critério de carência econômica, deixaram de se inscrever.

As Bolsas de Estudo são recursos públicos destinados ao custeio de parte das mensalidades dos acadêmicos economicamente carentes. Atualmente há dois tipos de bolsas de estudo na FURB:

**a) FFAE - Fundo Financeiro de Assistência ao Estudante**

Programa mantido pela FURB, com recursos provenientes da reserva de contingência do orçamento geral da Universidade, conforme estabelecido na Resolução Nº 136/2001. No ano de 2003, as inscrições ocorriam duas vezes por ano, entretanto, a partir de 2004, a inscrição passou a ser anual, percebendo-se uma evolução na concessão das bolsas.

**b) Art. 170**

Programa gerenciado pela FURB, mantido com recursos provenientes do orçamento do Estado, conforme previsto no Artigo 170 da Constituição Estadual e Lei Complementar Nº 281/2005 e Lei Complementar Nº 296/2005.

Além de bolsas de estudo, a FURB também dispõe de outros programas de apoio aos estudantes, conforme detalhamento a seguir:

**c) Bonificação Semestral**

Desconto automático, sobre a semestralidade para acadêmicos de determinados cursos da Universidade. De acordo com a Resolução nº. 84/2005, os cursos beneficiados com a bonificação são: *Administração, Artes, Direito, Ciências Contábeis, Ciências da Religião, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Design, Farmácia, História, Letras, Licenciatura em Ciências da Computação, Matemática, Odontologia, Pedagogia, Secretariado Executivo Bilíngüe, Serviço Social, Sistemas de Informação e Turismo e Lazer.*

**d) Desconto Fidelidade**

Benefício concedido ao estudante da graduação ou pós-graduação que concluiu o ensino médio na ETEVI - Escola Técnica do Vale do Itajaí ou curso superior na FURB e também ao que possui parente(s) em primeiro grau

estudando atualmente na ETEVI ou na FURB. A Resolução nº. 135/2001 regulamenta a concessão deste benefício.

#### **e) Auxílio Educação aos Servidores da FURB**

Redução no valor das mensalidades concedida aos servidores ou dependentes de servidores da FURB/ETevi. Para obter o auxílio o servidor deve preencher requerimento próprio na intranet.

#### **f) Orientação sócio-pedagógica**

É realizada pela equipe técnica (assistentes sociais, pedagoga e psicólogo) da DAE, sempre que o acadêmico busca atendimento ou que é encaminhado por professores ou demais servidores da Universidade. Nos atendimentos, busca-se auxiliar o acadêmico a encontrar alternativas para situações que envolvem conflitos com familiares, relacionamento com docentes e colegas de turma; dependência química; HIV; dificuldades decorrentes necessidades especiais, desemprego, dificuldades econômicas, oportunidades de estágio, entre outros.

#### **g) Atendimentos Psicológicos**

Trata-se de serviço de atendimento clínico em psicologia para alunos com dificuldades emocionais e/ou em desenvolvimento de quadros psicopatológicos, realizado por um psicólogo, atualmente concursado, na sala de atendimento junto à DAE. Objetiva atuar sobre os desequilíbrios psíquicos e fornecer ao acadêmico o suporte necessário à boa execução de suas atividades universitárias e profissionais, além de prevenir o agravamento dos processos psicopatológicos e suas conseqüências à dinâmica da vida. Os atendimentos são realizados mediante demanda pré-selecionada, com tempo de duração e objetivos previamente definidos, sob diretrizes de técnicas de Psicoterapia Breve. Percebe-se que nos anos de 2002 e 2003, ocorreram apenas 06 atendimentos psicológicos para alunos. Nesse período, não havia um profissional habilitado diretamente vinculado a DAE. O atendimento era realizado por uma professora do departamento de psicologia, com horas decorrentes de um projeto de extensão, que colaborava na prestação de tal serviço. Todavia, a partir de 2004, houve um aumento significativo nos atendimentos, pois estes passaram a ser realizados por uma psicóloga contratada pela DAE, que fazia atendimentos individuais ou em grupos de alunos.

### **h) Programa de Reorientação Profissional**

Frente à inquestionável realidade de indefinição acadêmico-profissional apresentada por grande número de alunos, este programa objetiva melhor subsidiá-los no alcance da congruência entre suas potencialidades e as características das profissões e do mercado de trabalho. Sob os pressupostos da psicologia do desenvolvimento e da orientação psicológica, objetiva-se suprir carências de informação e sustentação no processo decisório profissional, cujas incertezas frequentemente se fazem refletir no desempenho acadêmico e na saúde mental do aluno. Até o ano de 2005, o atendimento era realizado por grupos de alunos interessados, mediante prévia divulgação, sob a responsabilidade de um psicólogo concursado e assistentes sociais vinculados à DAE.

### **i) Programa de Capacitação Profissional**

Este programa tem o claro objetivo de melhor qualificar o acadêmico na busca e manutenção de otimizadas vagas do mercado de trabalho. Estruturado segundo as atuais tendências de Gestão de Pessoas, o programa possui as seguintes temáticas: motivação, liderança, pró-atividade no trabalho, relações interpessoais, dinâmicas de grupo, entrevistas de seleção e ética profissional.

### **j) Programa de orientação às gestantes**

Em regime de parceria com o PAMI, Programa de Atenção Materno-Infantil, a DAE realiza um trabalho de orientação e educação à maternidade. O programa é coordenado por um professor do Departamento de Psicologia, e conta com equipe multi e inter disciplinar. São trabalhados diferentes aspectos relacionados à saúde materno-infantil, objetivando a promoção de condições otimizadas para a gestação.

Ano	Estágios não-obrigatórios	Inscritos no cadastro sócio-econômico	Bolsas Art. 170	Bolsas FFAE	Gratuidade	Bolsas de Extensão	Bolsas de Trabalho FURB	Bolsas de Convênio - Empresa
			30 a 70%	30 a 70%	100%	16 a 20 créditos	16 a 20 créditos	16 a 20 créditos
2001	1.603 alunos	4.415 alunos	14.120 bolsas	-	04 alunos	320 bolsas	2.220 bolsas	630 bolsas
2002	1.469 alunos	4.422 alunos	16.960 bolsas	-	04 alunos	420 bolsas	4.136 bolsas	308 bolsas
2003	1.355 alunos	3.393 alunos	15.115 bolsas	2.300 bolsas	09 alunos	340 bolsas	3.140 bolsas	90 bolsas
2004	966 alunos	3.014 alunos	12.000 bolsas	5.550 bolsas	04 alunos	520 bolsas	3.333 bolsas	80 bolsas
2005	1.974 alunos	3.250 alunos	12.000 bolsas	5.550 bolsas	04 alunos	950 bolsas	3.170 bolsas	204 bolsas

**Quadro 8 – Alunos atendidos pelos programas de apoio financeiro gerenciados pela DAE**

Fonte: Divisão de Apoio ao Estudante - DAE

Ano	FIES	Unidades
		Concedentes Estágios
<b>2001</b>	698 contratos	258 instituições
<b>2002</b>	700 contratos	328 instituições
<b>2003</b>	625 contratos	317 instituições
<b>2004</b>	510 contratos	240 instituições
<b>2005</b>	579 contratos	80 instituições

**Quadro 9 – Alunos beneficiados com financiamentos e estágios**

Ano	Psicóloga	Assistentes Sociais e Pedagoga	Em grupo	Em oficinas
<b>2001</b>	-	-	-	-
<b>2002</b>	06 alunos	980 atendimentos	-	-
<b>2003</b>	06 alunos	1.130 atendimentos	-	-
<b>2004</b>	136 alunos	254 atendimentos	39 alunos	160 alunos
<b>2005</b>	165 alunos	437 atendimentos	25 alunos	183 alunos

**Quadro 10 - Atendimentos realizados pela equipe técnica (Orientação Psicossocial, Trabalhos em Grupo e Oficinas)**

Obs.: A partir de 2004, a DAE passou a utilizar intensamente a comunicação virtual (AVA e e-mail) o que fez reduzir significativamente o número de atendimentos realizados pessoalmente pela equipe.

<b>BOLSAS</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Bolsa Monitoria	30	81	82	85
Bolsa Extensão	32	42	46	32
Bolsa Pesquisa	43	100	100	36
Bolsa Estudo	4	301	240	463

**Quadro 11 - Bolsas e auxílio ao estudante**

A FURB oferece ainda outras modalidades de apoio financeiro como: descontos, auxílio-educação, bolsas de pesquisa, extensão, esporte, participação em comissões, monitorias etc. que não são gerenciadas pela DAE. Detalhes sobre estes programas podem ser visualizados na Dimensão 9.

Conforme descrição aqui apontada, é visível na FURB a prática de **concessão de bolsas e outros programas de apoio aos estudantes, embora ainda não em nível adequado**, o que conduziu a comunidade durante os seminários a atribuir o valor 4 a este indicador.

É visível também na Instituição a **existência de fontes de financiamento estudantil**, indicador este que também recebeu o valor 4. Entre estes programas destaca-se o **FIES**, um programa do governo federal, que tem por objetivo financiar de 30% a 50% das mensalidades dos estudantes de graduação. Os acadêmicos da FURB não podem receber, ao mesmo tempo FIES e bolsa de estudo, sendo necessário optar por um dos programas.

### 3.4 POLÍTICA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E MEMÓRIA CULTURAL

É intensa a atuação da FURB em programas e ações para o **desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental, conforme já detalhado na Dimensão 2**. Em vista dessa preocupação tanto na comunidade interna, quanto em promover assessoria técnico-científica na área para a comunidade externa, este indicador recebeu o valor 4. Na comunidade interna merece destaque o Programa de Sistemas de Gestão do Ambiente que envolve a gestão de resíduos sólidos, resíduos perigosos, de gestão de água e energia e de controle ambiental. No **ANEXO M**, podem ser visualizados os demais projetos nessa área.

Ao indicador **desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região** também foi atribuído o valor 4, tendo em vista uma série de projetos desenvolvidos nesta direção.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>3.1 Política de integração da FURB com o setor público, mercado de trabalho, instituições culturais e educativas de todos os níveis e movimentos sociais e comunitários.</b>						
3.1.1 Programas e projetos de extensão para o desenvolvimento social da comunidade.					X	
3.1.2 Programas e projetos de pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade.					X	
3.1.3 Programas e projetos de ensino para o desenvolvimento social da comunidade <sup>(1)</sup> .					X	
3.1.4 Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão.						X
3.1.5 Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades dos centros acadêmicos.		X				
3.1.6 Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social.					X	
3.1.7 Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais e a missão e finalidades da FURB.						X
3.1.8 Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental.					X	
3.1.9 Oferta de cursos para o atendimento às necessidades sociais e desenvolvimento regional.						X
3.1.10 Impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno como no ambiente externo.						X
3.1.11 Presença dos professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB.					X	
3.1.12 Políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade.				X		
<b>3.2 Política institucional de inclusão social</b>						
3.2.1 Mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais.				X		
3.2.2 Mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais.					X	
3.2.3 Acesso da comunidade externa à biblioteca.						X
<b>3.3 Política de desenvolvimento econômico-social</b>						
3.3.1 Concessão de bolsas e outros programas de apoio aos estudantes.					X	
3.3.2 Existência de fontes de financiamento estudantil.					X	
<b>3.4 Política de defesa do meio ambiente e memória cultural</b>						
3.4.1 Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental.					X	

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
3.4.2 Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região.					X	

### Planilha Avaliativa 6 - Dimensão 3

**Escala:**

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 3:**

- Surgimento de políticas públicas criadas em decorrência de projetos e participação da FURB.
- Preocupação crescente com o acesso e permanência dos portadores de necessidades especiais.
- Mobilização da FURB para implantação do Hospital Universitário.
- Implantação de programas de melhoria de qualidade de vida para os servidores.
- Benefício instrução aos servidores e seus dependentes.
- Acesso da comunidade externa à biblioteca.
- Aumento do número de alunos beneficiados nos programas de apoio aos estudantes.
- Diversidade de programas sociais para manutenção e permanência do aluno na FURB.
- Redução pela FURB das bolsas de trabalho aos acadêmicos e aumento das bolsas de estágio.

**Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 3:**

- Sistematização e divulgação deficiente das ações da FURB pertinentes à responsabilidade social.
- Captação de recursos (públicos e privados) para atendimento da responsabilidade social.

**Recomendações da CPA:**

- Investir na qualificação de profissionais na área de preservação da memória e patrimônio cultural da região para possibilitar a captação de recursos nesta área.
- Investir na qualificação dos servidores, para atualização e aperfeiçoamento de suas atividades.
- Implantar um sistema de gerenciamento das ações de responsabilidade social desenvolvidas na FURB.
- Divulgar as ações de responsabilidade social, em forma de balanço social. (Modelo disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>)
- dotar internamente políticas de preservação ambiental e divulgá-las (ex: não uso de defensivos agrícolas nos jardins internos).
- Intensificar ações para inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Intensificar cultura de redução de consumo (energia, água, telefone, etc...), educação ambiental e de preservação do patrimônio de uso coletivo.
- Ampliar os benefícios para os servidores (vale-alimentação, pagamento de hora extra, sala para repouso...).
- Ampliar as ações de melhoria de clima organizacional.

## **CAPÍTULO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**

Com a finalidade de manter contato com a comunidade interna e externa informando os aspectos que dizem respeito às atividades da Instituição, esta dispõe de vários mecanismos de comunicação e de sistemas de informação.

Esta dimensão tem como primeira categoria de análise os Sistemas de comunicação e informação da FURB com a comunidade interna e externa.

Para análise desta categoria, assim como nas demais, foi adotada como metodologia a análise documental, entrevistas, visitas *in loco*, questionários e seminários avaliativos, tendo como foco os meios e canais de comunicação utilizados para divulgar as atividades da instituição na comunidade interna e externa. Foram identificados os seguintes veículos de comunicação: FURB TV, FURB FM, Press-releases, Jornal da Universidade, Marketing (publicidade, folders, divulgação do vestibular nas escolas, patrocínios e equipes esportivas, etc.), Internet, Revista de Divulgação Cultural, Revistas científicas, Jornais dos Programas de Mestrado, Programas de relacionamento entre a FURB e a comunidade, folhetos e jornais, Editora, AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem, SAP- Sistema de Atendimento ao Público, Assessoria de comunicação, ARIN- Assessoria de Relações Institucionais. Para a divulgação exclusivamente interna da informação ou tomada de decisões, além dos mecanismos e órgãos já mencionados, a Instituição também se comunica, principalmente através de: sites-web de divulgação, como Intranet, Internet, AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem, SAP- Sistema de Atendimento ao Público, e além disso, através do Guia do aluno, Clipping diário da imprensa, Jornal Em Dia, Jornais do DCE, da ASEF, da APROF, do SINSEPES e dos diretórios acadêmicos, e ainda mediante comunicação pessoal (DAE, DRA, Unidades Universitárias, Colegiados, Centros Acadêmicos), Programa Conexão (DRH), Comunicados nas folhas de pagamento e relatórios diversos. A missão do Jornal Universitário, publicado no Balanço Social, é de abordar a pesquisa, o ensino e a extensão de maneira detalhada e com densidade. As edições seguem o princípio de ter os alunos da instituição como o foco principal das matérias. O jornal é distribuído nos campi da FURB, no centro da cidade, em prédios comerciais, aeroporto de Navegantes, terminais

urbanos, escolas de Ensino Médio e Cursos pré-vestibulares, recebem ainda o Jornal Universitário as universidades brasileiras e autoridades estaduais.

Verificou-se, portanto, que a FURB **possui e dispõe de meios digitais, eletrônicos e impressos para veiculação das informações**, apresentando neste sentido, práticas já institucionalizadas e difundidas na comunidade universitária, atendendo às metas, objetivos e finalidades institucionais, restando na escala avaliativa o nível 4 e 5 – Com evidência completa: situação ou desempenho forte.

Todavia, quanto à **existência dos meios de comunicação entre os centros acadêmicos e alunos**, percebeu-se que há poucas iniciativas ou em vias de elaboração necessitando de maiores estímulos e talvez até de assessoramento por parte da instituição, já que se trata de mais um canal de difusão de informações e comunicação entre os atores, pois, dos 39 centros acadêmicos - CAs, somente 14 possuem site e 1 tem jornal, destaca-se, no entanto, a evolução crescente nesse sentido.

Também em relação à **existência de uma política de comunicação para a Furb**, bem como, **na adequação da política de comunicação às metas, objetivos e finalidades**, e ainda, **quanto à adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões**, atribuiu-se o valor 3, que significa desempenho satisfatório. Nesse sentido, no início de 2004, por ocasião da reunião para reavaliação do Planejamento Estratégico, foi declarado que havia um aproveitamento inadequado dos meios internos de comunicação, como também insuficiência de investimentos na área, e ainda em decorrência da indefinição do foco da instituição, ocorria a indefinição sobre “o que” comunicar.

Outra categoria de análise trata da **Imagem Pública institucional**. Levando-se em conta os indicadores desta categoria e considerando a **representação da FURB em entidades públicas e privadas**, atribuiu-se o valor 4, pois a Furb tem participação atuante em diversos conselhos, comissões e comitês (**ANEXO N**).

No tocante aos **intercâmbios e parcerias para o desenvolvimento de estágios, pesquisas, projetos, prestação de serviços e outros**, há diversas ações que foram ou estão em desenvolvimento conforme **ANEXO O**, o que respalda a visão dos avaliadores ao conferirem o valor 4, pois apresenta práticas difundidas e institucionalizadas.

Quanto à **presença da FURB na mídia**, também se definiu o valor 4, tendo em vista a qualificação atribuída pela comunidade universitária em que aproximadamente 75% dos respondentes classificaram entre boa e ótima em relação a este item, por ocasião da aplicação dos questionários avaliativos **(ANEXO A)**.

Em relação à **coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição**, também se atribuiu o valor 4. Este indicador foi objeto de pesquisa junto aos alunos sendo que 9,50% classificaram como ótimo e 42,77% como bom.

Assim, é visível que a Furb conta com uma imagem positiva nos meios de comunicação, que a consideram a instituição séria e com uma prática condizente com suas finalidades.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>4.1 Sistemas de comunicação e informação da FURB com a comunidade interna e externa</b>						
4.1.1 Existência de informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros).					X	
4.1.2 Adequação das informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros) às metas, objetivos e finalidades da FURB.					X	
4.1.3 Existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros).					X	
4.1.4 Adequação das informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros) às metas, objetivos e finalidades da FURB.					X	
4.1.5 Existência de informações em mídia eletrônica (FURB FM, FURB TV).						X
4.1.6 Adequação das informações da mídia eletrônica às metas, objetivos e finalidades da FURB.					X	
4.1.7 Existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos.			X			
4.1.8. Existência de uma política de comunicação para a FURB.				X		
4.1.9. Adequação da política de comunicação às metas, objetivos e finalidades da FURB.				X		
4.1.10 Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.				X		
<b>4.2 Imagem pública</b>						
4.2.1 Representação da FURB em entidades públicas e privadas					X	

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.2.2 Intercâmbios e parcerias para o desenvolvimento de estágios, pesquisas, projetos, prestação de serviços e outros.					X	
4.2.3. Presença da FURB na mídia.					X	
4.2.4 . Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição.					X	

### Planilha Avaliativa 7 - Dimensão 4

#### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte.

#### Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 4:

Sensibilização da gestão, através de ações definidas no Planejamento Estratégico, para melhoria e divulgação das informações institucionais.

Implementação dos mecanismos de divulgação em meios digitais.

Presença da FURB na mídia

Teor das notícias divulgadas na mídia externa.

Representação significativa da FURB em entidades públicas e privadas.

Programas de Interação e Conexão para conhecimento dos diferentes campi

#### Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 4:

- Há limitações na comunicação dos centros acadêmicos, somente 14 dos 39 CAs possuem site e 1 tem jornal, destaca-se no entanto a evolução crescente nesse sentido.

- Indefinição dos públicos de cada mídia interna gerando duplicidade nos encaminhamentos e até concorrência entre os segmentos.

- Pouca divulgação dos projetos e ações na mídia externa.

- Falta de uma política de endomarketing.

- Desconhecimento das informações gerais sobre a FURB pelos servidores responsáveis (telefonista, recepcionista, ...)

- Falta de continuidade na atualização de informações no Portal da FURB (Cursos, indicadores de produção científica...) e na INTRANET (Sislen...).

#### Recomendações da CPA:

- Definir e Implantar uma política institucional de comunicação.

- Criar política de endomarketing

- Integrar os segmentos profissionais: jornalismo, publicidade e relações públicas e seus veículos de comunicação: FURB TV, FURB FM, Notícias do site, Newsletter-Universidade Digital, Informativo Em Dia, Revistas de divulgação, Jornal da FURB.

- Intensificar a publicação e divulgação das ações na mídia regional e nacional para dar visualização maior à FURB.

- Melhorar a comunicação eletrônica (serviço de e-mail – anti-spam).

- Criar condições para melhorar o fluxo das informações para agilizar a comunicação interna e externa.

- Implantar sistema de informações atualizadas sobre: a realidade institucional, as características do contexto socioeconômico regional, os recursos e outros elementos para subsidiar a gestão, a avaliação institucional e a comunicação corporativa.

- Maior visibilidade da FURB na sinalização urbana estendendo aos campi dos municípios vizinhos.

- Criar maior interatividade e movimento no portal da FURB.

## **CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

O primeiro documento, que definiu as condições gerais da carreira dos professores da Universidade, foi a Resolução n. 21/88, de 15 de setembro de 1988, norteado pelo Regimento Geral e o Estatuto do Servidor Público da Universidade. Ele foi vinculado a Divisão de Recursos Humanos (Seção de Registro Docente) que passou a registrar e acompanhar a progressão do docente na FURB. Seguiram-se as Resoluções n. 30/94, 1/95, 105/99, 100/2001, e 87/2003. Atualmente está em vigor a Resolução n. 47/2004, de agosto de 2004 que estabelece as normas para o Plano de Carreira do Magistério na Universidade. De acordo com esta resolução o Corpo Docente da Universidade Regional de Blumenau compreende duas categorias: Professores do Quadro e Temporários. (1) Os membros do Corpo Docente são lotados em um dos Departamentos da Universidade Regional de Blumenau. A lotação do docente é feita em função da(s) matéria(s)/disciplina(s) por ele lecionada, respeitando o número de vagas fixas de acordo com o Plano Departamental de Atividades aprovado pelo CEPE. (2) O ingresso na Carreira do Magistério Superior é feito por Concurso Público de Títulos e Provas para, no mínimo, 8 (oito) horas-aula, de acordo com a(s) vaga(s) declarada(s) pelo Departamento e aprovadas pelo CEPE. (3) - A Carreira do Magistério Superior, é organizada em 9 (nove) referências, designadas de Professor do Quadro - PQ01 a PQ09, que obedecem a um sistema de pontuação específico (Quadro V, do plano de carreira). A progressão de uma referência para outra imediatamente superior é dada em função de critérios de comprovada titulação acadêmica, progressivamente maior, e dos méritos decorrentes das atividades de administração, ensino, pesquisa, extensão e da produção científica, artística e/ou cultural desenvolvidas pelos docentes. É a CPCMS - Comissão Permanente da Carreira do Magistério Superior quem faz o acompanhamento da progressão do docente na carreira do magistério superior.

A **coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal** implementada pela Instituição pode ser observada a partir das tabelas a seguir, onde se tem a evolução do regime de trabalho (relação entre professores de tempo integral e total de professores), titulação

dos professores, nível de qualificação dos docentes bem como os percentuais da carreira dos mesmos. Este indicador foi atribuído o valor 4 na escala avaliativa, por apresentar prática institucionalizada e difundida.

Quanto à **relação entre professores de tempo integral e total de professores** (Quadro 12), no ano de 2005, a Instituição demonstra que existem programas e ações adequadas, porém, ainda não satisfaz o percentual de 30% de docentes com tempo integral, previsto pela LDB, Lei 9.394/96 do MEC. Assim, para este indicador definiu-se o valor 3 na escala.

<b>Regime de Trabalho dos Docentes</b>												
<b>Ano</b>	<b>Efetivo</b>						<b>Temporário</b>				<b>Visitante</b>	<b>Total</b>
	<b>Dedicação Exclusiva</b>	<b>Tempo Integral *</b>	<b>Tempo Parcial</b>				<b>8-10h</b>	<b>10-20h</b>	<b>20-30h</b>	<b>30-36h</b>		
			<b>8-10h</b>	<b>10-20h</b>	<b>20-30h</b>	<b>30-36h</b>						
2001	41	166	53	59	76	69	123	126	57	41	19	830
2002	40	186	65	69	74	78	112	94	49	37	19	823
2003	39	187	50	73	90	83	106	108	38	26	12	812
2004	38	195	48	64	82	89	139	96	42	28	12	830
2005	37	195	42	73	87	88	135	102	38	20	12	829
Legenda:												
Dedicação exclusiva: docente de tempo integral - 40 horas, sem outro vínculo empregatício												
Tempo Integral: docente com 40 horas (* Incluir todos os docentes com 40 horas oficiais ou não)												
Tempo Parcial: docente com carga horária variável												
Temporário: docente contratado em caráter temporário com carga horária variável												
Visitante: docente convidado (dedicação de 40 horas)												

**Quadro 12 - Docentes da FURB de acordo com os diferentes regimes de trabalho (DRD)**

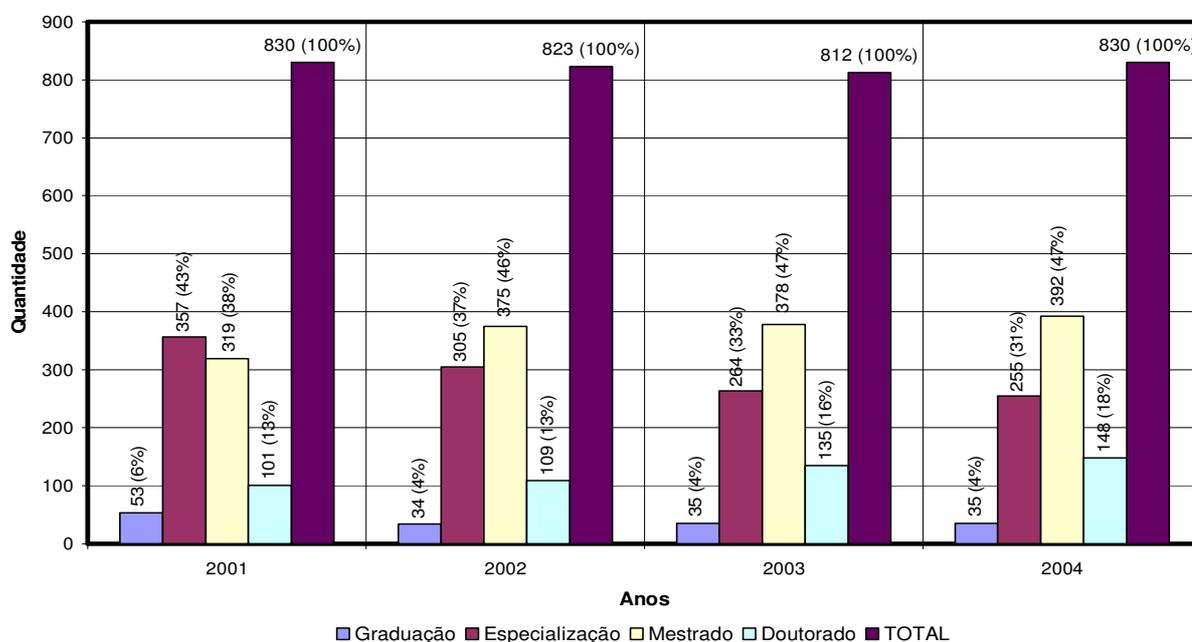
Ano	Graduação			Especialização			Mestrado			Doutorado			Total			
	E	T	Total	E	T	Total	E	T	Total	E	T	Total	Gr	Esp	Msc	Dr
2001	22	31	53	132	225	357	234	85	319	76	25	101	53	357	319	101
2002	16	18	34	141	164	305	271	104	375	84	25	109	34	305	375	109
2003	14	21	35	109	155	264	290	88	378	109	26	135	35	264	378	135
2004	12	23	35	96	159	255	286	106	392	122	26	148	35	255	392	148
2005	11	21	32	85	165	250	290	107	397	135	28	163	32	250	397	163

Legenda:  
E: Efetivo  
T: Temporário

**Quadro 13 - Titulação do Corpo Docente da FURB (DRD e DRH)**

O corpo docente da Universidade Regional de Blumenau mantém um número de 812 a 840 professores, sendo cerca de 4% com graduação, 31% com especialização, 47% com mestrado e 18% com doutorado.

A Figura 25, demonstra a evolução da titulação docente na FURB. Verifica-se pelos dados representados, que a titulação docente praticamente se manteve estável no período de 2002 a 2004, pois a soma dos percentuais de mestrado e doutorado oscilou dentro de uma faixa bastante restrita entre 59% e 65%, o que não representa um crescimento significativo.



**Figura 25 – Evolução da titulação docente na FURB.**

Ano	Menos de 5 anos		5 a 10 anos		11 a 15 anos		Mais de 15 anos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
2001	431	52	197	24	96	11	106	13	830
2002	429	52	162	20	121	15	111	13	823
2003	447	55	132	16	112	14	121	15	812
2004	465	56	120	14	122	15	123	15	830
2005	355	42	218	26	144	17	125	15	842

**Quadro 14 - Tempo de exercício da docência na FURB. (DRD)**

Ano \ Níveis	A1	A2	A3	A4	B1	B2	B3	B4	TOTAL
2001	28	72	91	182	40	23	9	19	464
2002	50	65	96	196	41	32	13	20	513
2003	31	74	100	198	56	38	18	22	526
2004	23	46	96	190	68	39	23	31	516

Legenda:

Cfe. Resolução 21/1988

**Quadro 15 - Progressão dos docentes no Plano de Carreira da FURB até 2004. (DRD)**

Ano \ Referências	PQ01	PQ02	PQ03	PQ04	PQ05	PQ06	PQ07	PQ08	PQ09	TOTAL
2005	22	50	89	110	82	63	40	27	31	514

Legenda:

PQ = Professor do Quadro - Cfe. Resolução 47/2004.

**Quadro 16 - Progressão dos docentes no Plano de Carreira da FURB em 2005. (DRD)**

Ano	Orientações / Dissertações	Livros	Capítulos de livros	Artigos Nacionais	Artigos Internacionais	Resumos Nacionais	Resumos Internacionais	Patentes Concedidas
2001	38	11	**	301	19	485	*	*
2002	80	8	**	342	64	641	*	*
2003	88	19	**	477	106	611	*	*
2004	71	18	**	198	56	254	*	*
2005	131	9	23	228	10	209	*	*

**Quadro 17 - Produção técnica e científica dos docentes (DRD)**

É vivível na FURB **programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação do trabalho dos professores**, principalmente os desenvolvidos pela Divisão de Apoio ao Ensino (DIAEN), vinculada à PROEN.

As atribuições da DIAEn estão definidas nos artigos 42 a 47 do Regimento Geral da Reitoria, sendo uma de suas funções promover a formação pedagógica e de apoio na elaboração e execução dos programas de ensino e de aprendizagem. Esta Divisão possui duas seções: 1 - Sate – Seção de Apoio técnico ao Ensino, que dá apoio a implantações de cursos e seus acompanhamento; 2 - SAPED – Seção de Apoio Pedagógico, que tem a função de acompanhar os Planos de Ensino bem como de oferecer cursos de capacitação didático/pedagógico para os docentes. Complementando o trabalho da DIAEN, amparada pela Resolução n. 242/2003, encontra-se em cada unidade universitária uma assessoria pedagógica, com a função de auxiliar os docentes nos aspectos didáticos/pedagógicos.

Internamente a Universidade oficializou, através da Resolução n. 116/2001, seu próprio processo de Avaliação Institucional coordenado pela Comissão de Avaliação Institucional -COMAVI, para avaliar os aspectos de ensino como: cumprimento dos planos de ensino, infra-estrutura básica das salas de aula, desempenho e compromisso do docente e outros.

Com a Resolução n. 146/2000 a Universidade também implementou a comissão de avaliação dos docentes em estágio probatório, para cumprimento da legislação referente à política de pessoal das instituições públicas.

A evolução dos programas voltados para o acompanhamentos dos docentes, revela coerência e congruência entre objetivos/normas e a maioria das práticas institucionais, demonstrando a existência de uma prática institucionalizada e difundida, por isto, este indicador atingiu o valor 4 na escala.

Quanto ao indicador **apoio à capacitação dos professores**, é importante destacar que a Resolução n. 34/2000, de 20 de março de 2000, foi o primeiro documento interno a normatizar o apoio institucional aos docentes do Quadro da Universidade Regional de Blumenau-FURB para cursar mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Em 5 de outubro de 2005, este processo de capacitação foi alterado com a Resolução n. 49/2005 que criou o Plano Institucional de Capacitação Docente - PICD, e passou a redefinir os critérios de apoio institucional de qualificação docente.

O PICD é o resultado da consolidação das políticas e diretrizes institucionais com os Planos de Unidades de Capacitação Docente – PUCDs, que é constituído de:

- políticas e diretrizes do Centro para a formação e desenvolvimento de recursos humanos, considerando as necessidades decorrentes das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão;
- análise estatística da situação da qualificação do Centro e área de conhecimento;
- análise crítica resultante do acompanhamento dos docentes em fase de formação;
- previsão de afastamento de docentes, por área de conhecimento, para o ano seguinte e para os 3 (três) anos subseqüentes.

O apoio para a qualificação se dá de 3 formas:

- afastamento integral é a saída do docente com a manutenção de sua remuneração salarial equivalente ao número total da média de horas-atividade dos 4 (quatro) semestres anteriores ao requerimento;
- afastamento parcial é a saída do docente com benefício inferior ao número total da média de horas-atividade dos 4 (quatro) semestres anteriores ao requerimento;
- gratuidade nos cursos oferecidos na Universidade.

O Quadro 15, demonstra a evolução da titulação do docente, efetivo, no decorrer do período 2001/2004. Neste quadro observa-se que, os professores com graduação e especialização diminuíram em 46% e 28% e os professores com mestrado e doutorado tiveram um incremento de 19% e 38%. Esta evolução ocorreu pelas novas contratações, como também, pelo plano de capacitação da Universidade, já que a evolução se deu com os professores do quadro. Estes resultados demonstram que o **apoio** à capacitação docente é uma prática institucionalizada e completamente difundida o que confere o valor 4 na escala avaliativa.

O plano de carreira docente implementado pela Resolução n. 47/2004, de agosto de 2004 incentiva o **envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão**. Este plano permite progressão de uma referência para outra imediatamente superior em função de critérios de comprovada titulação acadêmica, progressivamente maior, e dos méritos

decorrentes das atividades de administração, ensino, pesquisa, extensão e da produção científica, artística e/ou cultural desenvolvidas pelos docentes do quadro. Os quadros, a seguir, mostram a evolução do envolvimento dos docentes em dois períodos distintos, 2001 e 2005.

Quanto as atividade de ensino, principalmente na graduação, tem-se uma diminuição nas horas aulas dos especialistas e um incremento nas horas dos professores mestres e doutores.

Em relação à pesquisa e extensão, no ano de 2001, elas eram feitas, em sua maioria, por especialistas e mestres. Em 2005 estas cargas horárias passaram a ser executadas por doutores e mestres.

Quanto ao envolvimento dos docentes em atividades administrativas, os dados mostram também, que grande parte destas atividades que eram executadas por docentes em nível de especialização em 2001, passaram aos docentes mestres e doutores. Estes resultados mostram que neste período, houve uma evolução quanto ao envolvimento dos docentes nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão demonstrando que existem programas e ações dentro da Instituição nessas diferentes áreas, porém as práticas ainda são incipientes em vias de institucionalização.

Titulação	Atividade Desenvolvida						Total					
	AG	%	AP	%	AE	%	APe	%	ADm	%	Nº	%
Doutor	920	4,8	64	0,3	81	0,4	1357	7,1	581	3	3118	16
Mestre	4489	23,4	41	0,2	506	2,6	882	4,6	1804	9,4	8677	45
Especialista	4721	24,6	0	0	318	1,7	115	0,6	1111	5,8	6404	33
Graduado	725	3,8	0	0	40	0,2	2	0	253	1,3	1020	5,3
<b>Total</b>	<b>10855</b>	<b>56,5</b>	<b>105</b>	<b>0,5</b>	<b>945</b>	<b>4,9</b>	<b>2356</b>	<b>12,3</b>	<b>3749</b>	<b>19,5</b>	<b>19097</b>	<b>99</b>

**Quadro 18 - Envolvimento dos docentes Mestres e Doutores com a instituição no período 2001**

Titulação	Atividade Desenvolvida						Total					
	AG	%	AP	%	AE	%	APe	%	ADm	%	Nº	%
Doutor	2277	11,4	184	0,9	103	0,5	1846	9,2	987	4,9	5465	27
Mestre	6345	31,8	13	0,1	434	2,2	553	2,8	1964	9,8	10198	51
Especialista	3280	16,4	0	0	120	0,6	24	0,1	480	2,4	3986	20
Graduado	284	1,4	0	0	16	0,1	0	0	69	0,3	369	1,8
<b>Total</b>	<b>12186</b>	<b>61</b>	<b>197</b>	<b>1</b>	<b>673</b>	<b>3,4</b>	<b>2423</b>	<b>12,1</b>	<b>3500</b>	<b>17,5</b>	<b>19950</b>	<b>100</b>

**Quadro 19 - Envolvimento dos docentes Mestres e Doutores com a instituição no período 2005**

**AG** é o total de horas semanais em aulas de graduação;

**AP** é o total de horas semanais em aulas de pós-graduação;

**AE** é o total de horas semanais no desenvolvimento de projetos de extensão, assessorias a escritórios modelos e empresas juniores, organizações de oficinas, seminários, congressos e outras;

**APe** é o total de horas semanais em atividades de pesquisa e orientação de programas de iniciação científica;

**ADm** é o total de horas semanais dedicadas à atividades administrativas, participação em conselhos e outras não enquadradas nos itens anteriores.

O caráter público da instituição exige a definição de **critérios para seleção e contratação de Professores** os quais estão previsto em dois documentos: 1) Resolução n. 01/96, de 29/01/1996, que instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, conforme citado anteriormente; e 2) Lei Municipal/PMB, n. 4768 de 12 de dezembro de 1996 que dispõe sobre normas de ingresso de servidores e de trabalho temporário na FURB. Neste caso observa-se que existem normas institucionais, embora na percepção da comunidade universitária existam fragilidades quanto a opção de contratação de servidores temporários. Assim, para este indicador foi definido, em seminários internos, o valor 4 na escala avaliativa.

No que se refere aos servidores técnico-administrativo, verifica-se que em dezembro de 2005, o quadro de pessoal da FURB era constituído por 524 servidores técnico-administrativo, correspondendo a 37% do quadro de pessoal da Universidade. No quadro a seguir há a descrição dos recursos humanos da FURB e o respectivo número de servidores, em atividades, no período 2001 - 2005.

<b>Descrição</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Docentes	875	895	835	866	875
Tec. Adm.	508	507	536	546	524
<b>Total</b>	<b>1383</b>	<b>1402</b>	<b>1371</b>	<b>1412</b>	<b>1399</b>

**Quadro 20 - Recursos Humanos da FURB (2001 – 2004)**

Destaca-se que a Resolução n. 01/96, de 29/01/1996, instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau e define o Quadro de Referências de Vencimentos e o

Quadro de Carreira Geral dos Servidores. Este documento foi atualizado pelas Resoluções n. 126/99, 63/00 26/2002 e 8/2005) e encontra-se implementado em todas as suas ações, cabendo à Divisão de Administração de Recursos Humanos o acompanhamento do Plano de Carreira.

Pelo fato da Instituição possuir completamente implementados um Plano de carreira para os servidores – técnico administrativos, com instrumentos e procedimentos de avaliação bem definidos, e ter seu processo de acompanhamento do Estágio probatório, também regulamentado, fica demonstrado, que existe uma **coerência entre o plano de carreira dos servidores – técnico administrativos e as políticas de gestão de pessoal**. As ações dos gestores da Instituição tem sido adequadas às normas vigentes nas respectivas resoluções, e fica acessível ao conhecimento da comunidade interna, vislumbrando-se como uma prática já institucionalizada que justifica o valor 4 definido na escala para este indicador.

Por ser uma Instituição pública os servidores técnico-administrativos são em sua grade maioria de tempo integral. Porém, para suprir as necessidades de atividades não permanentes e situações de afastamento de servidores, com atividades muito específicas, a Instituição mantém funcionários (aproximadamente 11%) em caráter temporário, contratados através da CLT. Esta política institucional é visível para a comunidade interna e externa, prevista em lei municipal, não prejudicando a identidade da instituição. Em decorrência disso, em seminários internos, a comunidade universitária atribuiu para este indicador que trata da **relação entre servidores técnico-administrativos de tempo integral e total de técnico-administrativos**, o valor 4 da escala.

O plano de carreira do servidor técnico administrativo, conforme citado anteriormente, apresenta ações voltadas para acompanhamento e avaliação do desempenho dos mesmos, mas com finalidade principal de orientar a profissional. Observa-se que não existe, dentro da Instituição, outros programas que façam o acompanhamento do servidor a partir de suas avaliações, nem tampouco pesquisas institucionalizadas que envolvam o Clima Organizacional da Universidade. Denota-se que apesar do plano de carreira prever ações de acompanhamento e avaliação dos servidores, estes ainda são incipiente, não sendo ainda uma prática totalmente adequada. Portanto, atribuiu-se ao indicador

que trata dos **programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos** o valor 3 na escala avaliativa.

Verifica-se quanto ao **apoio à capacitação dos servidores técnico-administrativos** várias ações levando-se em conta as necessidades, que podem ser: 1) Por necessidades específicas da qualificação pessoal do servidor - O servidor recebe descontos de até 85% nas mensalidades dos cursos de graduação; 2) Por necessidades específicas de treinamentos do servidor devido a natureza de seu trabalho - como no caso da informática para os funcionários da Divisão de Administração do Campus; 3) Por necessidades de treinamentos para adequação da Instituição às normas e legislações externa. Atualmente percebe-se através das avaliações dos servidores técnicos administrativos que já existe uma preocupação, dos gestores, em acatar as necessidades de capacitação identificadas, demonstrando que o processo é uma prática em via de Institucionalização, por isso atribuiu-se o valor 3 na escala.

Quanto aos **critérios para seleção e contratação dos servidores técnico-administrativos**, salienta-se que a admissão e o ingresso no Quadro de Carreira, dar-se-á mediante aprovação em Concurso Público de Provas ou Títulos e Provas, de acordo com as normas estabelecidas na Seção III, do Capítulo I, do Título II, do Estatuto dos Servidores da FURB.

A progressão na carreira ocorre de duas formas: 1) Progressão Funcional é a passagem a uma referência de vencimento imediatamente superior em que o servidor esteja enquadrado à época da concessão, por força do tempo de serviço. (Redação alterada pela Resolução n. 63/2000); 2) Promoção Funcional é a passagem à referência de vencimento seguinte, dentro do mesmo cargo em que esteja o servidor enquadrado à época da concessão, em decorrência de mérito definido em avaliação de desempenho.

A avaliação de desempenho, para fins de promoção, é de responsabilidade da Comissão Permanente da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da FURB. Esta comissão tem a função de elaborar programas e ações voltadas para o acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos através de instrumentos e regulamentos que disciplinem os procedimentos de avaliação

de desempenho, observado o disposto nos artigos 27 e 28 da Resolução do Plano de Carreira do Servidor Técnico- Administrativo.

Outra resolução complementar ao plano de carreira é a Resolução n. 26/97, que regulamenta o Estágio Probatório” e a “Ficha de Acompanhamento do Estágio Probatório” para o Servidor Público Técnico-Administrativo da Universidade.

Atualmente uma comissão própria de avaliação, Portaria n. 370/2006, desempenha este papel e avalia semestralmente os servidores técnicos/administrativos que se encontram nesta condição.

Os **critérios para seleção e contratação dos servidores técnico-administrativos** encontram-se definidos nos seguintes documentos: 1) Resolução n. 01/96, que instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, conforme citado anteriormente e 2) Na Lei Municipal/PMB, nº4768 de 12 de dezembro de 1996 que dispõe sobre normas de ingresso de servidores e de trabalho temporário na FURB. Neste caso, a comunidade universitária entende que apesar de existirem normas institucionais bem definidas, para os cargos efetivos, estas não são muito definidas na opção de contratação temporária pelo regime da CLT, que fica a critério dos gestores. Por isso, atribuiu-se o valor 3 para este indicador na escala avaliativa.

Para a categoria qualificação profissional, são objeto de avaliação os indicadores: **programas de assistência e melhoria; nível de qualificação dos professores; e, nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.**

Referente à existência dos **programas de assistência e melhoria**, conforme já anteriormente mencionado, a FURB possui normas internas para apoio institucional aos docentes do quadro, para melhoria na qualificação profissional, tanto para participar de eventos como para cursar mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como, o plano de carreira que também estimula a progressão na qualificação profissional. Além disso, conforme já mencionado na Dimensão 3, a FURB possui programas de assistência e melhoria

à qualidade de vida de seus servidores em geral (1998 – 2006). Em pesquisa realizada, com questionários, entre, os docentes e servidores técnicos-administrativos, se observa que 85,92 %, em média, estão satisfeitos com os programas oferecidos. Em virtude disso, a comunidade universitária atribuiu o valor 4 para este indicador.

Tanto é assim, que no Quadro 13, é possível observar que houve evolução na qualificação dos professores na Instituição. A grande maioria dos docentes possui titulação de Mestre e Doutor, e a comunidade entendeu, também ser bom o **nível de qualificação dos professores** e conferiu o valor 4 a este indicador.

Quanto ao **nível de qualificação do servidor técnico-Administrativo** em consulta realizada na comunidade universitária, através de questionários (**ANEXO A**) e seminários, observou-se críticas em relação a este indicador, e por este motivo, foi atribuído valor 3.

Quanto aos indicadores que tratam da **satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional e satisfação dos professores em relação às condições de trabalho**, convém salientar que não existe nenhum estudo interno, contínuo, que demonstre numa curva temporal a percepção dos docentes nestes sentidos. Neste ano de 2006, na pesquisa realizada com docentes, coordenada pela CPA, verificou-se que a maioria dos docentes está satisfeita com o seu desenvolvimento profissional e com as condições de trabalho. Assim, as avaliações destes indicadores, foram definidas a partir dos seminários internos e questionários aplicados aos docentes pela CPA, e foi obtido o valor 4 na escala avaliativa.

Quanto à **satisfação do técnico-administrativo em relação ao seu desenvolvimento profissional** e igualmente quanto a **satisfação do técnico-administrativo em relação às condições de trabalho**, também não há registro ou estudo interno contínuo, que demonstre uma curva temporal em relação a estes itens. Nos meses de abril a outubro de 2002, ocorreu de forma pontual, e de iniciativa do sindicato dos servidores da FURB-SINSEPES, uma pesquisa de Satisfação dos Servidores. No total, 175 servidores responderam a pesquisa, na forma de entrevista, o que representava 35% dos servidores técnicos - administrativos da Universidade. Os resultados foram considerados satisfatórios e podem ser visualizados no próprio relatório de satisfação dos

servidores técnicos administrativos da FURB 2002, (**ANEXO P**). Com o objetivo de obter novos dados, a Comissão Própria de Avaliação realizou em 2006 uma outra pesquisa com os servidores técnicos - administrativos e obteve resultados que demonstraram o grau de satisfação destes segmentos da Universidade, em relação ao seu desenvolvimento profissional e às condições de trabalho. Referente ao primeiro indicador foi aferido o valor 3 na escala, por tratar-se de um processo em implantação. Em seguida, tem-se alguns resultados desta pesquisa que demonstram, de uma forma geral, que a maioria dos servidores técnicos administrativos estão satisfeitos com as condições de trabalho na instituição justificando o valor 4 atribuído na escala avaliativa para este indicador.

<b>Indicadores</b>	<b>Ótima</b>	<b>Bom</b>	<b>Regular</b>	<b>Ruim</b>	<b>Péssimo</b>
A sua satisfação em relação ao seu desenvolvimento profissional.	15,65%	56,09%	20,00%	6,09%	2,17%
A sua satisfação em relação às condições de trabalho.	10,43%	47,83%	32,61%	6,96%	2,17%

**Quadro 21 - Nível de satisfação dos Docentes da FURB.**

<b>Indicadores</b>	<b>Sempre</b>	<b>Quase sempre</b>	<b>As vezes</b>	<b>Nunca</b>	<b>Não sabe/ Desconhece</b>
Os benefícios oferecidos atendem às minhas expectativas	12,04%	36,11%	43,52%	6,48%	1,85%
A minha remuneração está dentro da média salarial praticada pelo mercado	25,00%	35,65%	24,07%	6,94%	8,33%
A remuneração que recebo é suficiente para atender minhas necessidades básicas.	17,59%	39,35%	30,09%	12,04%	0,93%
Existe reconhecimento (feedback, elogios, etc.) pelo meu bom desempenho da função	19,91%	22,69%	39,35%	15,28%	2,78%
A FURB oferece treinamento e oportunidade de desenvolvimento para o meu crescimento profissional	8,80%	21,76%	50,93%	13,89%	4,63%

Os chefes estão interessados em idéias e opiniões.	26,39%	31,02%	34,26%	6,94%	1,39%
Meu chefe tem me avaliado e conversado comigo sobre meu desempenho	27,78%	23,61%	31,94%	12,96%	3,70%
Penso em trabalhar na FURB por muito tempo	37,50%	28,70%	22,22%	3,24%	8,33%
Tenho orgulho de contar para os outros que trabalho na FURB	66,20%	17,59%	14,35%	0,93%	0,93%
Quando questionado sobre a FURB costumo dar boas referências	70,37%	20,37%	8,33%	0,00%	0,93%

**Quadro 22 - Nível de Satisfação do Servidor Técnico-Administrativo**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>5.1 Plano de carreira dos professores</b>						
5.1.1 Coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal.					X	
5.1.2 Relação entre professores de tempo integral e total de professores.					X	
5.1.3 Programas e ações voltados para acompanhamento e avaliação do trabalho dos professores.					X	
5.1.4 Apoio à capacitação dos professores.					X	
5.1.5 Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão.				X		
5.1.6 Critérios para seleção e contratação de professores.					X	
<b>5.2 Plano de carreira dos servidores técnico-administrativos</b>						
5.2.1 Coerência entre o plano de carreira dos servidores técnico-administrativo e as políticas de gestão de pessoal.					X	
5.2.2 Relação entre servidores técnico-administrativos de tempo integral e total de técnico-administrativos.						X
5.2.3 Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.				X		
5.2.4 Apoio à capacitação dos servidores técnico-administrativos.				X		
5.2.5 Critérios para seleção e contratação dos				X		
<b>5.3 Qualificação profissional</b>						
5.3.1 Programas de assistência e melhoria à					X	
5.3.2 Nível de qualificação dos professores.					X	
5.3.3 Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.				X		
<b>5.4 Clima institucional</b>						

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.4.1 Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional.					X	
5.4.2 Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.				X		
5.4.3 Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho.					X	
5.4.4 Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação as condições de trabalho.					X	

### Planilha Avaliativa 8 – Dimensão 5

#### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

#### Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 5:

- Implantação, a partir de 2004 da Assessoria Pedagógica nas Unidades Universitárias.
- Existência de Plano de carreira docente e Técnico-Administrativo regulamentado e totalmente implementado.
- Assessoria técnica e pedagógica aos docentes para atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Existência de critérios para capacitação docente.

#### Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5:

- Grande quantidade de técnico-administrativos contratados no período de 2001-2005, sem concurso.
- Limitações na avaliação de desempenho dos servidores, tanto na forma como nos instrumentos.
- Insatisfação dos técnico-administrativos, em virtude de expectativas pessoais pela qualificação superior, gerando ausência de motivação pela limitação do cargo.
- Ausência de avaliação sistemática do clima organizacional.

#### Recomendações da CPA:

- Agilizar a reformulação e/ou implantação dos Planos Departamentais para reduzir a contratação excessiva de docentes em caráter temporário.
- Estender apoio financeiro aos servidores técnico-administrativo para freqüentar cursos stricto sensu na sede.
- Priorizar a indicação de servidores concursados aos cargos comissionados.
- Implantar avaliação sistemática do clima organizacional.
- Revisar os processos de avaliação de desempenho dos servidores.
- Rever o Plano de Carreira Docente.

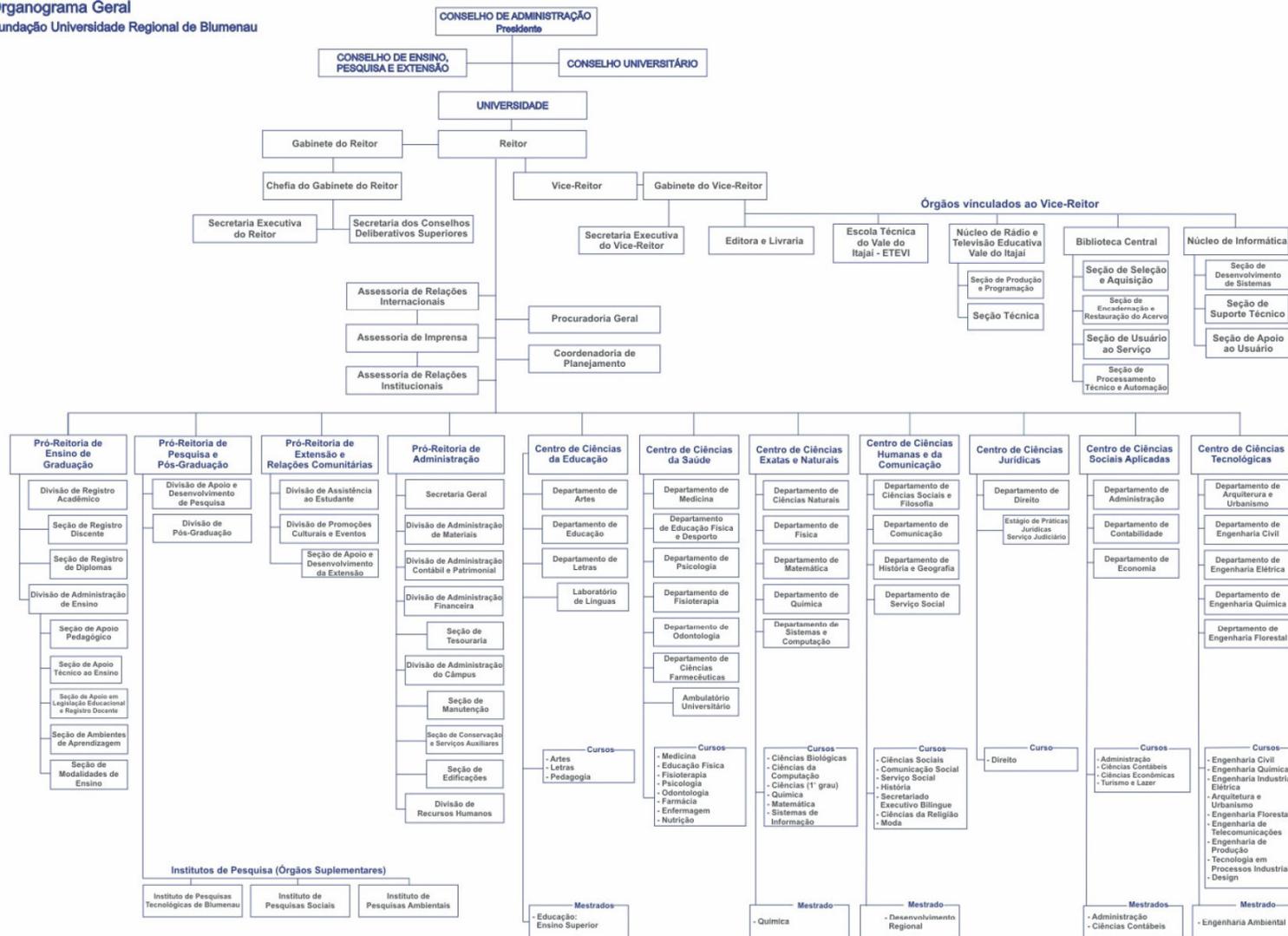
## **CAPÍTULO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.**

A gestão da FURB é baseada em uma estrutura colegiada constituída por unidades organizadas de acordo com as diferentes áreas do conhecimento, ilustrada pelo organograma a seguir.

Sendo uma instituição pública comunitária, segue princípios democráticos de gestão, tendo como instâncias deliberativas, normativas e consultivas superiores o Conselho de Administração – CONSAD, Conselho Universitário – CONSUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

O CONSAD é o órgão normativo e consultivo superior da Fundação, sendo responsável por examinar, discutir e aprovar as decisões de caráter administrativo e financeiro das instituições mantidas pela FURB, estabelecendo diretrizes relacionadas à administração financeira, patrimonial e de pessoal. É constituído pelos seguintes membros: - Reitor da Universidade; - Vice-Reitor da Universidade;- Diretores das Instituições mantidas pela FURB;- Pró-Reitores; - Diretores de Centro; - Representante dos Órgãos Suplementares; - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau – SINSEPES;- Representante da Associação dos Professores da FURB – APROF; - Representante da Associação dos Servidores da FURB – ASEF; - Representante do Diretório Central dos Estudantes; - Representante do Poder Executivo Municipal; - Representante da Associação de Pais e Professores da Escola Técnica do Vale do Itajaí; - Representante do Poder Legislativo do Município de Blumenau; - Representante do Poder Executivo Estadual; - Representante da Associação dos Prefeitos do Médio Vale do Itajaí – AMMVI; - Ex-Reitores da Universidade em atividade na instituição; - Representante das classes empresariais; - Representante dos Sindicatos dos Trabalhadores e Representante das Associações Profissionais de Blumenau.

Organograma Geral  
Fundação Universidade Regional de Blumenau



2005

Figura 26 - Organograma Geral da FURB 2001-2005

O CONSUNI é o órgão deliberativo, normativo e consultivo em assuntos de política administrativa e de planejamento universitário, funcionando também como última instância de recurso no âmbito da Universidade, sendo constituído pelos seguintes membros, eleitos ou nomeados a cada dois anos: - Reitor, como Presidente; - Vice-Reitor; - Pró-Reitores; - Diretores de Centros; - Dois representantes docentes por Centro; - Um representante estudantil por Centro; - Dois representantes dos servidores administrativos; - Diretores dos Órgãos Suplementares; - Ex-Reitores da Universidade em atividade na Instituição; - Seis representantes da comunidade regional.

O CEPE é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo constituído pelos seguintes membros, eleitos ou nomeados a cada dois anos: - Reitor como Presidente; - Vice-Reitor; - Pró-Reitor de Ensino de Graduação;- Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; - Pró-Reitor de Extensão e Relações Comunitárias; - Dois representantes docentes de cada Centro;- Um representante discente por Centro.

Conforme já detalhado na Introdução a Universidade Regional de Blumenau – FURB, é mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. A administração executiva superior da Fundação (FURB) é exercida pelo seu Presidente, que exerce a função cumulativa à de Reitor da Universidade. Reitor e Vice-Reitor são eleitos por voto direto da comunidade universitária, e nomeados pelo Poder Executivo Municipal, na forma da legislação vigente, para mandato de quatro anos.

A Administração Superior se efetiva através de:

I - Órgãos Deliberativos Superiores:

a) Conselho Universitário - CONSUNI;

b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

II - Órgão Executivo Superior: Reitoria.

A Reitoria, órgão executivo e coordenador da Administração Superior da Universidade, é exercida pelo Reitor e, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Reitor. Nas faltas e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, o Pró-Reitor especialmente designado o substitui.

Compete à Reitoria planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar, em nível de Administração Superior, todas as atividades da Universidade.

A constituição, a organização e o funcionamento da Reitoria e das Unidades a ela subordinadas, no período de 2001-2005 pautava-se em resoluções que definiam o Regimento Geral da Reitoria, que expressavam toda a estrutura organizacional da Universidade.

A administração setorial é exercida pelos Diretores de Centros, Conselhos de Centros e Departamentos. Os Centros coordenam as atividades pedagógicas, científicas, culturais e administrativas dos Departamentos. A Administração Setorial compõe-se das Unidades Universitárias, denominadas Centros, constituídas de um conjunto de Departamentos de áreas afins.

A avaliação desta dimensão observará, assim também como nas demais, as categorias e os indicadores definidos coletivamente.

## 6.1 PLANOS DE GESTÃO, OBJETIVOS E METAS

A Dimensão 1 detalha a prática de planejamento adotada pela gestão da Universidade, pautada nas diretrizes e metodologia do Planejamento Estratégico, sendo portanto de caráter participativo.

Foi considerado de nível razoável, atribuindo-se o valor 3, ao indicador **coerência entre o Planejamento estratégico e as ações desenvolvidas pela Furb**. Confrontando-se os objetivos definidos no referido documento com os relatórios anuais, constata-se que várias ações foram desenvolvidas, como a iniciação da reformulação ou implantação do PPP dos cursos para melhoria dos currículos e difusão de novas tecnologias de ensino a partir da finalização do PPP do Ensino de Graduação. Estes objetivos foram em grande parte metas prioritárias executadas no período analisado. Muitos deles, no entanto, ainda precisam ser prioridade nos próximos períodos para se alcançar os níveis propostos.

O indicador, **adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB** está sendo avaliado com base nas manifestações da comunidade nos seminários e nos índices obtidos dos 62,71% dos gestores que responderam o questionário, que são os seguintes: 2,70%

ótimo, 29,73% bom, 29,73% regular, 24,32% ruim, 8,11% péssimo e 5,41% não sabe. Dessa forma este indicador recebeu o valor 3.

Quanto à **adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões**, percebe-se fragilidades nesse aspecto, razão pela qual foi atribuído o valor 3.

Ao indicador **disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária** atribuiu-se o valor máximo, 5 pois é visível na FURB, já há vários anos, um sistema com essa finalidade, o SISLEN : [www.furb.br/sislen](http://www.furb.br/sislen), necessitando, no entanto de atualização constante para cumprir com a sua finalidade.

Por decorrência da sua natureza pública, a Universidade age através de resoluções, regulamentos, portarias, e outros documentos que visam nortear as atividades no âmbito institucional. Percebe-se, desta forma que há **organização na condução dos processos de tomada de decisões**, razão pela qual se atribuiu o valor 4 a este indicador.

Verifica-se que existe, mas não de forma desejada, **adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões**, devendo-se ampliar esta prática para evitar duplicidade e conflito de informações que redundam em ações inadequadas. Justifica-se, assim o valor 3 atribuído neste indicador.

## 6.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS

O sistema de gestão por órgãos colegiados, na FURB, tem-se mostrado viável, de acordo com os relatórios analisados e as manifestações colhidas nos seminários. Essa prática atende os princípios democráticos e participativos de gestão.

O fator negativo evidenciado é a pouca participação de alguns membros que, embora no exercício da representação dos interesses de um segmento não comparecem, ou se omitem nos momentos de definição das ações e na votação o que acarreta, muitas vezes no comprometimento das decisões.

Os critérios, no entanto para a composição dos diversos colegiados são claramente definidos. Em função dos aspectos abordados, atribuiu-se o valor 5 aos indicadores, **representatividade dos diversos segmentos nos órgãos**

### **colegiados e existência de critérios para composição dos órgãos colegiados.**

Conforme já mencionado, o indicador relativo ao **comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas**, apresenta fragilidades, recebendo dessa forma somente o valor 3. Este baixo nível também foi manifestado por 62,71% dos gestores que responderam o questionário de avaliação, obtendo, este indicador os seguintes índices: 27,03% bom, 43,24 regular, 27,03 ruim, 2,70 péssimo.

A **regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados**, é inquestionável, recebendo o valor máximo,5.

Ao indicador, **divulgação da legislação/decisões colegiadas para a comunidade universitária**, foi atribuído o valor 4, pois embora exista o SISLEN, ele não informa a aprovação ou revogação de alguma norma interna, dificultando muitas vezes a vida acadêmica.

### 6.3 GESTÃO ESTRATÉGICA

A gestão estratégica da universidade, em função da estrutura colegiada fica altamente burocratizada. São muitos níveis de decisão. O tempo e a burocracia tornam a gestão estratégica pouco competitiva em relação ao mercado concorrencial. Esta desigualdade compromete a participação da FURB no mercado.

Outro aspecto a destacar da estrutura colegiada, é a dificuldade de execução da gestão estratégica financeira em função dos vários níveis de poder de decisão de custos e despesas e o não comprometimento nas políticas de captação de recursos. Para superar este aspecto uma das sugestões apontadas nos seminários foi a de que a execução da política financeira seja de responsabilidade da Fundação, de forma independente. Em vista desses aspectos apontados, foi atribuído o valor 3 ao indicador, **coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais**.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>6.1 Planos de gestão, objetivos e metas</b>						
6.1.1 Coerência entre o Planejamento Estratégico e as ações desenvolvidas pela FURB.				X		
6.1.2 Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB.				X		
6.1.3 Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões.				X		
6.1.4 Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária.						X
6.1.5 Organização da condução dos processos de tomada de decisões.					X	
6.1.6 Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.				X		
<b>6.2 Órgãos colegiados</b>						
6.2.1 Representatividade dos diversos segmentos nos órgãos colegiados.						X
6.2.2 Existência de critérios para composição dos órgãos colegiados.						X
6.2.3 Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.				X		
6.2.4 Regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados.						X
6.2.5 Divulgação da legislação/decisões colegiadas para a comunidade universitária.					X	
<b>6.3 Gestão estratégica</b>						
6.3.1 Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais.				X		

### Planilha Avaliativa 9 – Dimensão 6

#### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

#### Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 6:

- Regularidade no funcionamento dos órgãos colegiados.
- Representatividade no funcionamento dos órgãos colegiados.
- Existência de Sistema de Legislação do Ensino (SISLEN) disponível para a comunidade universitária.
- Existência de um sistema de informações pessoais on-line, sobre a situação funcional dos servidores (férias, licença prêmio...).

#### Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 6:

- Comprometimento na agilidade das decisões em função dos diversos níveis da estrutura administrativa.
- Pouco envolvimento dos servidores e dos acadêmicos nas decisões colegiadas.
- Ausência de um processo de comunicação informando as resoluções ou pareceres aprovados nos órgãos colegiados.
- Antinomias na legislação interna.
- Descontinuidade no fluxo da comunicação interna.

**Recomendações da CPA:**

- Transformar a Fundação Universidade Regional de Blumenau em administrador das execuções financeiras da Universidade.
- Sistematizar, revisar a legislação interna.
- Diminuir um dos níveis de decisão: Conselho de Centro, Colegiado de Curso, ou Departamento.
- Diminuir a burocracia e os níveis da estrutura administrativa.
- Identificar o posicionamento estratégico da Universidade.
- Definir com clareza um plano de marketing.

## CAPÍTULO 7 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Analisando-se os relatórios e documentos internos, constatou-se que a FURB, no período de 2001-2005 diferenciou-se substancialmente em relação ao crescimento da estrutura física da instituição e na melhoria da infra-estrutura de laboratórios, salas de aula, ambientes administrativos, auditórios e espaços de convivência externa, em função de políticas de gestão iniciadas em 1998.

<b>Câmpus</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006/1</b>
I	43.468,53	53.941,46	66.287,34
II	7.167,54	10.454,69	14.767,54
III	0,00	7.821,82	9.941,00
IV	3.163,77	5.145,71	5.980,16
V	0,00	0,00	3.163,48
VI - Gaspar	656,49	656,49	656,49
NPJ	0,00	0,00	1.905,31
<b>Total</b>	<b>54.456</b>	<b>78.020</b>	<b>102.701</b>
<p>Na área do câmpus I, estão incluídos os espaços em construção Piscina (1.561,75m<sup>2</sup>), novo Bloco S (3.901,75m<sup>2</sup>) e ampliação do DAC (520m<sup>2</sup>), sendo que o Galpão da Arquitetura é alugado.            Na área do câmpus II, em 2006, estão incluídos a Marcenaria (recém adquirida) e Moda (aluguel).            Área do NPJ é resultado de convênio com o Tribunal de Justiça de SC</p>			

### **Quadro 23 - Evolução da área construída (em m<sup>2</sup>)**

Fonte: Relatório de Gestão 1998-2006

O planejamento estratégico, de 2001-2005, definiu como um dos seus objetivos resolver as carências de espaço físico. A revisão deste plano resultando no Plano Estratégico Situacional 2004 (**ANEXO Y**), aponta ainda como um dos nós críticos, conforme expresso em sua Operação 5, um déficit de laboratórios para atender às demandas dos cursos.

No período de 2001 a 2005 pode-se considerar que a FURB apresenta um discreto acréscimo no número de matrículas (número de matrículas nos cursos de graduação de 125.418 em 2001 para 127.679 em 2005 (+2.261 = 1,8%) e no número de oferta de novas vagas, ampliação de oferta de novas vagas de 17.637 em 2001 para 18.027 em 2005 (+ 390 = 2,2%). Porém a necessidade de ampliação da infra-estrutura pode ser justificada por uma demanda já acumulada, anterior a este período, e pelo aumento do número de vagas para os cursos noturnos. Contribuíram também para a necessidade de ampliação da infra-estrutura física a redistribuição e reorganização dos espaços administrativos

nos diferentes campi, principalmente no campus I, onde os setores administrativos sofreram reformas e ampliações significativas, necessárias ao melhor atendimento da comunidade acadêmica, com conseqüente impacto na redução do número de salas para ensino.

Campus	1998		2002		2006/1	
	Qtde.	Área Útil	Qtde.	Área Útil	Qtde.	Área Útil
I	109	6.329,40	138	8.883,97	159	10.079,70
II	17	1.006,88	29	1.754,03	31	1.963,28
III			7	690,75	18	1.573,11
IV	16	1.078,23	19	1.329,73	19	1.329,73
V					2	57,54
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>8.414,51</b>	<b>193</b>	<b>12.658,48</b>	<b>229</b>	<b>15.003,36</b>

**Quadro 24 - Evolução do número de salas e de área construída**

Fonte: Relatório de Gestão - 1998 a 2006

Na pós-graduação o incremento de turmas variou de 22 turmas em 2001 para 36 turmas em 2005, ou seja, um aumento de 38,8% entre cursos de mestrado e especialização reforçando a necessidade de ampliação da infraestrutura como salas de aula, salas para orientação e laboratórios de pesquisa.

As atividades de pesquisa representadas pelos projetos aprovados em editais externos, segundo dados do DADP, revelam um incremento significativo para o ano de 2003 e 2004 comparados com o ano de 2001. Em relação aos projetos de iniciação científica também se destaca um incremento quantitativo do ano de 2001 para 2005. Esse incremento de projetos de pesquisa também colaborou para uma maior demanda por infra-estrutura na instituição, seja de espaço físico ou na necessidade de infra-estrutura material para pesquisa.

Ano	Número de projetos	Valor arrecadado
2001	14	R\$ 554.755,57
2002	1	R\$ 10.000,00
2003	40	R\$ 700,485,19
2004	29	R\$ 2.512.944,09
2005	5	R\$ 1.910,390,00

**Quadro 25 - Número de projetos aprovados em editais externos no período de 2001 a 2005 e respectivos valores arrecadados para fomento.**

Fonte: DADP

Ano	Número de projetos
2001	117
2002	128
2003	160
2004	131
2005	168

**Quadro 26 - Número de projetos de Iniciação Científica relacionados a bolsas de pesquisa concedidas no período de 2001 a 2005.**

Fonte: DADP

Respondendo a essa demanda, melhorias do espaço físico podem ser observadas no período em questão, principalmente pela otimização do campus IV, renumeração dos diferentes campi a partir de uma lógica sistematizada e pelo aumento do espaço físico com a finalização da biblioteca central com mais 1 auditório e a construção dos blocos J e S no campus I.

No contexto das políticas de espaço físico, **a participação da comunidade acadêmica** da FURB se faz presente, através de seus representantes nos diversos órgãos e colegiados.

Na pesquisa realizada com docentes, técnicos/administrativos e gestores, com o objetivo de obter dados para a avaliação, contatou-se também a presença de uma insatisfação quanto ao processo de participação da comunidade na definição dos espaços físicos. Destacamos, nesse aspecto, a iniciativa de um grupo de gestores composto por membros da comunidade universitária no campus II, recomendando-se essa iniciativa para os demais campi da instituição para legitimar a condução do planejamento estratégico a partir das demandas sentidas pela comunidade acadêmica no seu cotidiano de trabalho. O **indicador, Participação da comunidade nas políticas de espaço físico**, com escala 3, retrata que este indicador encontra-se ainda num processo de consolidação.

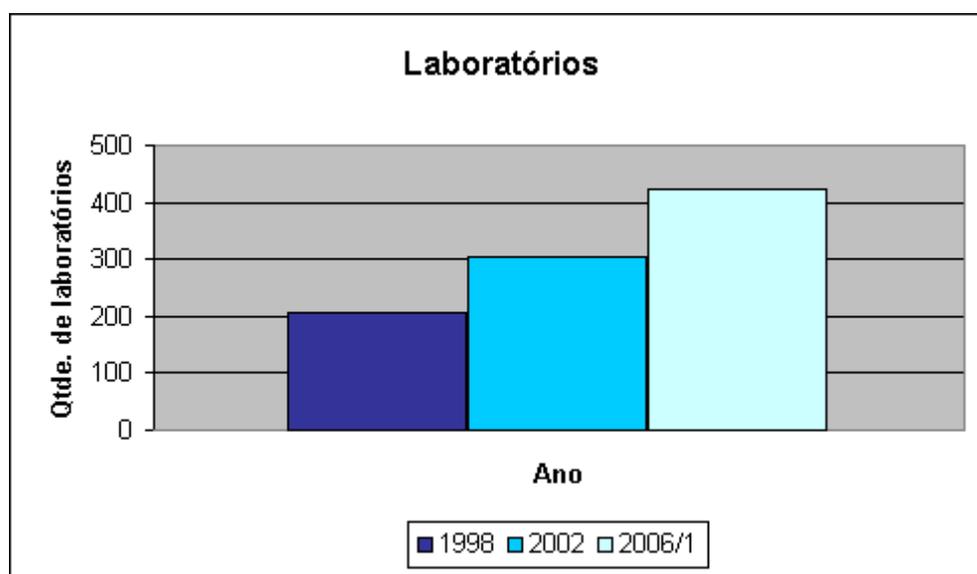
Há evidências da existência de espaços físicos adequados para as atividades administrativas, bem como para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essas evidências foram observadas principalmente nas visitas *in loco*, pelos integrantes da CPA, através dos questionários dirigidos à comunidade acadêmica, relatórios anuais da instituição e relatórios da Comissão de Avaliação Institucional – COMAVI, estes últimos retratando o nível de satisfação da comunidade universitária sobre a infra-estrutura para o ensino (vide Dimensão

2.1 e ANEXOS). Estes resultados demonstrados inclusive na figura a seguir, expressam uma diretriz clara e definida com relação à adequação do espaço físico para o Ensino, Pesquisa e Extensão, aspectos estes que conduziram a comunidade a atribuir o valor 4 aos indicadores: **Adequação do espaço físico às atividades de ensino; Adequação do espaço físico às atividades de extensão; Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa e Adequação do espaço físico às atividades administrativas.**

Câmpus	1998		2002		2006/1	
	Qtde.	Área Útil	Qtde.	Área Útil	Qtde.	Área Útil
I	157	14.431,13	178	16.139,34	197	17.797,14
II	50	2.412,29	66	3.356,96	92	5.425,32
III			51	3.172,72	52	3.372,58
IV			10	1.067,35	10	1.067,35
V					60	942,82
NPJ					12	1.600,42
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>16.843,42</b>	<b>305</b>	<b>23.736,37</b>	<b>423</b>	<b>30.205,63</b>

Incluem: laboratórios, clínicas, consultórios, quadras, auditórios e Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ).

**Quadro 27 - Evolução dos laboratórios e salas especiais**



**Figura 27 – Quantidade de Laboratórios**

Já os espaços físicos destinados à atividades docentes extra-classe, como salas para pesquisadores, orientação de TCC e Estágios, se revelam, ainda de forma incipiente. Estes fatos foram observados em visitas in loco, também pelos integrantes da CPA, nos registros em relatórios anuais, referente à infraestrutura e nos resultados do planejamento estratégico. Dessa forma o

indicador, **adequação do espaço físico às atividades docentes extra-classe**, da planilha de avaliação foi considerado na escala 3.

Em consulta feita à comunidade acadêmica universitária, através de questionários e visita in loco, ficou destacado uma forte evidência de adequada manutenção e conservação dos espaços físicos nos diferentes campi, atribuindo-se o valor 5 ao indicador, **manutenção e conservação adequadas dos espaços físicos**.

Verificou-se que há **coerência da ampliação do espaço físico com as metas do planejamento estratégico**, atribuindo-se o valor 4 a este indicador. Observa-se, no entanto, a falta ainda de espaços para a divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação a **existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica**, destaca-se fragilidades nessa área, recomendando-se a sua ampliação, conforme determinado no planejamento estratégico para o período 2001/2005. A esse indicador foi atribuído o valor 2 em função da constatação da falta de um auditório adequado e de centros de convivência nos diferentes campi, para atender as demandas acadêmicas.

Nas visitas in loco, os componentes da CPA, concluíram que há evidências da existência de uma adequada sinalização para facilitar o deslocamento interno nos campi, atribuindo, assim o valor 4 ao indicador, **sinalização para facilitar o deslocamento interno**. Já, ao indicador, **sinalização para acessar aos demais campi** atribuiu-se somente o valor 3, pois a sinalização é precária.

O indicador, **disponibilidade de estacionamento com segurança**, recebeu o valor 4. Foi considerado adequado, destacando-se a existência de estacionamentos em todos os campi com a presença de seguranças e cancelas eletrônicas. Dentre os objetivos do plano de segurança para estacionamento de veículos, segundo a DAC, constam: ajudar no planejamento de áreas de estacionamento de veículos, prestar apoio ao usuário quanto às manobras para estacionamento, auxiliar e controlar o fluxo de veículos, com vistas a garantir a fluidez do tráfego interno de veículos, guardar as vagas no estacionamento com o intuito de garantir a liberdade de locomoção aos veículos e garantir a segurança dos veículos.

Em relação à segurança interna, no que se refere especificamente ao patrimônio e pessoas, a DAC está trabalhando no planejamento da Política de Segurança da Universidade. O objetivo é adequar suas ações com as

necessidades da comunidade acadêmica, contemplando o diálogo de forma permanente com o usuário para criar uma cultura voltada para questões de segurança. O plano de segurança engloba ainda: - atividades de guarda de bens e pessoas, através do controle de fluxo interno e externo, em corredores e portarias, assim como em locais externos; - controle de chaves e uso de ambientes; - prestar assistência e informações aos usuários; - serviços de recepção e informações de forma complementar as recepcionistas em horários alternativos.

Complementando, quanto ao sistema de segurança interno existe plano de segurança do trabalho, que tem como objetivos e estratégias:

a) detectar e sugerir a adequação dos ambientes de trabalho, com vistas a garantir a salubridade e conforto do servidor;

b) orientar os servidores sobre a segurança de trabalho, buscando conscientizá-los quanto aos riscos, aquisição, controle e distribuição de EPI (Equipamentos de proteção Individual) para os servidores da DAC e demais setores;

c) manutenção dos sistemas de combate a incêndios e treinamento para adequada utilização dos aparelhos extintivos, acompanhamento, orientação e fiscalização nos canteiros de obras, a fim de fazer o trabalho preventivo de acidentes no trabalho;

d) detectar e sugerir a instalação de equipamentos de proteção coletiva, intervenções em eventos, laboratórios e outras atividades que representem potenciais riscos aos usuários, fazer relatórios técnicos de atividades e locais, com vistas à melhoria dos locais de trabalho, sugerindo, quando necessário, a realização de perícias;

e) realização de treinamento e integração com os funcionários de empresas parceiras, que atuam na terceirização de atividades na FURB.

Em visita in loco, e mediante manifestações nos seminários, concluiu-se que o sistema de segurança interno possui ações adequadas em relação aos objetivos definidos para a área, porém em processo de implantação. Em vista disto, o indicador **presença de um sistema de segurança interno**, recebeu o valor 3.

No que se refere aos indicadores sobre a adequação dos equipamentos para desenvolvimento de atividades de administração, ensino, pesquisa e

extensão, de modo semelhante aos espaços físicos para essas mesmas atividades, os resultados foram considerados bons. As análises destes indicadores foram feitas baseadas em visita in loco, pelos integrantes da CPA, e resultados de questionários direcionados à comunidade acadêmica e através dos seminários avaliativos. Dessa forma, todos receberam o valor 4: **Adequação dos equipamentos às atividades de ensino; Adequação dos equipamentos às atividades de pesquisa; Adequação dos equipamentos às atividades de extensão e Adequação dos equipamentos às atividades administrativas.**

Os critérios para a compra de equipamentos dos laboratórios e demais setores é feito através de processo de licitação pública, definido pela Lei n. 8.666(PMB) de 21/06/1993. Estes critérios abrangem a contratação de terceiros, para aquisição de bens materiais, alienações, concessões, permissões e locações da administração pública. A licitação, conforme valor e tipo do contrato processa dentro das seguintes modalidades: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão ou registro de preços. O julgamento se baseia em critérios definidos por: menor preço (observadas as especificidades do item), melhor técnica (só se analisa a proposta de preços do concorrente considerando a melhor proposta técnica), técnica e preço (conjunto de fatores de qualidade, rendimento, preço e prazo), maior lance (nos leilões) e menor lance (nos pregões).

O indicador manutenção e conservação de equipamentos dos laboratórios e dos demais setores apresenta adequação satisfatória, devido a falta de orçamento para a manutenção de televisores, projetores e material utilizados em salas de aula, não havendo uma política clara sobre a ampliação de oferta e conservação de equipamentos que seja coerente com as metas do planejamento estratégico. Essa situação apresenta impacto na manutenção e conservação dos equipamentos.

Pelas razões expostas, os indicadores, **existência de critérios para compra e manutenção de equipamentos dos laboratórios e demais setores, Manutenção e conservação adequadas dos equipamentos,** receberam o valor 3.

O Planejamento Estratégico 2001/2005 não deixa clara a meta, para este período, de ampliação e atualização dos seus equipamentos. Porém, na revisão realizada em 2004 foi definido como meta dotar os setores da Universidade com

infra-estrutura adequada para o Ensino, Pesquisa e Extensão. Em consulta realizada com questionários, direcionados aos gestores, observou-se que 64,86%, dos respondentes consideraram satisfatória a ampliação e atualização dos equipamentos neste período. Os relatórios anuais, de atividades, destes anos, mostram a evolução do que foi orçado e executado em termos de equipamentos e materiais permanentes (vide Quadro 28).

Os resultados demonstram que não houve, por parte da gestão, uma regularidade nos gastos com a ampliação e atualização dos equipamentos. Provavelmente, a variação dos investimentos nestes itens, é mais em decorrência da implantação de cursos do que uma consequência do planejamento estratégico. A este indicador, **coerência da ampliação e atualização dos equipamentos com as metas do planejamento estratégico, foi conferido o valor 3.**

Ano	Orçado	Executado	Percentual Executado
2001	2.330,00	2.229,95	0,%
2002	3.851.125,00	4.024.100,00	+4,49%
2003	1.173258,00	3.103.581,00	+164,5%
2004	10.000,00	5.383,00	- 53,8%
2005	5.025.435,00	2.182.742,3	- 43.4%

Legenda:

(-) Gastou -se menos do que o que foi orçado.

(+) Gastou-se a mais do que foi orçado.

**Quadro 28 – Orçamentos dos equipamentos e materiais permanentes para o período 2001/2005.**

Fonte: Relatório Anual de 2001 a 2005.

A infra-estrutura de informática destinada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi considerada boa, destacando-se a existência de laboratórios de informática em todos os campi da FURB, disponíveis nos 3 turnos, com acesso livre para sites e bases de dados para pesquisa. Os resultados que definiram este indicador foram obtidos através de pesquisa realizada com os docentes e discentes e através de seminários realizados com a comunidade universitária. O **indicador: Adequação da infra-estrutura de informática para atividades de ensino, pesquisa e extensão**, com valor 4, deixa claro que trata-se de uma prática institucionalizada e difundida .

Avaliando-se a **satisfação dos usuários em relação aos serviços e recursos disponibilizados** percebeu-se que esta satisfação é parcial, considerando-se a resposta da comunidade acadêmica nos questionários aplicados pela CPA. Desta forma a este indicador foi atribuído o valor 3.

A avaliação da infra-estrutura de biblioteca na FURB apresenta forte evidência de um ótimo desempenho, principalmente na biblioteca central. Destacam-se os indicadores relacionados à existência de um sistema informatizado para pesquisa com extenso acervo, base de dados, bibliotecas virtuais, segurança e conforto do ambiente, existência de critérios de aquisição de livros, periódicos e multimeios e programas de apoio a alunos para normalização de trabalhos. Essa evidência pode ser confirmada na avaliação, através de questionários aplicada pela CPA, em consulta à comunidade que, em sua maioria, referenciou um ótimo desempenho para esses indicadores. Os **indicadores: Satisfação dos usuários da biblioteca em relação ao espaço físico para estudo e pesquisa; Sistema informatizado para pesquisa (acervo, bases de dados, bibliotecas virtuais, etc.); Adequação do espaço e o mobiliário para os estudos individuais e em grupo; Segurança do ambiente interno (iluminação, ventilação, climatização, etc.); Existência de critérios de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos; Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos**, obtiveram em sua grande maioria o valor 5 demonstrando que todos os itens referentes a biblioteca são práticas consolidadas e institucionalizadas.

Há evidências de uma boa relação entre o número de alunos e a capacidade dos laboratórios existentes. Utilizando-se de questionários, aplicados junto aos docentes e discentes, e seminários realizados com a comunidade universitária obteve-se para o indicador **Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes**, o valor 4.

Aos indicadores, **Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias; Conservação e manutenção das instalações sanitárias e Materiais essenciais de higiene pessoal**, a escala definida foi 5.

Já ao indicador: **Adequação dos espaços físicos aos portadores de necessidades especiais (rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.)**, foi atribuído o valor 4, entendendo-se que isto já é uma prática institucionalizada e difundida.

Quanto aos equipamentos e mobiliários destinados a esse público, os resultados obtidos através de seminários e questionários aplicados aos docentes e discentes demonstram uma realidade apenas em parte das políticas enunciadas em documentos. Existem problemas quanto à adequação dos balcões de atendimento, caixas eletrônicos, telefones públicos e outros equipamentos e mobiliários para melhor atender aos portadores de necessidades especiais. O indicador, **adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais, portanto recebeu o valor 2.**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>7.1 Políticas de ampliação, manutenção e segurança do espaço físico</b>						
7.1.1 Participação da comunidade nas políticas de espaço físico.				X		
7.1.2 Adequação do espaço físico às atividades de ensino.					X	
7.1.3 Adequação do espaço físico às atividades de extensão.					X	
7.1.4 Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.					X	
7.1.5 Adequação do espaço físico às atividades docentes extra-classe.				X		
7.1.6 Adequação do espaço físico às atividades administrativas.					X	
7.1.7 Manutenção e conservação adequadas dos espaços físicos.						X
7.1.8 Coerência da ampliação do espaço físico com as metas do planejamento estratégico.					X	
7.1.9 Existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica.			X			
7.1.10 Sinalização para facilitar o deslocamento interno.					X	
7.1.11 Sinalização para acessar aos diversos Campi.				X		
7.1.12 Disponibilidade de estacionamento com segurança.					X	
7.1.13 Presença de um sistema de segurança interno.				X		
<b>7.2 Políticas de aquisição, manutenção, atualização e segurança de equipamentos</b>						
7.2.1 Adequação dos equipamentos às atividades de ensino.					X	
7.2.2 Adequação dos equipamentos às atividades de pesquisa.					X	
7.2.3 Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.					X	
7.2.4 Adequação dos equipamentos às atividades administrativas.					X	
7.2.5 Existência de critérios para compra de equipamentos dos laboratórios e demais setores.					X	

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
7.2.5 Existência de critérios para manutenção de equipamentos dos laboratórios e demais setores				X		
7.2.6 Manutenção e conservação adequadas dos equipamentos.				X		
7.2.7 Coerência da ampliação e atualização dos equipamentos com as metas do planejamento estratégico.				X		
<b>7.3 Políticas de informatização</b>						
7.3.1 Adequação da infra-estrutura de informática para atividades de ensino, pesquisa e extensão.					X	
7.3.2 Satisfação dos usuários em relação ao serviço/recursos disponibilizados.				X		
<b>7.4 Bibliotecas</b>						
7.4.1 Satisfação dos usuários da biblioteca em relação ao espaço físico para estudo e pesquisa.					X	
7.4.2 Sistema informatizado para pesquisa (acervo, bases de dados, bibliotecas virtuais, etc.).						X
7.4.3 Adequação do espaço e o mobiliário para os estudos individuais e em grupo.					X	
7.4.4 Segurança do ambiente interno (iluminação, ventilação, climatização, etc.).						X
7.4.5 Existência de critérios de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos.						X
7.4.6 Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos.						X
<b>7.5 Laboratórios</b>						
7.5.1 Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes.					X	
<b>7.6 Instalações sanitárias</b>						
7.6.1 Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias.						X
7.6.2 Conservação e manutenção das instalações sanitárias.						X
7.6.3 Materiais essenciais de higiene pessoal.						X
<b>7.7 Adaptação da estrutura física aos portadores de necessidades especiais.</b>						
7.7.1 Adequação dos espaços físicos aos portadores de necessidades especiais (rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.).					X	
7.7.2 Adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais.			X			

### Planilha Avaliativa 10 – Dimensão 7

#### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 7:**

- Patrimônio físico próprio – Laboratório disponíveis para ensino e pesquisa.
- Aumento do espaço físico: otimização do Campus IV, execução do projeto da Biblioteca Universitária, construção dos Bloco J e S.
- Renumeração dos campi com unificação de critérios.
- Presença no campus II de um plano diretor.
- Melhorias implantadas na área de segurança e no atendimento.
- Mapa dos campi no Portal da FURB – Manutenção e conservação da área física interna e externa.

**Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7:**

Deficiência de espaços para alunos e professores pesquisadores.  
Insuficiência de auditórios, em tamanho e quantidade, para atividades de ensino, pesquisa e extensão.  
Inexistência do Plano Diretor Institucional (PDI).  
Ausência de centro de convivência e de espaços de lazer.  
Deficiência na quantidade e na manutenção dos equipamentos disponíveis para o ensino.  
Inexistência de uma política para ampliação da quantidade e conservação de equipamentos.  
Falta de espaço físico adequado para abertura/transferência de cursos do período diurno para o noturno.

**Recomendações da CPA:**

Compartilhar os espaços entre os diferentes grupos de pesquisa, eliminando algumas salas específicas.  
Adequar os balcões de atendimento, caixas eletrônicos, telefones públicos e outros equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais.  
Aprimorar o controle do patrimônio a partir do gerenciamento setorial (identificação e registro)  
- Instituir uma política de comprometimento da comunidade para a conservação e manutenção do patrimônio.  
- Continuar a política de concentração dos cursos por Unidade Universitária (distribuição física)  
- Implementar a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).  
- Contemplar no plano de expansão física, a construção de um auditório que atenda às necessidades da instituição, como formaturas e eventos acadêmicos de maior porte.

## **CAPÍTULO 8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**

Na análise documental interna ficou visível que a instituição tem definido o planejamento e a avaliação como instrumento indispensável dos processos de gestão em todos os níveis, embora não apresente ainda o seu PDI sistematizado. A ausência deste documento, instrumento do planejamento macro da Instituição, no entanto, não inviabilizou as ações de gestão da FURB nem a condução e a conclusão do seu processo de auto-avaliação.

Conforme mencionado na Dimensão 1, a FURB tem o Planejamento Estratégico como documento norteador de suas metas e objetivos. Já o Estatuto da Universidade é o dispositivo orientador de suas finalidades e estrutura organizacional e o PPP do Ensino da Graduação o definidor das diretrizes pedagógicas.

O Planejamento Estratégico da Universidade do período 2001-2005 é resultado do trabalho de uma equipe formada pela Administração Superior da Universidade, composta pelo Reitor, Vice-Reitor, Diretores de Centro e de Órgãos Suplementares, Assessores e alguns Consultores. A adoção de princípios democráticos na gestão, manifestada pelos processos de eleição, como por exemplo: Diretores de Centro, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Colegiados de Curso, membros para Conselhos, Colegiados, Comitês, Comissões e outros legitima a participação desses gestores como representantes da comunidade universitária no planejamento da Instituição.

Em fevereiro de 2004, sentindo necessidade de reflexão e redimensionamento das ações e prioridades institucionais, a reitoria entendeu oportuna a revisão do Planejamento Estratégico elaborado em 2001. Assim, novamente com representação participativa dos servidores ocupantes de cargos na administração superior, foram realizados estudos para revisão e definição das diretrizes institucionais. Da análise contextualizada da realidade surgiu o Plano Estratégico Situacional de 2004, considerado o documento balizador das ações a partir de então.

As principais causas que ensejaram este redimensionamento, de acordo com o Planejamento Situacional de 2004 (**ANEXO Y**), são tanto de origem externa, quanto interna. Externa: Rápidas mudanças do cenário (políticas econômicas, educacionais; surgimento de outras Instituições na região...).

Interna: deficiências na comunicação e interação com a sociedade; insuficiência das fontes de financiamentos; dificuldades de assimilação da personalidade jurídica institucional; morosidade administrativa; baixo comprometimento dos servidores; infra-estrutura insuficiente; cursos e programas desfocados das necessidades da sociedade; diminuição da demanda por curso de Graduação.

Percebe-se assim nos documentos que norteiam as ações da Universidade a presença de uma gestão democrática, preocupada com as demandas locais e até nacionais, pois há uma revisão, de seus planos de forma participativa, embora não de forma contínua e sistemática.

Outro nível de planejamento é o realizado pelos Departamentos. O Plano Departamental é o documento que orienta as ações e os direcionamentos de um Departamento, tendo como objetivo ser um instrumento de gestão dos departamentos. A análise documental revelou que a construção dos Planos Departamentais na Furb foi aprovada pelo CEPE em 1997, cujo modelo de elaboração veio sofrendo modificações, respondendo aos redirecionamentos das políticas da instituição. A redefinição das políticas na área do ensino, pesquisa e extensão, expressos principalmente no Projeto Político Pedagógico da Graduação, na Política das Licenciaturas, Política de Formação Docente, Política da Extensão entre outras, evidenciaram novamente a necessidade de revisão e atualização do modelo de Plano Departamental, para fundamentar e organizar a operacionalização daquelas políticas. Em vista disso, após estudos e discussões envolvendo os gestores e docentes de todos os departamentos, a PROEn encaminhou ao CEPE, em maio de 2006 um Projeto de Orientação para elaboração de plano departamental que está sendo implementado gradativamente.

Observa-se nos planejamentos realizados nos diferentes níveis, a busca da sintonia e coerência entre os objetivos e metas. Essa preocupação ficou visível no texto do Parecer 179/06/CEPE quando afirma que:

Outra meta do plano departamental, citada nas Diretrizes para a Avaliação dos Planos é a de ser instrumento para implementação das estratégias do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para tanto é necessário que a elaboração dos planos departamentais seja orientada, desde as discussões com os membros do Departamento, até a finalização do texto, pelas resoluções vigentes na Instituição e pelo Planejamento Estratégico (apud Guia para Elaboração de Plano Departamental e Proposta

de Diretrizes para a Avaliação dos Planos Departamentais, 2006, p. 43).

O planejamento das atividades de ensino-aprendizagem, em nível micro, para o exercício efetivo da docência em sala de aula ou em outros espaços educativos, é de responsabilidade do professor da disciplina observando-se o ementário aprovado nas instâncias superiores. Estes planos, antes de serem discutidos e distribuídos aos alunos são aprovados pelo Colegiado de Curso e posteriormente são publicados em [www.furb.br](http://www.furb.br) onde ficam acessíveis à toda a comunidade universitária.

A revisão e publicação anual, do calendário acadêmico, produto de um esforço conjunto das Pró-Reitorias, Chefes de Departamento, Coordenadores de Colegiado de Curso, com aprovação no CEPE, também deixa visível a presença de processos participativos de planejamento e de avaliação constante como definidores das ações da Instituição.

Conforme já descrito na Dimensão 2, a instituição tem realizado, desde 1995, de forma contínua a avaliação do processo de ensino aprendizagem de todos os cursos de graduação envolvendo tanto os docentes como os discentes. Além do que já foi exposto na referida dimensão é conveniente ressaltar, dois pontos: - A Instituição sentiu necessidade de um processo de avaliação Institucional que desse subsídios aos gestores para melhoria do processo de Ensino-Aprendizagem e Infra-estrutura da Universidade; - A falta de cultura na área da avaliação Institucional, as restrições financeiras, e outros fatores, fizeram com que a avaliação ficasse focada apenas na dimensão do Ensino. Apesar destas restrições o uso dos resultados da avaliação para definição de ações internas, conduziu a Instituição a um salto de qualidade no seu processo de Ensino/Aprendizagem, tanto nos aspectos pedagógicos como na infraestrutura nas salas de aula (vide Dimensão 2) evidenciados durante a avaliação realizada pelos docentes e discentes.

Este processo de avaliação evidencia que a instituição já possuía uma experiência com avaliação Institucional antes do SINAES, mas de forma restrita comparada com a proposta atual ora implantada.

Quanto à divulgação para a comunidade, dos resultados e ações geradas a partir da avaliação interna, conforme já salientado, também na Dimensão 2, ocorreu com pouca intensidade. Existe uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna, porém a operacionalização tornou-se

limitada, principalmente para a comunidade acadêmica. Entre os gestores houve uma preocupação em conhecer, compreender e agilizar ações a partir dos resultados da avaliação, o que culminou com a melhoria da infra-estrutura das salas de aula, melhorias nos planejamentos e procedimentos didático-pedagógicos dos docentes e, oferta de cursos de formação contínua para os docentes.

Em relação à avaliação dos indicadores desta dimensão, no que se refere à **sintonia das políticas da FURB com o contexto sócio-econômico regional** constatou-se que há convênios, parcerias e projetos, desenvolvidos pelos diversos órgãos e setores, alguns vinculados aos cursos de graduação e de pós-graduação, conforme já detalhado em outras dimensões, que revelam a inserção da Instituição no contexto socioeconômico da região do Médio Vale do Itajaí, bem como a **articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional**, razão pela qual a comunidade universitária atribuiu o valor 4 na escala avaliativa, para os dois indicadores.

Percebe-se da mesma forma, a **articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral da Instituição**. As discussões realizadas nos últimos anos e que redundaram na implantação da nova proposta de Plano Departamental reflete a intenção da Instituição em articular os diversos níveis de planejamento na Universidade.

No que se refere ao indicador que analisa a **participação da comunidade universitária na elaboração do planejamento estratégico**, ficou demonstrado que houve participação de forma representativa de todos os segmentos da comunidade universitária, atribuindo-se o valor 4, a este indicador.

Quanto ao **alcance das metas projetadas**, verificou-se que se atingiu parcialmente as ações estabelecidas, pois em fevereiro de 2004 houve necessidade de uma reflexão e um redimensionamento das ações e prioridades institucionais, como já mencionado anteriormente.

Na análise da **sintonia do planejamento estratégico com o PPP do Ensino da Graduação**, as concepções, princípios e diretrizes pedagógicas manifestadas, revelam coerência. Também, é perceptível a **sintonia do Planejamento Estratégico com as políticas de extensão, de pesquisa e pós-graduação**, de acordo com a percepção dos gestores e dos demais segmentos da comunidade universitária, que em ambos os indicadores

atribuíram o valor 4 na escala avaliativa. Todavia não há uma política definida, além daquela presente no Planejamento Estratégico referente à pesquisa e pós-graduação.

Quanto à **existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES**, os documentos demonstram que esta prática já vinha ocorrendo desde 1995, que foi sendo aperfeiçoada a partir das experiências vividas no cotidiano institucional e ainda, influenciadas pelas políticas públicas da educação superior de âmbito nacional. Por conseguinte, em decorrências deste processo avaliativo não contemplar uma avaliação global este indicador recebeu o valor 3 na escala avaliativa. Da mesma forma, quanto à **divulgação dos resultados dos relatórios da avaliação interna para a comunidade**, igualmente se atribuiu o valor 3 por entender que a divulgação deveria ser mais ampla, principalmente junto aos acadêmicos.

Em relação às **ações e mudanças como resultado do processo de avaliação interna**, atribuiu-se também o valor 3 na escala avaliativa, haja vista que, conforme o questionário aplicado à comunidade interna, somente 27% dos gestores consideraram de nível bom a ótimo as ações e mudanças como resultado do processo de avaliação institucional interno.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>8.1 Planejamento geral</b>						
8.1.1 Sintonia entre as políticas da FURB e o contexto socioeconômico regional.					X	
8.1.2 Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional.					X	
8.1.3 Articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral.					X	
8.1.4 Participação da comunidade universitária na elaboração do planejamento estratégico.					X	
8.1.5 Alcance das metas projetadas.				X		
8.1.6 Sintonia do Planejamento Estratégico com o PPP da graduação.					X	
8.1.7 Sintonia do Planejamento Estratégico com as políticas de extensão, de pesquisa e pós-graduação.					X	
8.1.8 Relação do planejamento estratégico com o PPP dos cursos.					X	
<b>8.2 Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento geral</b>						
8.2.1 Existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES.					X	

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
8.2.2 Divulgação dos resultados dos relatórios da avaliação interna para a comunidade.				X		
8.2.3 Ações e mudanças como resultado do processo de avaliação interna.				X		

### Planilha Avaliativa 11 – Dimensão 8

#### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

#### Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 8:

- Processos de planejamento participativo.
- Desenvolvimento de processos de avaliação institucional anteriores a implantação do SINAES.
- Implantação da CPA na FURB, antes da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o CEE/SC e a CONAES.
- Implantação de processos de avaliação para as atividades de pesquisa e extensão.

#### Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 8:

- Ausência do PDI
- A ausência da definição de uma política para a pesquisa e para a pós-graduação, além dos aspectos definidos no Planejamento Estratégico.
- Pouco comprometimento dos gestores para o alcance de algumas metas previstas no Planejamento Estratégico.
- Avaliação institucional até 2005, restrita ao ensino de graduação.
- Ausência de processos contínuos de avaliação do clima organizacional.
- Pouco envolvimento da comunidade universitária nos diversos seminários de avaliação institucional internos, apesar da intensa divulgação pela CPA.
- Falta de conscientização da comunidade universitária sobre os objetivos e competências da CPA.

#### Recomendações da CPA:

- Elaborar o PDI e o Plano Diretor Institucional.
- Rever continuamente as metas previstas no Planejamento Estratégico.
- Promover maior articulação entre o planejamento e a avaliação institucional.
- Definir política para a pesquisa e para a pós-graduação.
- Identificar o posicionamento estratégico da Universidade.
- Definir com clareza um plano de Marketing.

## **CAPÍTULO 9 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS**

Esta dimensão tem por finalidade avaliar a política da Instituição no que se refere ao atendimento dos estudantes e egressos quanto às formas de acesso, permanência, participação nas atividades acadêmicas, acesso aos dados e informações do registro acadêmico e formas de acompanhamento aos egressos.

Esta avaliação observará as categorias e indicadores definidos coletivamente, confrontados com Relatórios da Divisão de Registros Acadêmicos - DRA, Editais de Matrícula, Relatórios da Divisão de Assistência ao Estudante - DAE, Convênios, Resoluções e Regulamentos internos e externos e com os dados dos questionários aplicados internamente e dos diversos seminários avaliativos abertos a toda a comunidade.

### **9.1 POLÍTICA DE ACESSO (FORMAS DE INGRESSO, ÍNDICES DE MATRÍCULA, REINGRESSO, TRANSFERÊNCIAS EXTERNAS)**

A Furb faz a divulgação de seus cursos através de meios eletrônicos, digitais e impressos. Além disso, há ações diretas nas escolas de ensino médio e organização de eventos específicos para esta finalidade.

A política de recepção dos calouros, nos dois períodos de ingresso semestral, possibilita que os novos alunos conheçam a realidade da Universidade. Nesta oportunidade a DAE realiza apresentações sobre seu trabalho e as formas de apoio aos estudantes existentes na FURB.

Os processos de ingresso na graduação são regulamentados por edital que, dentre os critérios para o ingresso exige, por parte do candidato, a conclusão de ensino médio ou equivalente. As vagas ofertadas são agrupadas em duas grandes áreas, em função de sua natureza:

- **Vagas novas**, abertas no referido semestre, para ingresso, principalmente de alunos ditos calouros.
- **Vagas remanescentes**, oriundas de afastamentos de alunos e destinadas à outra categoria de alunos, como: transferidos, reingressantes, especiais, etc.

As vagas novas são estabelecidas no Projeto de implantação do Curso e a sua oferta semestral é definida pela PROEN em conjunto com a Direção dos Centros e os Colegiados dos Cursos.

As vagas remanescentes são calculadas semestralmente pela DRA e encaminhadas aos Coordenadores de Colegiado de Curso, para conhecimento e base na análise das solicitações. Nos editais também estão regulamentadas estas modalidades de ingresso.

Os processos seletivos para ocupação de novas vagas compreendem: vestibular ACADE, SAEM (Sistema de Avaliação do Ensino Médio), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e Processo Seletivo Especial.

Para o preenchimento de vagas remanescentes, existem os seguintes processos: Transferência Interna, Transferência Externa, Reingresso, Reingresso com Transferência Interna, Ingresso Diplomado.

É possível também o aluno ingressar nos cursos da FURB como aluno especial. Este processo não ocupa vagas legais, depende apenas da existência de vagas nas turmas pretendidas.

Em vista do exposto, o indicador, **critérios de seleção e matrícula** recebeu o valor máximo, 5. Estes critérios são estabelecidos em edital próprio amplamente divulgados na mídia, revelando portanto, uma prática bem visível e conhecida pela comunidade.

Quanto à **relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga)**, analisando-se os relatórios fornecidos pela DRA, observou-se que até 2003 a demanda era crescente, mas com a proliferação das instituições, tanto em Blumenau, como nas cidades circunvizinhas, a demanda diminuiu para alguns cursos reduzindo a média da relação candidato/vaga. Desta forma, a este indicador foi atribuído, somente o valor 4.

Este mesmo valor foi atribuído à **relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos**, tendo em vista que os Cursos em geral têm mantido a sua previsão média de matrícula anual (**ANEXO X**).

## 9.2 POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA FURB: FINANCIAMENTO E BOLSAS DE ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO E DE REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL.

A FURB, desde a sua implantação, em função de sua natureza pública e de sua função social, tem-se mostrado preocupada com a criação de mecanismos de auxílio para favorecer a permanência dos alunos na Instituição.

Dentre outros, conforme esclarecimentos apresentados na Dimensão 2.1, é visível na comunidade a oferta de cursos de nivelamento, prática esta prevista também no PPP do Ensino de Graduação. Em função dessa presença, mas, ainda, na minoria dos cursos de graduação, o indicador **existência de programas de nivelamento de conteúdos programáticos**, recebeu o valor 3. Observa-se, no entanto, que a oferta do nivelamento não é entendida pela Universidade como uma prática desejável, porém não se vislumbra outra alternativa, senão resgatar os conceitos mínimos necessários à formação superior.

O Apoio ao Estudante abrange vários programas, projetos e benefícios que podem ser acessados gratuitamente pelos acadêmicos, a maioria deles pelo cadastro socioeconômico junto à Divisão de Assistência ao Estudante. Maiores desdobramentos destes benefícios podem ser visualizados na Dimensão 3, ou pelo site da FURB.

No que se refere à **previsão de metas da FURB para os programas de apoio aos estudantes**, a comunidade presente nos seminários avaliativos conferiu o valor 4 a este indicador, pois os programas nessa área estão com as metas já bem estabelecidas e são de fácil acesso à toda a comunidade através do site da DAE.

O indicador **proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados** também recebeu o valor 4 o que revela que a FURB está concedendo benefícios à maioria dos alunos inscritos, embora ainda não no valor desejável, conforme já manifestado na Dimensão da Responsabilidade Social. Os dados apontam um aumento do número de bolsas e benefícios concedidos, porém com valor reduzido. Essa mesma razão conduziu a comunidade a atribuir o valor 3 ao indicador, **proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes**.

Os **critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes** estão claramente definidos e publicados, assim como também é forte a preocupação da FURB no **cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes**. Estes indicadores receberam o valor máximo, 5. De acordo com informações da DAE, a partir do ano de 2004, observou-se uma diminuição no número de inscritos no cadastro sócio-econômico em decorrência do aperfeiçoamento do processo de seleção e a partir da fiscalização interna. Dessa forma os alunos que não se enquadravam no critério de carência econômica, deixaram de se inscrever. Critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.

Além dos benefícios financeiros a FURB também mantém outros programas na área social, através de Atendimentos Psicológicos, Orientação sócio-pedagógica e Orientação às gestantes, conforme detalhado na Dimensão 3.

É visível, portanto, na FURB o **funcionamento de programas voltados ao acompanhamento psicossocial e pedagógico aos estudantes**, razão pela qual, a este indicador foi atribuído o valor 4.

Além dos programas já descritos, merecem destaque ainda os programas de **Estágio Interno e Bolsa de Trabalho, Estágio Curricular Não-Obrigatório e Bolsa de Pesquisa**, indicadores quantitativos destes programas podem ser visualizados na Dimensão 3.

**Estágio Interno e Bolsa de Trabalho** são alternativas de aprendizado prático, especialmente para os acadêmicos que não têm experiência no mercado de trabalho, e também uma forma de obter desconto nas mensalidades. Os bolsistas desenvolvem atividades administrativas e os estagiários, atividades técnicas nos diversos setores da FURB. O desconto é de 16 créditos financeiros por mês e o tempo máximo de permanência como bolsista ou estagiário é de 2 anos. Para ser estagiário ou bolsista de trabalho é preciso ter cadastro socioeconômico aprovado junto à DAE e dispor de um turno livre (matutino, vespertino ou noturno) para desempenhar as atividades regularmente. As vagas são divulgadas no AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem. Em 2005 a DAE passou a transformar algumas vagas que eram destinadas como bolsas de trabalho para bolsas de estágios não obrigatórios.

O **Estágio Curricular Não-Obrigatório** trata-se de uma atividade opcional desenvolvida pelo acadêmico, com objetivo de enriquecer a formação profissional, por isto deve ser supervisionada e subordinada às diretrizes político-

pedagógicas do curso que frequenta. Pode ser concedida bolsa-auxílio ou não, a critério da instituição concedente de estágio. O estágio não-obrigatório pode ser validado como AACC - Atividade Acadêmico-Científico-Cultural, desde que devidamente aprovado pela coordenação de AACCs dos cursos de graduação.

**Bolsa de Pesquisa tem por finalidade** incentivar os acadêmicos da graduação para a iniciação científica, participando de projetos de pesquisa desenvolvidos por professores é o objetivo do programa de Bolsas de Pesquisa. Através dele, o acadêmico relaciona o aprendizado teórico e prático, direcionando seu conhecimento para a especificidade pesquisada. A bolsa de incentivo para o bolsista-pesquisador, atualmente, é de R\$ 300,00 (trezentos reais), descontados da mensalidade acadêmica. Para receber bolsa de incentivo do Artigo 170, o acadêmico deverá ter o cadastro socioeconômico aprovado pela DAE e apresentar-se ao professor-coordenador do projeto, manifestando seu interesse.

**Bolsa de Extensão** são concedidas aos acadêmicos envolvidos com nas atividades de extensão dos diversos cursos, como nas clínicas e no ambulatório, no serviço judiciário e na televisão da FURB. As atividades dos acadêmicos atletas (da equipe Bluvôlei), e dos instrumentistas, cantores, bailarinos e artistas dos Grupos Estáveis de Produção Artística (camerata de vilões, orquestra, coro, grupo folclórico de danças alemãs, grupo de teatro phoenix e orquestra) também são consideradas como atividades de extensão. Além destes, há outros vários projetos criados por servidores (administrativos e docentes) da Universidade, de relevante interesse social (meio ambiente, defesa dos direitos, educação, saúde, organizações comunitárias, assistência, lazer, cultura, etc). Em todos há a participação dos acadêmicos bolsistas de extensão.

Ao indicador, **existência de programas de orientação e encaminhamento profissional** foi atribuído o valor 3 em função ainda da pouca atuação da Instituição nessa área. No momento esta orientação é realizada pelo **Programa de Reorientação Profissional**, também vinculado à DAE. Este programa objetiva melhor subsidiar o aluno no alcance da congruência entre suas potencialidades e as características das profissões e do mercado de trabalho. Sob os pressupostos da psicologia do desenvolvimento e da orientação psicológica, objetiva suprir carências de informação e sustentação no processo decisório profissional. Até o ano de 2005, o atendimento era realizado por grupos de alunos interessados, mediante prévia divulgação, sob a responsabilidade de um psicólogo concursado e de assistentes sociais vinculadas

à DAE. Está implantado, também na Instituição, o **Programa de Capacitação Profissional** que tem como objetivo qualificar o acadêmico na busca de vagas e na permanência nas ofertas mais qualificadas no mercado de trabalho. Este programa está estruturado segundo as atuais tendências de Gestão de Pessoas, o programa possui as seguintes temáticas: motivação, liderança, pró-atividade no trabalho, relações interpessoais, dinâmicas de grupo, entrevistas de seleção e ética profissional.

### 9.3 PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS (EVENTOS, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INTERCÂMBIOS, EXTENSÃO E ÓRGÃOS COLEGIADOS)

A participação dos estudantes nas atividades acadêmicas se dá através de formas diferenciadas, seja através de fóruns científicos, culturais ou de extensão. A universidade, segundo suas próprias características, tem contribuído para o enriquecimento destas atividades tanto na comunidade universitária como regional. Conforme já citado na Dimensão 2, são realizados fóruns de iniciação científica, semanas acadêmicas dos cursos, onde os discentes com o apoio da instituição, têm mostrado seus trabalhos de pesquisas e extensão bem como permitido que a comunidade acadêmica tenha contato, através de seminários, com pesquisadores renomados de suas respectivas áreas.

A promoção da Cultura dentro de seus campi é realizada em diferentes Espaços Culturais, através de Artes Visuais, Exposições, Lançamentos de Livros, e Apresentação de Grupos Artísticos. O Festival Universitário de Teatro de Blumenau é uma referência nacional e chegou, em 2005, na sua 19ª edição. Assim, em relação ao indicador: **Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos aos estudantes** atribuiu-se o valor 4 na escala, o que demonstra ser uma prática institucionalizada e com boa visibilidade na comunidade.

Em 1998 foi criada a Coordenadoria de Relações internacionais (CRI), que passou a coordenar todas as ações de parceria, na forma de convênios com instituições estrangeiras. O Quadro 29 mostra a mobilização dos alunos em intercâmbios. O indicador: **Relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio)**, foi

definido pela escala 3, o que demonstra ser esta uma ação ainda em processo de crescimento, embora já institucionalizada.

<b>Indicadores</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Alunos enviados	3	3	22	7	5
Alunos recebidos	5	4	7	14	12
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>29</b>	<b>21</b>	<b>17</b>

**Quadro 29** - Tendência da mobilização dos alunos em intercâmbios  
Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais

O apoio da FURB à arte e a cultura, tem permitido a criação de Grupos estáveis de produção artística (Orquestra da Universidade, Cameratas de Violões, Grupo de teatro Phenix e Grupo de danças Alemãs). O Fórum de Iniciação Científica tem permitido a apresentação de trabalhos de iniciação científica, de alunos pesquisadores ligados a vários grupos de pesquisas da Instituição. Podemos considerar as semanas acadêmicas dos cursos como o evento de maior participação dos estudantes dentro da Instituição. Os Estudantes organizados, com o apoio da instituição, desenvolvem, durante uma semana, seminários e eventos técnico/científico que tem permitido aos alunos participantes um maior contato com a realidade de seu curso e seu futuro campo de trabalho. Ao **indicador: Participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados) atribuiu-se o valor 3**, pois constata-se que, em média é baixo o índice de alunos participantes nos eventos.

É visível também na Instituição a **presença de espaços para representação dos alunos em órgãos da Universidade**. Analisando-se os documentos internos verificou-se que esta representatividade é garantida em todos os conselhos, departamentos, colegiados e, em geral na grande maioria das comissões. Por esta evidência, este indicador recebeu o valor 5.

#### 9.4 ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS

Em 2005 foi implantada a Central de Ex-alunos da FURB com o objetivo de manter uma comunicação permanente com os alunos egressos da graduação,

oferecendo benefícios e vantagens para reatar ou manter o vínculo com a Universidade.

O acesso ao acervo da Biblioteca Central, desconto de 15% nas especializações ofertadas pela FURB, autenticação gratuita de ADSL, desconto de 20% nas mensalidades dos cursos do Laboratório de Línguas da Universidade, desconto de 10% nos cursos seqüenciais da FURB, informativos, o reencontro de amigos e uma galeria de fotos on-line são algumas das vantagens já implementadas.

Todos os procedimentos necessários para realizar o cadastramento e receber o cartão de identificação do ex-aluno estão descritos no site [www.furb.br/exalunos](http://www.furb.br/exalunos).

Em vista desse procedimento de contato contínuo com o ex-aluno estar em fase de implantação, portanto ser uma prática recente, atribuiu-se o valor 3 ao indicador, **disponibilidade de canais de comunicação sistemática com os egressos.**

É visível também na FURB, porém ainda não em quantidade e frequência desejável, **a oferta de cursos e atividades voltados para a formação continuada dos egressos**, razão pela qual a este indicador foi atribuído o valor **4.**

#### 9.5 POLÍTICA DE ACESSO DOS ESTUDANTES AOS DADOS, ÀS INFORMAÇÕES E AOS REGISTROS ACADÊMICOS: GUIAS, AGENDAS, EDITAIS, CONVÊNIOS, E-MAIL, SITES, ALOJAMENTOS, LEGISLAÇÃO ACADÊMICA, ETC

A FURB disponibiliza, junto ao site institucional, o **Portal Acadêmico** onde o estudante acessa à informações como: Apoio ao Estudante, Guia Acadêmico, Ambiente Virtual de Aprendizagem, Serviços On-line, Bibliotecas, Formados e Formandos e Classificados. Em Serviços On-line o acadêmico poderá consultar notas, histórico, impressões em geral, etc. Além disso, o referido site ([www.furb.br](http://www.furb.br)) possibilita acesso a editais, convênios e legislação acadêmica.

Na Praça de Atendimento, localizada no Bloco A do Campus I, o estudante poderá obter documentos impressos relacionados à sua vida acadêmica e a Divisão de Registro Acadêmico (DRA), que gerencia as informações da

graduação, presta esclarecimentos adicionais sobre sua área de atuação, através do e-mail dra@furb.br.

Pelas razões expostas, os indicadores, **Oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros;** e **Disponibilidade de informações sobre legislação acadêmica,** receberam o valor máximo, 5.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>9.1 Política de acesso (formas de ingresso, índices de matrícula, reingresso, transferências externas).</b>						
9.1.1 Relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).					X	
9.1.2 Critérios de seleção e matrícula.						X
9.1.3 Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso).					X	
<b>9.2 Política de permanência dos estudantes na FURB: financiamento e bolsas de estudos, acompanhamento psicossocial e pedagógico.</b>						
9.2.1 Existência de programas de nivelamento de conteúdos programáticos.				X		
9.2.2 Previsão de metas da FURB para os programas de apoio aos estudantes.					X	
9.2.3 Proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados.					X	
9.2.4 Proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes.				X		
9.2.5 Critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.						X
9.2.6 Cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.						X
9.2.7 Funcionamento de programas voltados ao acompanhamento psicossocial e pedagógico aos estudantes.					X	
9.2.8 Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional.				X		
<b>9.3 Participação dos estudantes nas atividades acadêmicas (eventos, iniciação científica, intercâmbios, estágios, extensão e órgãos colegiado).</b>						
9.3.1 Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos aos estudantes.					X	
9.3.2 Relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio).				X		
9.3.3 Participação dos alunos nos eventos				X		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados).						
9.3.4 Presença de espaço para representação dos alunos em órgãos da Universidade.						X
<b>9.4 Acompanhamento aos egressos.</b>						
9.4.1 Disponibilidade de canais de comunicação sistemática com os egressos.				X		
9.4.2 Oferta de cursos e atividades voltados para a formação continuada dos egressos.					X	
<b>9.5 Política de acesso aos dados, às informações e aos registros acadêmicos.</b>						
9.5.1 Oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros.						X
9.5.2 Disponibilidade de informações sobre legislação acadêmica.						X

### Planilha Avaliativa 12 – Dimensão 9

#### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

#### **Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 9:**

- Oferta em alguns cursos, de programas de nivelamento de conteúdos programáticos.  
 Presença de mecanismos para os programas de apoio aos estudantes (cadastro sócio-econômico, editais, critérios para concessão de bolsas, atendimento através do AVA...).
- Diversidade de programas sociais para a permanência do estudante na Instituição.
  - Aumento de alunos beneficiados nos programas de apoio aos estudantes.
  - Instituição do Núcleo de Gestão de Estágios.
  - Implantação da Central de Ex-Alunos.

#### **Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9:**

- Inexistência de estudos para identificar as razões dos altos índices de evasão escolar.
- Falta de espaço físico adequado para a abertura/transferência de Cursos do período diurno para o Noturno.
- Baixa relação matrícula x vaga nos Cursos de Licenciatura, Engenharia Civil, Economia, dentre outros.
- Ausência de clareza em relação às definições, atribuições e planejamento da DAE pela Universidade.
- Diminuição do valor da bolsa para possibilitar o atendimento de um número maior de estudantes.
- Falta de um programa de encaminhamento e acompanhamento para estágios não-obrigatórios.

**Recomendações da CPA:**

- Definir a política institucional de atendimento ao estudante.
- Implementar ações para verificar as causas e diminuir a evasão escolar.
- Promover a coerência entre o objetivo da Instituição e as ações em todos os níveis.
- Intensificar a divulgação de todos os programas de apoio aos estudantes.
- Ampliar os programas de permanência do estudante, além da questão econômica.
- Instituir um banco de dados sobre o mercado de trabalho.
- Intensificar a divulgação dos eventos científico-culturais.
- Sensibilizar os estudantes na participação mais significativa nos conselhos e comissões.
- Criar uma política de valorização da FURB entre os estudantes
- Propiciar maior interação com os egressos.

## CAPÍTULO 10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A avaliação desta dimensão constatou que a FURB apresenta uma boa sustentabilidade financeira, pois 75% dos indicadores considerados demonstram uma evidência completa (Nível 4 e 5), o que classifica a Instituição como economicamente viável e sólida no mercado.

A seguir, apresentam-se algumas considerações/preocupações que merecem reflexão com o objetivo de orientar e rever certas tendências.

Uma verificação da sustentabilidade financeira deve começar por uma análise da composição das receitas e despesas e da execução orçamentária. A FURB tem conseguido neste período uma realização orçamentária coerente com o projetado. A diferença sempre ficou em até 5% o que caracteriza previsão com coerência. No Quadro 30, observa-se a relação entre os orçamentos projetados e os realizados. A execução teve que ser ajustada no período com redução média de 2 %, resultando num total de R\$ 8.454.182 a menor que o projetado no período.

<b>Ano</b>	<b>Orçamento realizado</b>	<b>Orçamento projetado</b>	<b>Total de orçamentos realizados / Total de orçamentos projetados</b>
2001	67.806.002	66.060.975	1,026
2002	82.546.759	87.347.239	0,945
2003	90.569.010	96.310.654	0,940
2004	95.913.966	99.387.150	0,965
2005	102.302.543	98.486.444	1,039
<b>Total</b>	<b>439.138.280</b>	<b>447.592.462</b>	<b>0,981</b>

**Quadro 30 - Orçamento realizado / Orçamento projetado**

O plano de contenção orçamentária, proporcionalmente foi muito mais intenso nos programas de pesquisa, com redução de 78% e nos programas de extensão com redução de 45% (vide Quadro 31).

### 10.1 POLÍTICAS DIRECIONADAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

<b>2001 a 2005</b>	<b>Orçamento realizado</b>	<b>Orçamento projetado</b>	<b>Orçamento realizado / Orçamento projetado</b>
Ensino	296.006.963	303.892.734	0,974
Pesquisa	42.113	191.979	0,219
Extensão	903.425	1.649.658	0,548

**Quadro 31 - Orçamento realizado/Orçamento projetado**

Na execução das políticas orçamentárias, o componente da receita, como demonstrado no Quadro 32 da receita nos anos de 2002, 2003 e 2004 a receita efetiva foi menor do que a projetada, com significativa diferença em 2002 quando a arrecadação foi 11,8 % menor que o previsto. Considerando o período analisado a receita realizada foi R\$ 9.005.179,00 menor que o projetado, ou seja, 10% da média anual para um ano (R\$ 90.062.196,40) e 2,0 % em todos os anos do período.

<b>Ano</b>	<b>Orçamento realizado</b>	<b>Orçamento projetado</b>	<b>Total de orçamentos realizados / Total de orçamentos projetados</b>
2001	70.015.870	66.060.975	1,060
2002	87.347.239	99.070.938	0,882
2003	95.201.192	96.310.654	0,988
2004	94.298.030	99.387.150	0,949
2005	103.448.651	98.486.444	1,050
<b>Total</b>	<b>450.310.982</b>	<b>459.316.161</b>	<b>0,980</b>

**Quadro 32 - Receita**

Para uma melhor análise, o Quadro 33 demonstra a participação das mensalidades (receita oriunda dos alunos de graduação, pós-graduação, ensino médio e outras) na receita total da instituição. As mensalidades têm sido em média 64% da receita total no período, aumentando para 76,5 % em 2004 e 75,6 % em 2005. Os dados podem levar a um posicionamento da dependência da receita oriunda das mensalidades, o que pode ser considerado como elemento crítico atual, tendo em vista a diminuição do número de alunos.

<b>Ano</b>	<b>Receita com mensalidades</b>	<b>Outras fontes de receitas</b>	<b>Total das receitas</b>	<b>Índice Mens/Total</b>
2001	51.801.296	18.214.574	70.015.870	74,0 %
2002	59.660.507	39.410.431	99.070.938	60,2 %
2003	68.373.321	26.827.871	95.201.192	71,8 %
2004	72.133.399	22.164.631	94.298.030	76,5 %
2005	78.257.915	25.190.736	103.448.651	75,6 %

**Quadro 33 - Mensalidades / Receita Total**

Para melhor avaliação, segue detalhamento do Quadro 34, destacando-se as mensalidades, os financiamentos, a incorporação do valor do fundo de previdência parcelado em 2002 junto ao ISSBLU e as outras receitas. O saldo do fundo existente foi incorporado na contabilidade da FURB, gerando um aumento significativo das outras receitas em 2002.

<b>Ano</b>	<b>Receita com mensalidades (1)</b>	<b>Outras fontes de receitas (2)</b>	<b>Receitas Correntes. (3) = 1+2</b>	<b>Financiamentos + ISSBLU (4)</b>	<b>Total das receitas (5) = 3 + 4</b>	<b>Índice Mens/Tot. Parcial (1/3)</b>
2001	51.801.296	16.517.418	68.318.714	1.697.156	<b>70.015.870</b>	74,0 %
2002	59.660.507	16.202.955	75.863.462	23.207.476	<b>99.070.938</b>	78,6 %
2003	68.373.321	21.264.512	89.637.833	5.563.359	<b>95.201.192</b>	76,3 %
2004	72.133.399	22.164.631	94.298.030		<b>94.298.030</b>	76,5 %
2005	78.257.915	21.508.003	99.765.918	3.682.733	<b>103.448.651</b>	78,4 %
<b>Total</b>	<b>330.226.438</b>	<b>97.657.519</b>	<b>427.883.957</b>	<b>34.150.724</b>	<b>462.034.681</b>	<b>76,9 %</b>

**Quadro 34 - Detalhamento das Receitas**

O detalhamento apresentado demonstra certo equilíbrio no índice das mensalidades sobre o total parcial das receitas. A preocupação com relação a uma maior dependência das mensalidades dos alunos fica evidente no exercício de 2005.

O ponto preocupante está na relação entre despesas com pessoal, pelo regime de competência, e as receitas. No período considerado, a participação dos custos com pessoal, passou de 59,7 % para 62,2% , um crescimento na participação de 2,5% para os anos de 2002 e 2005. Isto diminui as possibilidades de custeio e de investimentos.

<b>Ano</b>	<b>Despesas com pessoal e encargos sociais</b>	<b>Receitas correntes Quadro 5</b>	<b>Despesas com pessoal / Receitas correntes</b>
2001	40.795.385	68.318.714	0,597
2002	47.178.068	75.863.462	0,622
2003	51.267.245	89.637.833	0,572
2004	57.007.407	94.298.030	0,605
2005	62.020.363	99.765.918	0,622
<b>Total</b>	<b>258.268.468</b>	<b>427.883.957</b>	<b>0,604</b>

**Quadro 35 - Despesas com pessoal / Receitas correntes**

Um dos fatores que ocasionaram esse aumento na participação das despesas com pessoal foi o aumento do número de servidores técnicos administrativos e também na relação com o número de alunos, pois em 2002 a relação era de 28,16 alunos por funcionário enquanto que em 2005 representou 25,78 alunos por funcionário. Houve uma diminuição de alunos e um aumento de servidores técnico administrativos, diminuindo assim os níveis de produtividade, enquanto o ideal é a busca constante de produtividade operacional. Em 2005 já houve uma singela recuperação neste indicador mesmo ocorrendo uma queda de alunos matriculados na graduação.

<b>Ano</b>	<b>Nº de Alunos</b>			<b>Nº de Técnico-administrativos</b>	<b>Nº de Alunos / Nº de Técnico-administrativos</b>
	<b>Graduação</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mestrado</b>		
2001	13.000	1.049	254	508	28,16
2002	13.091	1.143	291	507	28,65
2003	12.635	1.037	320	536	26,10
2004	12.596	848	355	546	25,27
2005	12.271	1.033	358	530	25,78

**Quadro 36 – Nº de alunos/ Nº de técnico-administrativos**

O número de professores em relação ao número de alunos permaneceu estável durante o período como se observa no quadro 37. A redução de professores manteve-se proporcional a redução do número de alunos.

Ano	Nº de Alunos			Nº de Professores	Nº de Alunos / Nº de Professores
	Graduação	Especialização	Mestrado		
2001	13.000	1.049	254	875	16,35
2002	13.091	1.143	291	895	16,23
2003	12.635	1.037	320	835	16,76
2004	12.596	848	355	866	15,93
2005	12.271	1.033	358	841	16,24

**Quadro 37 - Nº de alunos / Nº de professores**

O Quadro 38, demonstra também que o número de servidores técnicos administrativos aumentou em relação ao número de professores passando de 58% para 63% a relação. O que demonstra também um grande aumento no número de servidores nesta relação, e determinante de uma diminuição de produtividade,

Ano	Nº Técnico-administrativo	Nº Docentes	Nº Técnico-adm / Nº Docentes
2001	508	875	0,581
2002	507	895	0,566
2003	536	835	0,642
2004	546	866	0,630
2005	530	841	0,630

**Quadro 38 - Nº técnico-administrativos / Nº professores**

No Quadro 39 observa-se mais um detalhe preocupante de produtividade. O número médio de alunos por curso teve significativa redução. O aumento do número de cursos e a diminuição do número médio de alunos determinam um aumento de custo operacional, da estrutura de cada curso, em relação ao aluno. Este fator pode ser melhorado se aumentar o número de alunos por curso já existente.

Ano	Nº de Alunos / Graduação	Nº de Cursos / Graduação	Nº de Alunos / Nº de Cursos
2001	13.000	33	394
2002	13.091	33	397
2003	12.635	35	361
2004	12.596	36	350
2005	12.271	37	332

Obs.: Desconsiderou-se os cursos seqüenciais e os ministrados por outras Instituições

**Quadro 39 - Nº médio de alunos matriculados na graduação**

No Quadro 40 observa-se que o fato de ter ocorrido a diminuição do número médio de alunos por curso, resultante das variáveis, diminuição de alunos e aumento do número de cursos, ocasionou um aumento de 6,0% no período analisado no número de horas pagas. Este índice foi expressivamente maior nas horas ensino com aumento de 13,1% e nas horas pesquisa com aumento de 8,1%.

Ano	Total Horas	Evolução das Horas				
		Índice	Ensino	Administ	Pesquisa	Extensão
2001	233.153,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2002	250.867,0	107,6	107,7	100,6	110,6	123,4
2003	251.556,0	107,9	110,7	99,5	105,3	115,7
2004	253.793,5	108,9	112,0	103,1	108,5	96,5
2005	249.151,0	106,9	113,1	94,4	108,1	79,7

**Quadro 40 - Total de horas pagas por natureza.**

Na diminuição de gastos realizados no orçamento foram reduzidos os gastos com equipamentos e material permanente e material bibliográfico, gastos que se referem a melhorias de qualidade do objetivo principal que é o ensino, como podem ser observados nos Quadros 41 e 42.

Ano	Investimento realizado	Investimento orçado	Realizado/Orçado
2001	3.332.280	5.965.734	0,56
2002	4.044.481	3.874.488	1,04
2003	3.341.259	1.282.358	2,61
2004	2.761.077	3.403.534	0,81
2005	2.212.117	5.068.436	0,44
<b>Total</b>	<b>15.691.214</b>	<b>19.594.550</b>	<b>0,80</b>

**Quadro 41 - Gastos com equipamentos e material permanente**

Ano	Investimento realizado	Investimento orçado	Realizado/Orçado
2001	704.681	810.384	0,87
2002	896.239	901.464	0,99
2003	899.882	900.240	1,00
2004	871.528	1.000.000	0,87
2005	802.792	900.996	0,89
<b>Total</b>	<b>4.175.122</b>	<b>4.513.084</b>	<b>0,93</b>

**Quadro 42 - Gastos com aquisição de material bibliográfico**

Já os gastos com obras e instalações sofreram contenções de 23% no período, mas representaram um valor total de R\$ 19.508.513,00, ou seja, 4,44 % da receita total, consideração importante ainda é que no mesmo período houve diminuição no número de alunos.

Ano	Investimento realizado	Investimento orçado	Realizado/Orçado
2001	2.184.823	2.056.440	1,06
2002	2.903.846	7.985.405	0,36
2003	5.166.423	7.973.589	0,65
2004	5.944.270	4.942.500	1,20
2005	3.309.451	2.500.000	1,32
<b>Total</b>	<b>19.508.513</b>	<b>25.457.934</b>	<b>0,77</b>

**Quadro 43 - Gastos com obras e instalações**

O grande responsável pelo aumento dos gastos foi a folha de pagamento que neste período cresceu 52,0% enquanto a receita realizada cresceu 46,0%. É necessário rever as políticas de evolução salarial, pois os níveis atuais de comprometimento podem tornar insustentável a situação financeira da Universidade.

Ano	Total da folha	Índice	Receitas Executadas	Índice
2001	37.195.363	100,0	70.015.870	100,0
2002	50.789.554	136,5	87.347.239	124,8
2003	51.267.245	137,8	95.201.192	136,0
2004	57.007.407	153,3	94.298.030	134,7
2005	62.020.363	166,7	103.448.651	147,8

**Quadro 44 - Quadro XXIII - Gastos com obras e instalações**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>10.1 Política orçamentária</b>						
10.1.1 Compatibilidade entre diretriz orçamentária e planejamento estratégico.			X			
10.1.2 Compatibilidade entre diretriz orçamentária e orçamento.					X	
10.1.3 Equilíbrio entre previsão orçamentária e ações realizadas.					X	
10.1.4 Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento.				X		
<b>10.2 Política de alocação de recursos</b>						
10.2.1 Previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão.						X

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
10.2.2 Diversificação das fontes de captação de recursos.			X			
10.2.3 Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias.					X	
<b>10.3 Política de aplicação de recursos</b>						
10.3.1 Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão.					X	
10.3.2 Adequação entre as necessidades do ensino, pesquisa e extensão e a manutenção e conservação do espaço físico.					X	
10.3.3 Investimento na ampliação do espaço físico de acordo com as demandas projetadas no planejamento estratégico.					X	
<b>10.4 Política de recursos humanos: desenvolvimento, capacitação, salários, carreira, benefícios e obrigações trabalhistas</b>						
10.4.1 Cumprimento das obrigações trabalhistas.						X
10.4.2 Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses.						X
10.4.3 Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente.					X	

### Planilha Avaliativa 13 – Dimensão 10

#### Escala:

**Nível 1 e 2:** Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

**Nível 3:** Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

**Nível 4 e 5:** Evidência completa: situação ou desempenho forte

#### **Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 10:**

-O planejamento orçamentário é realizado com a participação das 24 unidades orçamentárias, e corresponde ao detalhamento das diretrizes aprovadas nos conselhos superiores, que representam os totais pré-fixados para cada unidade.

#### **Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 10:**

- Captação de recursos financeiros está limitada (80%) ao ensino de graduação e eventuais serviços.
- Baixa relação entre diretriz orçamentária e planejamento estratégico.
- Insuficiência de recursos em determinadas rubricas.

#### **Recomendações da CPA:**

- Intensificar ações para melhorar a relação alunos por cursos
- Reduzir a participação da folha salarial na arrecadação total a níveis inferiores a média observada, ou seja, abaixo de 60,0%.
- Diversificar as formas de captação de recursos para que a arrecadação financeira não dependa exclusivamente do pagamento das mensalidades dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As concepções, princípios, objetivos e metodologia preconizados na Proposta de Avaliação da FURB, e já mencionados anteriormente, é que nortearam as ações executadas pela CPA, neste processo avaliativo que considerou o período de 2001 a 2005.

Consciente da complexidade e importância deste trabalho conjunto de avaliação, que propicia ação/reflexão/ação, a Universidade assume publicamente pela primeira vez, sua verdadeira identidade.

O trabalho de avaliação desenvolvido até o presente momento, enfrentado ora como desafio, ora como oportunidade, assume o papel de documento diagnóstico para orientar as decisões políticas, pedagógicas e administrativas que visam o aperfeiçoamento institucional, a superação das deficiências e o pleno atendimento de suas funções sociais.

Na complexidade da educação superior e da estrutura organizacional, algumas dificuldades tiveram que ser suplantadas neste processo avaliativo, como: a falta de apropriação do sentido e da importância da avaliação; o pioneirismo; a grande rotatividade e substituição de pessoas na comissão de avaliação; o excesso de trabalho conciliado com outras atividades paralelas; ausência de banco de dados com todas as informações institucionais; pouca sistematização das informações; entre outros.

As dificuldades encontradas, no entanto, não impediram a realização da auto-avaliação de forma abrangente e contínua, revelando um diagnóstico consistente e esclarecedor da realidade atual.

Por outro lado, alguns aspectos facilitaram a execução desta avaliação destacando-se entre eles: existência de diretrizes gerais publicadas pela CONAES, em âmbito nacional; Participação da FURB no GT da ACAFE de estudos para elaboração de uma proposta comum de avaliação institucional; apoio do grupo gestor da universidade, sintonia entre os integrantes da CPA.

Os percepções e resultados que compõem este exercício avaliativo serão disseminadas de forma ampla através de publicações, internet, intranet, seminários.

Atendendo a Lei n. 10.816, de 14 de abril de 2004, bem como, as diretrizes do SINAES, constituiu-se a CPA, que coletivamente em sua primeira produção apresenta este relatório de avaliação, que continuará a ser revista, reelaborada em seu processo dialético.

É neste sentido que a Comissão Própria de Avaliação da Universidade Regional de Blumenau submete, ao conhecimento da comunidade universitária e encaminha ao Conselho Estadual de Educação - CEE/SC.

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/FURB

DEZEMBRO, 2006.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTOS INTERNOS

FURB - UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Balanço social 2006: [ano base 2005]. Blumenau: A Universidade, 2006.

\_\_\_\_\_. CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Parecer n. 179/2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Parecer n. 185/2005

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Parecer n. 242/2003.

\_\_\_\_\_. FURB em números 2001. Blumenau: A Universidade, 2002.

\_\_\_\_\_. FURB em números 2002. Blumenau: A Universidade, 2003.

\_\_\_\_\_. FURB em números 2003. Blumenau: A Universidade, 2004.

\_\_\_\_\_. FURB em números 2004-2005. Blumenau: A Universidade, 2005.

\_\_\_\_\_. Planejamento Estratégico 2001-2005.

\_\_\_\_\_. Plano Estratégico Situacional de 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 370/2006. *Designa membros da Comissão Permanente de Avaliação para os fins que menciona*, de 10 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 415/2004. *Designa os integrantes da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Regional de Blumenau*, de 14 de julho de 2004.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades 2001. Blumenau: A Universidade, 2002.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades 2002. Blumenau: A Universidade, 2003.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades 2003. Blumenau: A Universidade, 2004.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades 2004. Blumenau: A Universidade, 2005.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades 2005. Blumenau: A Universidade, 2006.

\_\_\_\_\_. Relatório de Gestão 1998-2006: consolidando a excelência. Blumenau: A Universidade, 2006.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 001/1995. *Altera dispositivos do Estatuto do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau, os quais menciona, e dá outras providências*, de 20 de fevereiro de 1995.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 001/96. *Cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores*, de 29 de janeiro de 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 006/2005. *Aprova as normas gerais para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, em nível de especialização, na forma dos Anexos I, II e III, de 8 de abril de 2005.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 008/2005. *Altera os Anexos II, IV, V e VI da Resolução nº 01/96, de 29 de janeiro de 1996, que "cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores", de 20 de abril de 2005.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 014/2005. *Reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo, de 6 de maio de 2005.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 017/2001. *Homologa o Estatuto da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 7 de maio de 2001.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 020/2005. *Altera dispositivos da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, de 14 de junho de 2005.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 021/1988. *Aprova o Estatuto do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau em forma do Anexo, de 15 de setembro de 1988.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 022/2003. *Altera o Regimento Geral da Reitoria da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 25 de abril de 2003.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 024/2004. *Institui e Regulamenta a Política de Extensão da Universidade Regional de Blumenau, na forma do ANEXO, de 21 de maio de 2004.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 026/2002. *Altera os Anexos II, IV, V, VII e VIII da Resolução nº 01/96, de 29 de janeiro de 1996, que "cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores", de 9 de maio de 2002.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 030/1994. *Altera a redação do Art. 59 do Estatuto do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau, e dá outras providências, de 1 de dezembro de 1994.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 034/2000. *Normatiza o apoio institucional aos docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau-FURB para cursar mestrado, doutorado ou pós-doutorado e dá outras providências, de 20 de março de 2000.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 035/2002. *Aprova o Regimento do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos na Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 13 de junho de 2002.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 046/2003. *Aprova o Regimento da Comissão de Avaliação de Projetos e Relatórios de Pesquisa - CAP da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 11 de agosto de 2003.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 047/2004. *Homologa o Plano de Carreira do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I, II, III e IV, de 27 de agosto de 2004.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 049/2005. *Normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e dá outras providências*, de 5 de outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 052/2002. *Aprova o Regimento do Comitê de Ética na Experimentação com Animais na Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 1º de agosto de 2002.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 054/2005. *Estabelece normas e critérios para a implantação de cursos seqüenciais na Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 19 de outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 059/2006. *Altera o Regimento Geral da Reitoria da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 27 de outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 063/2000. *Altera dispositivos da Resolução nº 01/96, de 29 de janeiro de 1996, que "Cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores"*, de 3 de maio de 2000.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 087/2003. *Altera os arts. 25 e 26 da Resolução nº 100/2001, de 9 de novembro de 2001, que "Modifica a Resolução que 'regulamenta os Regimes de Trabalho dos docentes da Universidade Regional de Blumenau ...'."*, de 27 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 092/2004. *Aprova o Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório dos cursos de Licenciatura da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 16 de dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 100/2001. *Modifica a Resolução que "Regulamenta os Regimes de Trabalho dos docentes da Universidade Regional de Blumenau"*, na forma do Anexo, e dá outras providências", de 9 de novembro de 2001.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 105/1999. *Altera a redação do § 1º do art. 37 do Estatuto do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau*, de 20 de agosto de 1999.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 116/2001. *Dispõe sobre a criação e regulamentação do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo*, de 6 de dezembro de 2001.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 126/1999. *Altera os Anexos II, IV e VII da Resolução nº 01/96, de 29 de janeiro de 1996, que "cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores"*, de 14 de setembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 146/2000. *Regulamenta o Estágio Probatório para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau-FURB, na forma do ANEXO, e dá outras providências*, de 21 de setembro de 2000.

## DOCUMENTOS EXTERNOS

BRASIL. CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Acordo de cooperação técnica que entre si celebram a união, representada pelo ministério da educação, por intermédio da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), objetivando a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*.DOU., Brasília, 12 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. MEC – Ministério da Educação. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. *Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*. DOU., Brasília, 14 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. DOU., Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Portaria n. 4.059 de 10 de dezembro de 2004. *Estabelece as condições para introdução na organização pedagógica e curricular a oferta de Educação a distância para todas as Instituições de Ensino Superior, cujos cursos tenham sido reconhecidos, até o limite de 20% da carga horária total do curso*. DOU., Brasília, 13 dez. 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. SESu – Secretaria da Educação Superior. *PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional*. Brasília, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Lei Municipal n. 1557, de 14 de dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal n. 4768 de 12, de dezembro de 1996

\_\_\_\_\_. Lei Municipal n. 8666 de 21, de junho de 1993.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Municipal n. 80, de 21 de março de 1995.

SANTA CATARINA. Decreto Estadual n. 5494 de 06 de agosto de 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual n. 4.513, de 29 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Resolução n. 088, *Fixa normas para a avaliação das Instituições de Educação Superior e de seus Cursos e Programas, no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e adota outras providências*, de 20 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução n. 147. *Renova o Credenciamento da Universidade Regional de Blumenau – FURB, mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina*, de 09 de abril de 2002.

**OBRAS**

BAIBICH-FARIA, Tânia Maria; GUIMARÃES, Ana Maria. **A extensão universitária na região Sul**. Cadernos de Extensão, Curitiba, PR, v. 1, n. 1, p. 36-39, 1995.

BARCIA, Mary Ferreira. **Educação permanente no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equivoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GARCIA, B. G. et al. **Responsabilidade nas empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

MENEGHEL, Stela Maria. **Relação Universidade-Sociedade - O Caso da Fundação Universidade Regional de Blumenau**. Blumenau: 2003.

NETO, F. P. de M.; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

SUCUPIRA, J. A. **A responsabilidade social das empresas**. Disponível em: <[www.ibase.br](http://www.ibase.br)> Acesso em: 9 jan. 2000.